

NORBERT ELIAS

O PROCESSO CIVILIZADOR

Volume 2:

Formação do Estado e Civilização

APRESENTAÇÃO: RENATO JANINE RIBEIRO



JORGE ZAHAR EDITOR

NORBERT ELIAS

O PROCESSO CIVILIZADOR

Volume 2

Formação do Estado e Civilização

Tradução:

RUY JUNGSMANN

Revisão, apresentação e notas:

RENATO JANINE RIBEIRO



ZAHAR

Rio de Janeiro

Sumário

Agradecimentos

Apresentação:

Uma ética do sentido, *Renato Janine Ribeiro*

parte I

Feudalização e Formação do Estado

Introdução

- I Sumário da sociedade de corte
- II Uma consideração exploratória da sociogênese do absolutismo

Capítulo um:

Dinâmica da feudalização,

- I Introdução
- II Forças centralizadoras e descentralizadoras na configuração medieval de poder
- III O aumento da população após a migração dos povos
- IV Algumas observações sobre a sociogênese das Cruzadas
- V A expansão interna da sociedade: a formação de novos órgãos e instrumentos sociais
- VI Elementos novos na estrutura da sociedade medieval, em comparação com a Antiguidade
- VII Sobre a sociogênese do feudalismo
- VIII Sobre a sociogênese da *Minnesang* e das formas cortesãs de conduta

Capítulo dois:

Sobre a sociogênese do Estado

- I O primeiro estágio da monarquia nascente: competição e monopolização no contexto territorial
- II Digressão sobre algumas diferenças nas trajetórias de desenvolvimento da Inglaterra, França e Germânia
- III Sobre o mecanismo monopolista
- IV Primeiras lutas no contexto do reino

- V O ressurgimento das tendências centrífugas: a configuração dos príncipes rivais
- VI As últimas fases da luta competitiva livre e a posição monopolista final do vencedor
- VII Distribuição das taxas de poder no interior da unidade de governo: sua importância para a autoridade central: a formação do “mecanismo régio”
- VIII Sobre a sociogênese do monopólio de tributação

parte II: sinopse

Sugestões para uma Teoria de Processos Civilizadores

- I Do controle social ao autocontrole
- II Difusão da pressão pela previdência e autocontrole
- III Diminuição dos contrastes, aumento da variedade
- IV A transformação de guerreiros em cortesãos
- V O abrandamento das pulsões: psicologização e racionalização
- VI Vergonha e repugnância
- VII Restrições crescentes à classe alta: pressões crescentes a partir de baixo
- VIII Conclusão

Notas

Índice Remissivo

*Dedicado à memória de meus pais,
Hermann Elias, falecido em Breslau em 1940, e
Sophie Elias, morta em Auschwitz, 1941(?)*

Agradecimentos^a

Esta tradução não poderia ter sido feita sem a ajuda de amigos. Em particular, o professor Johan Goudsblom investiu grande volume de tempo e esforço comparando os textos em inglês e alemão a fim de assegurar o significado exato dos termos. Durante todo o trabalho, Eric Dunning contribuiu também com certo número de sugestões muito úteis. O exercício de conferir a tradução constituiu em si tarefa muito útil, porquanto me permitiu revisar o texto em pequenos mas importantes detalhes e acrescentar notas que colocaram a obra no contexto de meu entendimento posterior sobre o assunto. Nada disso deve ser considerado como qualquer desdouro para o trabalho do tradutor, Edmund Jephcott, com quem tenho uma grande dívida. Meus agradecimentos também a Johan e Maria Goudsblom pela leitura das provas tipográficas e preparação do índice remissivo.

Nota do editor inglês

O Volume I de *O Processo Civilizador* intitula-se *Uma história dos costumes*^b e consiste de dois capítulos. O Volume II, publicado em inglês pela primeira vez em 1982, consistia inicialmente do Capítulo 3 (em duas Partes) e de uma Sinopse. Essas divisões são designadas aqui como Parte I (composta de dois capítulos) e Parte II: Sinopse.

Os tipos em itálico, nas citações em ambos os volumes, indicam a ênfase dada pelo autor.

^a Nota do autor à tradução inglesa. (N.E.)

^b Publicado no Brasil por esta editora em 1990. (N.E.)

Apresentação

Uma ética do sentido

Norbert Elias demorou a ser reconhecido, ou sequer conhecido, no mundo acadêmico. Ele faleceu há pouco tempo, a 1º de agosto de 1990, em idade avançada — menos de dois meses antes, completara noventa e três anos. E no entanto, embora tenha escrito este *Processo Civilizador* na década de 1930 (primeira edição, 1939, na Suíça), somente nos anos 70 é que ele alcançou um reconhecimento mais amplo, começando sua obra a ser citada e a inspirar novas pesquisas. Com efeito, muitas questões que se consideravam menores, por exemplo a da etiqueta ou das boas maneiras, adquiriram, graças ao uso que Elias fez da idéia de “processo”, um sentido. Provavelmente, aliás, é a questão do sentido que deve nortear uma apreciação das indicações mais notáveis desse sociólogo de vocação interdisciplinar.

Se não articularmos cada elemento da cultura humana, se não engatarmos o que à primeira vista aparece descontínuo e mesmo, com freqüência, estranho, absurdo, jamais entenderemos o que os homens produzem e como eles vivem. Norbert Elias adota, assim, como idéia-chave, a tese de que a condição humana é uma lenta e prolongada construção do próprio homem. Essa afirmação pode parecer banal, mas rompe com a idéia de uma natureza já dada, bem como com a da ininteligibilidade última de nosso ser: nem a condição humana é absurda (ela descreve um sentido), nem este é conferido de uma vez por todas, de fora de nós (não existe um Deus doador de sentido, nem uma natureza imutável do homem). Desta convicção de princípio, Elias retira conseqüências metodológicas importantes — torna-se imprescindível, para um estudo sério do homem, articular toda sorte de documentos e toda espécie de ciências. Bem antes de Foucault, ele entende, como o autor d'*A Arqueologia do Saber*, que todo e qualquer texto ou mesmo gesto de um pensador merece, por princípio, a atenção de quem o estuda, e da mesma forma os dos não-pensadores. Uma rede enorme de elementos significantes assim se constitui,¹ com a diferença de que para Michel Foucault o essencial se dará numa relativa sincronia (as *epistemes* de que ele tratou em *As Palavras e as Coisas*), e para Elias numa decidida diacronia — num trajeto que se estira ao longo dos séculos, cobrindo pelo menos todo o segundo milênio da era cristã, e que destila um sentido, o da civilização entendida como processo, como verbo que se substantiva, *o civilizar dos costumes*. A interdisciplinaridade assim, para Elias, não é simples senha ou *slogan*, mas procedimento que decorre de suas convicções mais profundas, um método que está necessariamente ligado a sua doutrina ou, melhor dizendo, a sua filosofia. É porque o homem constantemente se constrói que nada do que é humano — poderia nosso autor dizer — é estranho, a quem pratica esta sorte de estudo. Daí a constante crítica a uma psicologia, uma sociologia, uma história, uma economia entendidas como especialidades isoladas, fechadas sobre si mesmas.

Daí, também, uma ética — porque, se propusemos, para algumas teses de Elias, o nome de “filosofia”, é pela abrangência de seu pensamento, que não se satisfaz com conhecer os homens, com tentar uma espécie de ciência das ciências humanas, mas se estende, também, a uma doutrina da ação. Aludi à frase de Terêncio, tão querida do jovem Marx,

“homo sum: humani nil a me alienum puto”:² ela assinala tanto um método de trabalho quanto uma forte convicção moral. Sua relevância, nestes dois séculos em que se constituíram o que chamamos de ciências humanas, certamente ficará mais clara se lembrarmos o papel que teve, na gestação deste mundo em que vivemos, a doutrina rousseauiana da *pitié*, da piedade ou comiseração, este sentimento que leva o homem a compartilhar o sofrimento de todo e qualquer ser vivo. Uma expansão dos sentimentos, uma idéia (ou melhor, um afeto) de comunhão com toda a humanidade sem a menor dúvida se vincula com uma disposição a cuidar de pessoas e mesmo assuntos que, sob o Antigo Regime, soariam desprezíveis, no sentido literal do termo: como o que não tem direito a nosso apreço ou respeito. Ora, esse novo sentimento de ligação com tudo o que vive induz também uma disposição a conhecer. Questões que antes não mereceriam atenção passam a ser dignas da filosofia. Em outras palavras: com a queda do absolutismo e com a Revolução Francesa, dois acontecimentos preparados deste ponto de vista por toda a atividade dos *Philosophes* no século XVIII, começa a ter fim um registro que foi bastante forte, o do *desdém*, que era parte essencial da maneira aristocrática de ver o mundo (lembremos algumas páginas decisivas de Nietzsche, certamente um dos filósofos que melhor entenderam o nobre, na *Genealogia da Moral*: para os guerreiros, *mau* é o que eles desprezam, o meramente ruim ou de má qualidade; para os sacerdotes e os ressentidos, *mau* é o que deriva da maldade, do mal, da má intenção; o militar ou o nobre se contenta com o resultado que vê, e desdenha remontar até suas causas; já o padre ou o sofrido necessariamente tem que recuar até uma intenção, uma causa que se concebe como estando ancorada na psique e na moral dos homens). Deste ponto de vista, podemos sugerir que o saber mais moderno sobre os seres humanos, sobre nós, procede de um modo de ver que tem mais em comum com o homem sofrido, do que com o homem superior, aquele nobre para quem a miséria e a dor alheias não constituíam problema. A dor, na medida em que deixou de ser aceita com naturalidade (assim como deixou de se admitir como óbvia a hierarquia de nascimento entre os homens), descortinou um modo de pensamento em que se espera que ela seja abolida, e com ela a antiga nobreza, que de alguma forma aparecia como sua sócia. A um só tempo abandonam o palco a *naturalidade* com que se aceitavam as diferenças de condição social — a sociedade torna-se, em definitivo, obra do próprio homem, à medida que as distinções sociais deixam de se fundar na natureza e se mostram apenas artificiais —, e o *desdém*, que os nobres votavam a bom número de pessoas, classes ou assuntos — tudo passa a merecer, de algum modo, nossa observação. “Tudo o que é humano...” a humanidade é uma invenção do século XVIII, que pode ter tido seus sinais precursores ao longo dos tempos, mas que somente com a extensão da dignidade humana a círculos cada vez mais vastos, com o desenvolvimento ademais do humanitarismo, é que veio a ter o alcance e a dimensão que lhe conhecemos.

O próprio objeto de interesse de Norbert Elias assim aponta uma valoração moral, uma opção pelo homem; isso bem se depreende de páginas que recendem a um otimismo até surpreendente, se recordamos que a primeira edição deste *Processo Civilizador* data da véspera da Segunda Guerra Mundial; ainda que a obra tenha sido revisada, seu eixo é o de uma crença num civilizar do homem que, embora não tenha chegado, por enquanto, a seu termo, prossegue. Por que o nazismo não chega a destruir, nem mesmo num homem que forçou ao exílio³, a crença em dias melhores? Seja qual for a resposta no plano psicológico, no íntimo a nós desconhecido do homem Norbert Elias, da perspectiva filosófica a razão a se apresentar é que o pensador Elias acreditava no progresso, e que por

sua vez este se funda, em seu pensamento, no pressuposto do sentido. Se os atos e obras do homem se engrenam num processo, e este tem por sentido a civilização, os acidentes que a atrasem não passam disso mesmo, de meros incidentes de percurso. É verdade que soa um pouco difícil entender como pode o homem produzir um sentido sem que este já estivesse, desde todo o sempre, inscrito em sua natureza; em outras palavras, como pode Elias afirmar um sentido na história do homem e ao mesmo tempo negar que exista uma natureza humana já dada? Sua resposta, vemos, é que o sentido se vai produzindo, e que, se o conhecemos a *posteriori*, nem por isso deixa ele de estar solidamente sustentado por uma necessidade de razão. É um argumento, mas não se pode esquecer que a ele as últimas décadas foram dando cada vez menos fé. A crítica ao progressismo (uma crítica no plano da teoria, que não se confunde com um conservadorismo ou reacionarismo práticos), que tanto se evidenciou nas ciências humanas durante as últimas décadas, é em parte uma crítica de método, que nega possamos abordar um objeto, p. ex. a história do homem, com um *parti pris* que, inevitavelmente, há de nos ocultar tudo o que dele destoe; é também o fruto das experiências difíceis de nosso século, em especial o genocídio e o totalitarismo, que tornaram pouco crível a idéia de que o ser humano caminha para a emancipação ou a redenção; mas é, sobretudo, uma crítica ao sentido. Pode haver um sentido não propriamente dado (até aqui Elias daria seu acordo), mas necessário, inevitável, na aventura humana? Assim, se a contribuição de Norbert Elias é muito bem-vinda no que diz respeito ao interdisciplinar, ao gosto pelos assuntos que se diziam menores — em especial, os costumes — e mesmo no tocante à idéia mais genérica de processo, o ponto em que ela pode encontrar resistência nos pesquisadores atuais está na convicção de nosso autor, segundo a qual esse processo destila um sentido necessário.

Mas com isso também nos deparamos com uma dificuldade em se pensar, hoje, a ética. Uma dimensão ética está presente no pensamento de Elias, como dissemos — a convicção de que o homem se civiliza, e de que isso constitui um valor positivo. Poderíamos afirmar que essa ética porta um sentido consolador; em tempos adversos, como os do Terceiro Reich, acreditar que o homem haveria de varrer o racismo, o ódio e o horror dava ao sociólogo — ou a qualquer pessoa uma esperança, uma força interna para enfrentar os momentos maus, mas sem que em nada essa crença se pudesse sustentar racionalmente: um pensamento do sentido vale, assim, por seus efeitos, porque fortalece a alma, não por seus fundamentos, pois não há razão que baste para o sustentar. Contudo, tais objeções quem sabe se possam dirigir a toda ética, a todo pensamento que se proponha tratar da ação e da decisão humanas do ponto de vista dos valores; em nada afetam a grandeza das idéias e dos ideais. E se pensarmos assim, se considerarmos que o largo vetor que Elias traça cobrindo toda a história do Ocidente — e, hoje, do mundo desde os tempos de Carlos Magno tem uma validade que não se esgota nas idéias de nosso autor a propósito do que sucedeu, mas que se estende aos ideais que ele projeta no rumo do futuro — teremos então a medida do interesse de sua obra, e recuperaremos o valor, hoje, do que é civilizar o homem.

RENATO JANINE RIBEIRO

Sete Praias, janeiro de 1993

1 Esses elementos, está claro, significam enquanto rede, e não isoladamente.

2 Literalmente: “Sou homem: a nada do que é humano eu me considero estranho”. *Heauton Timoroumenos*.

3 Norbert Elias nasceu em Breslau, na Prússia (atual Wrocław, na Polônia), em 1897. Era, portanto, cidadão alemão, e lecionava em Frankfurt quando, em 1933, com a ascensão de Hitler ao poder, escapou para a França, depois se instalando na Inglaterra.

parte I

FEUDALIZAÇÃO E FORMAÇÃO DO ESTADO

introdução

I

Sumário da Sociedade de Corte 1. As lutas entre a nobreza, a Igreja e os príncipes por suas respectivas parcelas no controle e produção da terra prolongaram-se durante toda a Idade Média. Nos séculos XII e XIII, emerge mais um grupo como participante nesse entrechoque de forças: os privilegiados moradores das cidades, a “burguesia”.

O desenvolvimento concreto dessa luta constante, e as relações de poder entre os adversários, variam profundamente conforme os países. O resultado dos conflitos, porém, é, em sua estrutura, quase sempre o mesmo: em todos os maiores países da Europa Continental, e ocasionalmente também na Inglaterra, os príncipes ou seus representantes terminam por acumular uma concentração de poder ao qual não se comparam os demais estados.^a A autarquia da maioria, e a parcela de poder dos estados, vão sendo reduzidas passo a passo, enquanto se consolida o poder ditatorial, ou “absoluto”, de uma única figura suprema, por maior ou menor período. Na França, Inglaterra e nos países sob o mando dos Habsburgo essa figura é o rei; nas regiões alemã e italiana, cabe esse papel ao senhor territorial.

2. Numerosos estudos descrevem, por exemplo, como os reis franceses, de Felipe Augusto a Francisco I e Henrique IV, aumentam seu poder, ou como o eleitor Frederico Guilherme põe de lado os estados regionais, em Brandenburgo, como os Medici agem de idêntica maneira com os patrícios e o senado em Florença ou, ainda, como os Tudor fazem a mesma coisa com a nobreza e o parlamento na Inglaterra. Em toda parte, o que vemos são os agentes individuais e seus atos, e o que se descreve são suas fraquezas e talentos pessoais. Não há dúvida de que é frutífero e mesmo indispensável estudar a história dessa maneira, como um mosaico de ações individuais de pessoas isoladas.

Não obstante, é evidente que alguma coisa mais acontece nesse contexto, além da emergência fortuita de uma série de grandes príncipes e da ocasional vitória de numerosos senhores territoriais ou de reis sobre estados, mais ou menos pela mesma época. Não é sem motivo que falamos em uma *era* de absolutismo. O que encontra expressão nessa mudança na forma da dominação política é uma mudança estrutural, como um todo, na sociedade ocidental. Não apenas reis isolados expandem seu poder, mas, claramente, as instituições sociais da monarquia ou do principado adquirem nova importância no curso de uma transformação gradual de toda a sociedade, uma importância que simultaneamente confere novas oportunidades de poder aos maiores príncipes.

Por um lado, podemos indagar como este ou aquele homem adquiriu poder, ou como ele ou seus herdeiros o aumentaram ou perderam, no contexto do “absolutismo”.

Por outro, podemos perguntar com base em que mudanças sociais a instituição medieval do rei ou do príncipe adquiriu, em certos séculos, o caráter e poder a que se referem conceitos como “absolutismo” ou “despotismo”, e que estrutura social, que desenvolvimento das relações humanas, capacitaram a instituição a preservar essa forma por um maior ou menor período de tempo.

Ambos os enfoques lidam com mais ou menos o mesmo material. Só o segundo, porém, atinge o plano da realidade histórica, no qual ocorre o processo civilizador.

Não foi mera coincidência que, nos mesmos séculos em que rei ou príncipe adquiriram *status* absolutista, a contenção e moderação das paixões discutidas no volume anterior, a “civilização” do comportamento, aumentasse visivelmente. Nas citações antes reunidas para demonstrar essa alteração no comportamento, evidenciou-se o alto grau em que essa mudança se associou à formação da ordem hierárquica, tendo à frente o governante absoluto, ou em termos mais amplos, sua corte.

3. Isto porque a corte, igualmente residência do príncipe, assumiu um novo aspecto e uma nova importância na sociedade ocidental, em um movimento que se espalhou lentamente pela Europa, para refluir novamente, mais cedo aqui, mais tarde ali, durante a época que denominamos “Renascença”.

Nos movimentos desse período, as cortes foram se tornando o modelo concreto e os centros formadores do estilo. Na fase precedente, elas haviam sido forçadas a dividir ou mesmo a abdicar inteiramente dessa função em favor de outros centros, segundo a balança de poder predominante — ora a Igreja, ora as cidades, quando não as cortes dos grandes vassallos e cavaleiros, espalhadas pelo país. A partir dessa época, nas regiões germânicas e, particularmente, nas protestantes, as cortes das autoridades centrais ainda repartem essa função com as universidades, que formam as burocracias dos príncipes, ao passo que nos países românicos, e talvez em todos os católicos — esta última hipótese ainda precisa ser comprovada — a importância das cortes como autoridade social, como fonte e origem de modelos de comportamento, excede de muito a da universidade e todas as demais formações sociais então existentes. Os primórdios da Renascença em Florença, caracterizados por homens como Masaccio, Ghilberti, Brunelleschi e Donatello, não chegam a constituir um estilo inequívoco de corte. Já a Alta Renascença italiana, e ainda mais precisamente o barroco e o rococó, os estilos Luís XV e Luís XVI, são efetivamente de corte, como afinal de contas também acontece com o “Império”, ainda que de forma mais transitória e já permeada de elementos industriais e burgueses.

Nas cortes, evolui uma forma de sociedade para a qual não existe um termo específico e inequívoco em alemão pela óbvia razão de que, na Alemanha, esse tipo de associação humana nunca adquiriu importância fundamental e decisiva, exceto, no máximo, apenas na forma final e passageira que assumiu em Weimar. O conceito alemão de “boa sociedade” ou, mais simplesmente, de “sociedade” no sentido de *monde*, tal como a formação social correspondente ao mesmo, carece da nítida definição dos termos francês e inglês. Os franceses falam de *la société polie*. E os termos franceses *bonne compagnie* ou *gens de la Cour*, ou o inglês “Society”, revestem-se de conotações semelhantes.

4. A mais influente das sociedades de corte desenvolveu-se, como sabemos, na França. A partir de Paris, os mesmos códigos de conduta, maneiras, gosto e linguagem

difundiram-se, em variados períodos, por todas as cortes européias. Mas isso não aconteceu apenas porque a França fosse o país mais poderoso da época. Somente se tornou possível porque, em uma transformação geral da sociedade européia, formações sociais semelhantes, caracterizadas por formas análogas de relações humanas, surgiram por toda a parte. A aristocracia absolutista de corte dos demais países inspirou-se na nação mais rica, mais poderosa e mais centralizada da época, e adotou aquilo que se adequava às suas próprias necessidades sociais: maneiras e linguagem refinadas que a distinguiam das camadas inferiores da sociedade. Na França ela via, plenamente desenvolvido, algo que nascera de uma situação social semelhante e que se ajustava a seus próprios ideais: pessoas que podiam exibir seu *status*, enquanto observavam também as sutilezas do intercâmbio social, definindo sua relação exata com todos acima e abaixo através da maneira de cumprimentar e de escolher as palavras — pessoas de “distinção”, que dominavam a “civildade”. Ao adotarem a etiqueta francesa e o cerimonial parisiense, os vários governantes obtiveram os instrumentos que desejavam para tornarem manifesta sua dignidade, bem como visível a hierarquia social, e fazerem todas as demais pessoas, em primeiro lugar e acima de tudo a nobreza de corte, conscientes de sua posição dependente e subordinada.

5. Também aqui não basta observar e descrever isoladamente os eventos particulares ocorridos em diferentes países. Um novo quadro emerge e uma nova compreensão se alcança se várias cortes ocidentais distintas, com suas maneiras relativamente uniformes, são consideradas como vasos comunicantes na sociedade européia em geral. O que começa a constituir-se aos poucos, nos fins da Idade Média, não é apenas uma sociedade de corte aqui e outra ali. É uma aristocracia de corte que abraça toda a Europa Ocidental, com seu centro em Paris, dependências em todas as demais cortes e afloramentos em todos os outros círculos que alegavam pertencer à “Sociedade”, notadamente o estrato superior da burguesia e até, em certa medida, em camadas da classe média.

Os membros dessa sociedade multiforme falam a mesma língua em toda a Europa, inicialmente o italiano e, depois, o francês: lêem os mesmos livros, têm o mesmo gosto, as mesmas maneiras e — com diferenças em grau — o mesmo estilo de vida. Não obstante suas divergências políticas, que não são poucas, e as numerosas guerras que travam entre si, orientam-se com quase unanimidade, em períodos mais ou menos longos, na direção de um centro que é Paris. A comunicação social entre uma corte e outra, isto é, no interior da sociedade aristocrática de corte, durante muito tempo é mais forte do que entre uma corte e outros estratos de seu próprio país. Uma expressão disso é a língua comum que elas falam. Mais tarde, de meados do século XVIII em diante, mais cedo em um país e um pouco depois em outro, mas sempre se conjugando com a ascensão da classe média e o gradual deslocamento do centro de gravidade política e social da corte para as várias sociedades burguesas nacionais, os laços entre as sociedades aristocráticas de corte de diferentes nações são lentamente afrouxados, mesmo que nunca cheguem a se romper de todo. A língua francesa cede lugar, não sem lutas violentas, às línguas nacionais burguesas, mesmo na classe alta. A própria sociedade de corte torna-se cada vez mais diferenciada, da mesma maneira que acontece com as sociedades burguesas, sobretudo quando a velha sociedade aristocrática perde, de repente e para sempre, seu centro, com a Revolução Francesa. A forma nacional de integração substitui a que se baseava na situação social.

6. Ao estudar as tradições sociais que fornecem a base comum e a unidade mais profunda das várias tradições nacionais no Ocidente, devemos pensar não só na Igreja Cristã, na herança comum romano-latina, mas também nessa última grande formação social pré-nacional que, parcialmente à sombra das divergências nacionais que lavravam na sociedade ocidental, ergueu-se acima dos estratos inferior e intermediário nas diferentes áreas lingüísticas. Aqui se criaram os modelos do intercâmbio social mais pacífico de que, em maior ou menor grau, todas as classes precisavam, depois da transformação da sociedade europeia ocorrida ao fim da Idade Média; aqui os hábitos mais rudes, os costumes mais soltos e desinibidos da sociedade medieval, com sua classe guerreira superior e o corolário de uma vida incerta e constantemente ameaçada, são “suavizados”, “polidos” e “civilizados”. A pressão da vida de corte, a disputa pelo favor do príncipe ou do “grande” e depois, em termos mais gerais, a necessidade de distinguir-se dos outros e de lutar por oportunidades através de meios relativamente pacíficos (como a intriga e a diplomacia), impuseram uma tutela dos afetos, uma autodisciplina e um autocontrole, uma racionalidade distintiva de corte, que, no início, fez que o cortesão parecesse a seu opositor burguês do século XVIII, acima de tudo na Alemanha mas também na Inglaterra, como o supra-sumo do homem de razão.

Nessa sociedade aristocrática de corte, pré-nacional, foram modeladas ou, pelo menos, preparadas partes dessas injunções e proibições que ainda hoje se percebem, não obstante as diferenças nacionais, como algo comum ao Ocidente. Foi delas que os povos do Ocidente, a despeito de suas diferenças, receberam parte do selo comum que os constitui como uma civilização específica.

Uma série de exemplos demonstra que a formação gradual dessa sociedade absolutista de corte foi acompanhada por um civilizar da economia das pulsões e da conduta da classe superior. E indica também com que coerência essa maior contenção e regulação de anseios elementares se associa ao aumento do controle social, e da dependência da nobreza face ao rei ou ao príncipe.

De que maneira aumentaram essas limitações e dependência? De que modo uma classe superior de guerreiros ou cavaleiros relativamente independentes foi suplantada por uma classe superior de cortesão mais ou menos pacificados? Por que teria sido a influência dos estados progressivamente reduzida no curso da Idade Média e nos começos do período moderno e por que, mais cedo ou mais tarde, veio a se estabelecer o governo ditatorial “absoluto” de uma única figura e, com ele, a compulsão da etiqueta de corte, a pacificação de territórios maiores ou menores por iniciativa de um único centro, que se consolidou por um período mais longo ou mais curto em todos os países da Europa? A sociogênese do absolutismo ocupa, de fato, uma posição decisiva no processo global de civilização. A civilização da conduta, bem como a transformação da consciência humana e da composição da libido que lhe correspondem, não podem ser compreendidas sem um estudo do processo de transformação do Estado e, no seu interior, do processo crescente de centralização da sociedade, que encontrou sua primeira expressão visível na forma absolutista de governo.

II

Uma Consideração Exploratória da Sociogênese do Absolutismo 1. Alguns dos mecanismos mais importantes que, em fins da Idade Média, foram aumentando o poder da autoridade central de um território podem ser descritos sumariamente neste estágio preliminar. Eles foram, de modo geral, semelhantes em todos os maiores países do Ocidente, e isso pode ser observado com especial clareza no desenvolvimento da monarquia francesa.

A expansão gradual do setor monetário da economia, a expensas do setor de troca, ou escambo, em uma dada região na Idade Média gerou conseqüências muito diferentes para a maior parte da nobreza guerreira, por um lado, e para o rei ou príncipe, por outro. Quanto mais moeda entrasse em circulação numa região, maior seria o aumento dos preços. Todas as classes cuja renda não aumentava à mesma taxa, todos aqueles que viviam de renda fixa, ficavam em situação desvantajosa, sobretudo os senhores feudais, que auferiam foros fixos por suas terras.

As funções sociais cuja renda se elevava com essas novas oportunidades passaram a desfrutar de vantagens. Incluíam elas certos setores da burguesia, mas, acima de tudo, o rei, o senhor central. Isto porque a máquina de coleta de impostos lhe conferia uma parcela da riqueza crescente; para ele se encaminhava parte de todos os lucros obtidos nessa área, e sua renda, em conseqüência, crescia em grau extraordinário com a circulação cada vez maior da moeda.

Como sempre acontece, esse mecanismo funcional só foi explorado aos poucos e, por assim dizer, retrospectiva e conscientemente pelas partes interessadas, sendo adotado em um estágio relativamente posterior pelos governantes como princípio de política interna. Teve como primeiro resultado um aumento mais ou menos automático e constante da renda do suserano. Esta foi uma das precondições sobre as quais a instituição da monarquia obteve gradualmente seu caráter absoluto ou ilimitado.

2. À medida que cresciam as oportunidades financeiras abertas à função central, o mesmo acontecia com seu potencial militar. O homem que tinha à sua disposição os impostos de todo um país estava em situação de contratar mais guerreiros do que qualquer outro; pela mesma razão, tornava-se menos dependente dos serviços de guerra que o vassalo feudal era obrigado a prestar-lhe em troca da terra com a qual fora agraciado.

Esse foi também um processo que, como todos os demais, começou muito cedo mas só aos poucos culminou na formação de instituições definidas. Até mesmo Guilherme, o Conquistador, invadiu a Inglaterra com um exército que só em parte consistia de vassalos, sendo o resto constituído de cavaleiros a seu soldo. Entre essa época e a criação de

exércitos permanentes pelos senhores centrais transcorreram séculos. Um pré-requisito para a existência desses exércitos, à parte a renda crescente gerada por impostos, era o excesso de potencial humano — ou a discrepância entre o número de pessoas e o número e lucratividade de empregos disponíveis em uma dada sociedade, o que hoje conhecemos como “desemprego”. Áreas que sofriam com excedentes desse tipo, como, por exemplo, a Suíça e partes da Alemanha, forneciam mercenários a todos aqueles que tinham meios de sustentá-los. Muito mais tarde, as táticas de recrutamento de Frederico, o Grande, mostraram as soluções possíveis a um príncipe quando o potencial humano disponível em seu território não é suficiente para finalidades militares. A supremacia militar que acompanhava a superioridade financeira constituiu, por conseguinte, o segundo pré-requisito decisivo que permitiu ao poder central de uma região assumir um caráter “absoluto”.

A transformação das técnicas militares acompanhou e reforçou esse fenômeno. Graças ao lento desenvolvimento das armas de fogo, a massa de soldados de infantaria comuns tornou-se militarmente superior aos nobres, inferiores em número, que combatiam montados. Isso acontecia, também, em proveito da autoridade central.

O rei, que na França de inícios da dinastia Capeto, por exemplo, pouco mais era do que um barão, um senhor territorial entre outros de igual poder, e às vezes até menos poderoso, obteve com sua maior receita a possibilidade de desfrutar de uma supremacia militar sobre todas as forças de seu país. Qual das famílias nobres a que conseguiria, em casos específicos, conquistar a coroa e, com ela, obter acesso a essas oportunidades de poder, era uma situação que dependia de uma grande série de fatores, incluindo os talentos pessoais dos indivíduos e, não raro, a sorte. Já o aumento das oportunidades de poder financeiro e militar que, aos poucos, foram se associando à monarquia não dependia da vontade ou dos talentos do indivíduo; na verdade, seguia uma estrita regularidade, constatada em todos os casos em que se observam processos sociais.

Esse aumento das oportunidades de poder em mãos da função central constituía assim mais uma condição prévia para a pacificação de um dado território, maior ou menor, conforme fosse o caso, a partir de um único centro.

3. As duas séries de fenômenos que ocorreram em benefício de uma forte autoridade central foram, em todos os casos, prejudiciais ao velho estamento medieval dos guerreiros. Não mantinha ele conexão direta com o crescente setor monetário da economia. Dificilmente podia obter qualquer lucro direto com as novas oportunidades de renda que se ofereciam. Sentia apenas a desvalorização, o aumento dos preços.

Calculou-se que uma fortuna de 22.000 francos no ano 1200 valia 16.000 francos em 1300, 7.500 francos em 1400 e 6.500 em 1500. No século XVI, esse movimento acelerou-se, o valor da soma caiu para 2.500 francos e o mesmo sucedeu por toda a Europa¹.

Um movimento que se originou em época muito recuada da Idade Média passou por extraordinária aceleração no século XVI. Do reinado de Francisco I até o ano 1610 apenas, a libra francesa foi desvalorizada na razão de aproximadamente 5 a 1. A importância dessa curva de desenvolvimento para a transformação da sociedade assumiu proporções muito maiores do que pode ser descrito em poucas palavras. Enquanto crescia a circulação da moeda e se desenvolvia a atividade comercial, enquanto as classes

burguesas e a receita da autoridade central se expandiam, caía a renda de toda a nobreza restante. Alguns cavaleiros viram-se reduzidos à pobreza, outros tomavam pelo roubo e a violência aquilo que não mais podiam obter por meios pacíficos, e outros ainda conseguiam livrar-se de apuros, por tanto tempo quanto possível, vendendo suas propriedades; e, finalmente, boa parte da nobreza, forçada por essas circunstâncias e atraída pelas novas oportunidades, entrou para o serviço de reis ou príncipes que podiam pagar. Tais eram as opções econômicas abertas a uma classe guerreira não vinculada ao crescimento da circulação monetária e à rede de comércio.

4. Já mencionamos como a tecnologia da guerra atuou em detrimento da nobreza: a infantaria, os desprezados soldados a pé, tornou-se mais importante em batalha do que a cavalaria. Não apenas se quebrava, dessa forma, a superioridade militar do estado medieval do guerreiro, mas também seu monopólio de armas. Uma situação em que todos os nobres eram guerreiros ou, reciprocamente, em que todos os guerreiros eram nobres, começou a transformar-se em outra na qual o nobre era, na melhor das hipóteses, um oficial de tropas plebéias que tinham que ser remuneradas. O monopólio das armas e do poder militar passou de todo o estado nobre para as mãos de um único membro, o príncipe ou rei que, apoiado na renda tributária de toda a região, podia manter o maior exército. Por isso mesmo, a maior parte da nobreza mudou, de guerreiros ou cavaleiros relativamente livres, para guerreiros ou oficiais assalariados a serviço do suserano.

Esses foram alguns dos principais aspectos dessa transformação estrutural.

5. Mas houve outro, também. A nobreza perdeu poder social com a expansão do setor monetário da economia, enquanto aumentava o poder das classes burguesas. Mas, de modo geral, nenhum dos dois estados mostrou ser forte o suficiente para obter a predominância por um período prolongado. Tensões constantes em toda parte irrompiam em lutas ocasionais. As frentes de batalha eram complicadas e variavam muito de caso a caso. Ocorreram alianças ocasionais entre grupos da nobreza e da burguesia e também formas transitórias e mesmo fusões entre subgrupos dos dois estados. Mas, como quer que fosse, a ascensão e o poder absoluto da instituição central invariavelmente dependiam da existência contínua de tal tensão entre nobreza e burguesia. Uma das precondições estruturais para a monarquia, ou o principado absoluto, era que nenhum dos estados ou grupos obtivesse a predominância. Os representantes da autoridade central absoluta, por isso mesmo, tinham que estar constantemente alerta para garantir esse equilíbrio instável no território. Nos casos em que se rompia o equilíbrio, em que um único grupo ou classe se tornavam fortes demais, ou em que grupos aristocráticos e da alta burguesia se aliavam temporariamente, a supremacia do poder central corria sério risco ou — como no caso da Inglaterra — tinha seus dias contados. Dessa maneira, observamos freqüentemente entre os governantes que, enquanto um protege e promove a burguesia porque a nobreza parece poderosa demais e, por isso mesmo, perigosa, outro se inclina para a nobreza, porque esta se tornou muito fraca ou porque a burguesia se mostra muito refratária, sem contudo que o outro lado jamais seja inteiramente negligenciado. Os governantes absolutos eram obrigados, estivessem ou não inteiramente conscientes disso, a manipular esse mecanismo social, que não haviam criado. Sua existência social dependia da sobrevivência e funcionamento de tal mecanismo. Eles, também, estavam presos à regularidade social com a qual eram obrigados a conviver. Essa regularidade e a estrutura social a ela correspondente emergiram, mais cedo ou mais tarde, com numerosas modificações, em

quase todos os países do Ocidente. Mas elas assumem um delineamento claro apenas se observadas no processo de emergência, através de um exemplo concreto. O desenvolvimento na França, o país em que esse processo, a partir de um momento particular, assumiu a forma mais direta, servirá aqui como exemplo.

a “Estados” no sentido de estamentos ou no que tem a expressão “Terceiro Estado”: trata-se portanto dos estados que compõem o Estado medieval e moderno (convém lembrar que, na época, o termo “Estado” não tinha o sentido que depois adquiriu). (RJR)

capítulo dois

Sobre a sociogênese do Estado

I

O Primeiro Estágio da Monarquia Nascente: Competição e Monopolização no Contexto Territorial

1. A coroa teve significados diversos em fases diversas do desenvolvimento social, embora todos os que a cingiram exercessem em comum certas funções centrais concretas e nominais, acima de tudo a de chefe militar contra inimigos externos.

No início do século XII, o antigo Império Franco do Ocidente, que quase não era mais ameaçado por inimigos externos, decaía e se transformara em um aglomerado de domínios separados: O laço que antes unira as “províncias” e as dinastias feudais à monarquia estava praticamente rompido. Apagados estavam os traços de dominação real que haviam permitido a Hugo Capeto e a seu filho, se não atuar nas grandes regiões controladas pelos seus vassallos, pelo menos circular por elas. Os grupos feudais de primeira categoria... conduziam-se como Estados independentes, impermeáveis à influência do rei e, mais ainda, aos seus atos. As relações entre os grandes senhores feudais e os monarcas estavam reduzidas ao mínimo. Essa mudança refletia-se até nos títulos oficiais. Os príncipes feudais do século XII deixaram de se denominar “comtes du Roi” ou “comtes du royaume”.^{73 a}

Nessa situação, o “rei” limitava-se ao que faziam os outros grandes senhores feudais: concentrava-se em consolidar suas posses, aumentando seu poder na única região onde ainda mandava, o ducado de França.

Luís VI, rei de 1108 a 1137, preocupou-se, durante toda a vida, com duas missões: ampliar sua posse direta da terra no ducado de França — as propriedades e castelos ainda não, ou apenas parcialmente, enfeudados, isto é, as propriedades de sua própria família — e, na mesma área, subjugar todos os possíveis rivais, todos os guerreiros que podiam igualá-lo em poder. Um dos propósitos facilitava o outro: dos senhores feudais que subjugava ou derrotava tomava toda ou parte de suas propriedades, sem enfeudá-las a qualquer outra pessoa; através desses pequenos passos, aumentou as posses de sua família, a base econômica e militar de seu poder.

2. Nesse contexto, para começar, o monarca não diferia dos grandes senhores feudais. Os meios de poder a sua disposição eram tão pequenos que até senhores de porte médio e mesmo pequeno — desde que se aliassem — podiam enfrentá-lo com sucesso. Não apenas a preponderância da Casa Real em todo o reino desaparecera ao declinar sua função de comandante do exército comum, e ao avançar a feudalização, mas se tornara também extremamente precário seu poder monopolista dentro de seu próprio território hereditário, que era disputado por senhores rivais ou famílias de guerreiros. Na pessoa de Luís VI, a casa dos Capeto lutou contra as Casas de Montmorency, Beaumont, Rochefort, Montlhéry, Ferté-Alais, Puiset e muitas outras,⁷⁴ da mesma maneira que, séculos depois, os Hohenzollern, na pessoa do Grande Eleitor, tiveram que enfrentar os Quitzw e os Rochow. Com a diferença de que os Capeto tinham possibilidade muito menor de sucesso.

Era menor a diferença entre os meios militares e financeiros dos Capeto e de seus adversários, dado o estado menos desenvolvido das técnicas monetárias, tributárias e militares. O Grande Eleitor já exercia uma espécie de monopólio do poder em seu território, ao passo que Luís VI, à parte o apoio que recebia das instituições eclesiásticas, era basicamente um grande senhor de terra que enfrentava senhores feudais possuidores de terras e poder militar algo menores; só o vencedor dessas batalhas poderia alcançar uma espécie de posição monopolista no território, a salvo da concorrência das demais Casas.

A leitura de crônicas da época mostra-nos o quão pouco os meios militares e econômicos dos Capeto desse período superavam os das demais Casas feudais no ducado de França; e como era difícil — dados o baixo grau de integração econômica, os transportes e comunicações precários e as limitações da organização militar feudal — a luta do “soberano” para conquistar um monopólio de poder mesmo no interior dessa pequena área.

Havia, por exemplo, a fortaleza da família Montlhéry, que controlava a rota entre as duas partes mais importantes do domínio dos Capeto, as áreas em volta de Paris e Orléans. Em 1015, o rei Roberto — um Capeto — doara essa terra a um de seus servidores, ou oficiais, o “grand forestier”, com permissão de nela construir um castelo. A partir do castelo, o neto do “grand forestier” já controlava a área circundante, na qualidade de senhor independente. Esse exemplo é típico dos movimentos centrífugos que ocorriam por toda a parte durante o período.⁷⁵ Após duras lutas, o pai de Luís VI conseguiu finalmente chegar a uma espécie de acordo com os Montlhéry: daria em casamento um filho bastardo seu, de dez anos de idade, à herdeira dos Montlhéry e, dessa maneira, colocaria o castelo sob controle de sua Casa. Pouco antes de morrer, disse ele a seu primogênito, Luís VI: Guarda bem aquela torre de Montlhéry que, causando-me tantos tormentos, envelheceu-me precocemente, e por causa da qual jamais desfrutei paz duradoura ou verdadeiro repouso... ela era o centro de gente pérfida, de perto e de longe, e as desordens só ocorriam através dela ou com ajuda dela... porque... estando Montlhéry situada entre Corbeil, por um lado, e Châteaufort, por outro, cada vez que surgia um conflito, Paris ficava isolada e as comunicações entre Paris e Orléans tornavam-se impossíveis, exceto com emprego de força armada.⁷⁶

Problemas de comunicação do tipo que hoje causam dificuldades não pequenas entre Estados, não eram menos perturbadores, embora em escala diferente, naqueles primórdios do desenvolvimento social: nas relações entre um senhor feudal e outro — usasse ele ou não a coroa — e no tocante à distância relativamente microscópica entre Paris e Orléans, uma vez que Montlhéry fica a apenas 24km de Paris.

Boa parte do reinado de Luís VI se consumiu na luta para conquistar essa fortaleza, o que ele finalmente conseguiu, acrescentando Montlhéry aos domínios dos Capeto. Como acontecia em todos esses casos, a conquista implicou o fortalecimento militar e o enriquecimento da Casa vitoriosa. A terra dos Montlhéry trouxe ao rei uma renda extra de 200 libras — uma bela soma naqueles tempos —, além de 13 feudos diretos e 20 indiretos dela dependentes,⁷⁷ cujos rendeiros passaram a engrossar o poder militar dos Capeto.

Não foram menos demoradas e difíceis outras batalhas que Luís VI se viu obrigado a travar. Precisou de três expedições, em 1111, 1112 e 1118, para quebrar o poder de uma única família de cavaleiros em Orléans,⁷⁸ e levou 20 anos para subjugar as Casas de

Rochefort, Ferté-Alais e Puiset e lhes acrescentar as terras às de sua família. Por essa época, contudo, o domínio dos Capeto era tão grande e bem-consolidado que, graças às vantagens econômicas e militares conferidas por propriedades tão vastas, seus proprietários haviam superado todos os seus rivais na França, onde passaram a exercer uma espécie de monopólio.

Quatro ou cinco séculos depois, o monarca se transformara no controlador monopolista de enormes meios militares e financeiros, gerados por toda a área do reino. Campanhas como as empreendidas por Luís VI contra outros senhores feudais, dentro de um único território, representaram os primeiros passos para a posterior consolidação da posição monopolista da monarquia. No início, a Casa dos reis nominais pouco se avantajava das Casas feudais em volta, em termos de propriedade de terras e poder militar e econômico. A diferença em propriedades entre os guerreiros era relativamente pequena e, por conseguinte, também em importância social, pouco importando os títulos com que se adornavam. Mais tarde, através de casamentos, compra ou conquista, uma dessas Casas acumulava cada vez mais terras e obtinha preponderância sobre os vizinhos. O fato de ter sido a velha Casa Real que conseguiu a primazia em França talvez estivesse ligado — à parte as propriedades nunca irrisórias que tornaram possível seu novo começo — às qualidades pessoais de seus representantes, ao apoio da Igreja, e a certo prestígio tradicional. Mas a mesma diferenciação no tocante à propriedade entre guerreiros estava ocorrendo na mesma ocasião, conforme já mencionado, também em outros territórios. Acontecia a mesma mudança do centro de gravidade da sociedade guerreira, beneficiando algumas grandes famílias de cavaleiros, em detrimento de muitas outras de porte médio e pequeno, conforme já vimos. Em todos os territórios, cedo ou tarde uma família conseguia, acumulando terras, alcançar uma hegemonia. O fato de a coroa ter feito a mesma coisa, sob Luís, o Gordo, parece uma ab-rogação da função real. Dada a distribuição de poder social que então prevalecia, porém, ele não tinha alternativa. Na estrutura social, a propriedade familiar e o controle da estreita área hereditária constituíam a base militar e financeira mais importante até mesmo para o poder do rei. Concentrando suas forças na pequena área de França, estabelecendo hegemonia no espaço restrito de um território, Luís VI lançou os alicerces para a subsequente expansão de sua Casa. Criou um centro potencial para a cristalização da área maior da França, embora possamos dizer com segurança que ele não teve qualquer visão profética de tal futuro. Agiu sob a compulsão direta da situação concreta em que se encontrava. *Tinha* que conquistar Montlhéry para não perder o controle das comunicações entre partes de seu próprio território. *Tinha* que subjugar as famílias mais poderosas de Orléans, para que não sumisse seu poder nessa região. Se os Capeto não houvessem conseguido a preponderância em França, cedo ou tarde — tal como acontecia com outras províncias na França —, ela teria passado a outra Casa.

O mecanismo que gerou a hegemonia foi sempre o mesmo. De maneira semelhante — através da acumulação de propriedades —, em tempos mais recentes um pequeno número de empresas econômicas supera seus rivais e concorre entre si até que, finalmente, uma ou duas delas controlam ou dominam um dado ramo da economia, sob a forma de monopólio. Analogamente — acumulando terra e, dessa maneira, ampliando potencial militar e financeiro —, Estados, em tempos recentes, lutam pela preponderância numa dada parte do mundo. Mas, se na sociedade moderna, com a divisão mais extensa de funções que se

observa, esse processo ocorre de forma relativamente complexa, distinguindo-se os aspectos econômicos, militares e políticos da hegemonia, na sociedade de Luís VI, dada a economia predominantemente de troca da época, tais aspectos permaneceram unificados. A Casa que dominava politicamente o território era também a mais rica no mesmo, detentora da mais extensa área de terra, e seu poder político diminuía caso o seu poder militar, que tinha origem no volume de receita produzida pelo domínio e número de servos e agregados, não excedesse o de todas as demais famílias de guerreiros da área.

Uma vez estivesse razoavelmente segura a preponderância de uma única Casa na pequena região, a luta pela hegemonia numa área maior subia para primeiro plano — a luta entre os poucos maiores senhores de território pela predominância dentro do reino. E foi essa a tarefa que os descendentes de Luís VI enfrentaram, as gerações seguintes dos Capeto.

II

Digressão sobre Algumas Diferenças nas Trajetórias de Desenvolvimento da Inglaterra, França e Germânia 1. A tarefa implicada na luta pela dominação, isto é, pela centralização e pelo controle do governo, diferiu, por uma razão muito simples, na Inglaterra e França da que ocorreu no Império Romano-Germânico. Não só esta última formação política era bem maior em território que as duas outras, como também eram muito maiores as suas divergências sociais e geográficas internas. Esse fato dava às forças locais, centrífugas, uma energia bastante superior, e tornava incomparavelmente mais difícil a tarefa de conquistar a hegemonia e implantar a centralização. A Casa governante teria necessitado de uma área territorial e poder mais extensos do que na França ou Inglaterra para dominar as forças centrífugas atuantes no Império Romano-Germânico e forjá-las sob a forma de um todo duradouro. Há boas razões para supor que, dados o nível de divisão do trabalho e integração e das técnicas militares, administrativas e de transporte da época, era provavelmente insolúvel o problema de manter permanentemente sob controle as tendências centrífugas numa área tão vasta.

2. A escala em que ocorrem os processos sociais não é um elemento banal em sua estrutura. Ao indagarmos por que a centralização e a integração da França e Inglaterra foram realizadas mais cedo, e de forma mais completa, do que nas regiões germânicas, não devemos esquecer esse ponto. Neste particular, variaram muito as tendências do desenvolvimento nas três regiões.

Quando a coroa da região franca do Ocidente caiu nas mãos dos Capeto, a área sob o domínio do poder real estendia-se de Paris a Senlis no norte e a Orléans no sul. Vinte e cinco anos antes, Oto I fora coroado imperador romano, em Roma. Implacavelmente, ele esmagara a resistência de outros chefes germânicos, contando, no início, principalmente com a ajuda dos experientes guerreiros de sua própria área tribal. Nessa época, o império de Otto estendia-se aproximadamente de Antuérpia a Cambrai a oeste, pelo menos (isto é,

sem os margraviatos que se situavam a leste do Elba) até esse rio, e mais além de Brunn e Olmutz na direção sudeste; prolongava-se até o Schleswig, ao norte, e até Verona e Istria, ao sul; além disso, incluía boa parte da Itália e, durante certo tempo, a Borgonha. O que havia, por conseguinte, era uma formação política em escala inteiramente diferente e, em conseqüência, fértil em tensões e conflitos de interesses muito superiores aos da área franca do Ocidente mesmo que nela incluamos a colônia normando-inglesa adquirida posteriormente. O problema que os duques de França e Normandia, ou do território angevino, enfrentavam como reis, na luta pela hegemonia nessa região, era inteiramente distinto daquele que se impunha aos governantes do Império Romano-Germânico. Nos primeiros, a centralização ou integração, a despeito de numerosas guinadas para um lado e outro, tomara um curso em linhas gerais contínuo. Na segunda área, incomparavelmente mais extensa, uma família de governantes territoriais após outra tentou, em vão, implantar, cingindo a coroa imperial, uma hegemonia realmente estável sobre todo o Império. Uma Casa após outra usara até a exaustão nessa luta infrutífera o que, a despeito de tudo o mais, continuava a ser a fonte principal de sua renda e poder — suas possessões hereditárias ou de raiz. Após cada tentativa frustrada de uma nova Casa, a descentralização e a consolidação das tendências centrífugas davam mais um passo à frente.

Pouco antes de a monarquia francesa começar a recuperar gradualmente sua força na pessoa de Luís VI, o poder do imperador romano-germânico Henrique IV entrara em colapso ante os ataques combinados dos grandes senhores territoriais germânicos, da Igreja, das cidades do norte da Itália, e de seu filho mais velho — isto é, diante de forças centrífugas da natureza a mais variada. Esses fatos nos fornecem meios de comparação com os primeiros tempos da monarquia francesa. Mais tarde, quando o rei francês Francisco I exercia controle tão completo do reino que não precisava mais convocar assembléias dos estados, e podia aumentar os impostos sem anuência dos contribuintes, o imperador Carlos V e seu governo eram obrigados a negociar até mesmo em suas terras hereditárias com enorme número de assembléias locais, antes de poderem arrecadar os tributos de que necessitavam para pagar as despesas da corte, do exército e do governo do Império. E tudo isso, incluindo a renda de colônias ultramarinas, não era sequer suficiente para custear as despesas de administração do Império. Ao abdicar Carlos V, a administração imperial estava à beira da falência. Ele, também, estava exausto e pessoalmente arruinado por tentar governar um império enorme, dilacerado por maciças forças centrífugas. E constitui uma indicação de como se transformou a sociedade em geral, e a função real em particular, que, ainda assim, os Habsburgo tenham conseguido manter-se no poder.

3. Mostramos acima que na área européia o mecanismo da formação do Estado — no sentido moderno da palavra Estado — foi basicamente o mesmo, na época em que a sociedade evoluía da economia de troca para a economia monetária. Esse fato será ilustrado com mais detalhes no tocante à França. Sempre descortinamos, pelo menos na história dos grandes Estados europeus, uma fase inicial na qual unidades do tamanho de um território desempenham um papel decisivo na área que mais tarde se transformará em Estado. Trata-se de domínios pequenos, frouxamente estruturados, como outros que surgiram em muitas partes do mundo onde a divisão do trabalho e a integração eram superficiais, correspondendo seu tamanho aos limites impostos à organização do governo pela predominância das relações de troca na economia. Temos exemplos desse tipo nos

domínios territoriais feudais presentes no Império Romano-Germânico que, com o avanço da economia monetária, foram se consolidar sob a forma de pequenos reinos, ducados ou condados, ou em áreas como o principado de Gales ou o reino da Escócia, atualmente fundidos com a Inglaterra no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; e ainda, como exemplo final, citemos o ducado de França, cuja transformação em domínio feudal mais coeso foi discutida acima.

Nesse quadro esquemático, o processo que ocorreu *entre* os domínios territoriais vizinhos assumiu um curso muito parecido com o seguido antes, *dentro* de territórios firmemente consolidados, entre senhores ou cavaleiros individuais, até um deles conquistar a predominância e um domínio territorial mais sólido se formar. Da mesma forma que, numa época, certo número de Estados que competiam entre si sentiram a necessidade de se expandirem para não serem subjugados por outros vizinhos que se expandiam, na época seguinte um grupo de unidades um tanto maiores, p. ex. ducados ou condados, enfrentaram a mesma dificuldade.

Já demonstramos antes com alguns detalhes que, nessa sociedade, a competição interna pela terra se intensificava devido ao crescimento da população, à consolidação da propriedade e às dificuldades de expansão interna. Mostramos também que esse anseio por terras manifestava-se nos cavaleiros pobres como o simples desejo de um modo de vida apropriado a seu *status* e, nos mais importantes e ricos, como um acicate para querer “mais” terra. Isso porque, numa sociedade em que atuavam essas pressões competitivas, quem não ganhava “mais” automaticamente ficava com “menos”. Neste particular, observamos, mais uma vez, a pressão que se fazia sentir de cima a baixo nessa sociedade: lançava os governantes territoriais uns contra os outros e, dessa maneira, punha em movimento o mecanismo do monopólio. Inicialmente, as diferenças em poder eram contidas, mesmo nessa fase, dentro de um contexto que permitia que um número considerável de domínios territoriais feudais permanecesse na arena de luta. Mais tarde, após muitas vitórias e derrotas, alguns se tornavam mais fortes pela acumulação dos meios do poder, enquanto outros eram obrigados a desistir da luta. Os poucos vitoriosos continuavam a lutar e o processo de eliminação se repetia até que, finalmente, a decisão ficava apenas entre dois domínios territoriais reforçados pela derrota e incorporação de outros. Todos os demais — tivessem ou não se envolvido na luta, ou permanecessem neutros — eram reduzidos pelo crescimento desses dois à condição de figuras de segunda ou terceira classe, embora ainda conservassem certa importância social. Os dois últimos, porém, aproximavam-se de uma posição monopolista; haviam superado os demais; a decisão ficava entre eles.

Nessas “lutas de eliminação”, o processo de seleção social, as qualidades pessoais de certos indivíduos e outros fatores “acidentais”, como a morte tardia de um deles ou a falta de herdeiros do sexo masculino em uma Casa reinante sem dúvida vieram a desempenhar um papel decisivo em certas ocasiões, determinando *que* território aumentaria de importância, cresceria e mesmo triunfaria.

O processo social em si, contudo — o fato de que uma sociedade com numerosas unidades de poder e de propriedade de dimensão relativamente igual tende, sob fortes pressões competitivas, para a ampliação de umas poucas unidades e, finalmente, para o monopólio —, é de modo geral independente de tais acidentes. Eles podem, é bem

verdade, acelerar ou retardar no processo. Mas, pouco importando quem seja o monopolista, há alto grau de probabilidade de que, cedo ou tarde, um monopólio se forme, pelo menos nas estruturas sociais que até agora conhecemos. Na linguagem das ciências exatas, esta observação seria, talvez, chamada de “lei”. Mas, em termos rigorosos, o que temos é a formulação relativamente precisa de um mecanismo social muito simples que, uma vez posto em movimento, funciona com a regularidade de um relógio. Uma configuração humana em que um número relativamente grande de unidades, em virtude do poder de que dispõem, concorrem entre si, tende a desviar-se desse estado de equilíbrio (muitos equilibrados por muitos, concorrência relativamente livre) e a aproximar-se de um diferente estado, no qual um número cada vez menor de unidades pode competir entre si. Em outras palavras, acerca-se de uma situação em que apenas uma *única* unidade social consegue, através da acumulação, o monopólio das disputadas probabilidades de poder.

4. O caráter geral do mecanismo monopolista será discutido com mais detalhes adiante. Mas é necessário afirmar já a esta altura que um mecanismo desse tipo também esteve envolvido na formação dos Estados, da mesma forma que antes ocorrera no caso de unidades menores, os territórios ou, mais tarde, em outras ainda maiores. Somente conservando em mente esse mecanismo é que poderemos compreender que fatores na história dos diferentes países o modificam ou podem, mesmo, neutralizá-lo. Só assim entenderemos claramente por que a tarefa que o suserano do Império Romano-Germânico enfrentou foi incomparavelmente mais difícil do que aquela com que teve que lidar o potencial governante da região franca do Ocidente. No Império, também, através de lutas de eliminação e de uma acumulação constante de territórios nas mãos dos vencedores, precisaria emergir um domínio territorial suficientemente forte para absorver ou eliminar todos os demais. Apenas dessa maneira poderia um Império tão diversificado conseguir se centralizar. E não faltaram lutas nessa direção, não só entre os Welf^b e os Hohenstaufen, mas também entre o Imperador e o Papa, com suas complicações específicas. Mas nenhuma delas produziu os resultados necessários. Numa área tão grande e variada como essa, a probabilidade de que emergisse um poder claramente dominante era bem menor do que em áreas mais restritas, especialmente porque, nessa fase, a integração econômica era menor e, as distâncias, muitas vezes, maiores do que mais tarde. De qualquer modo, lutas de eliminação numa área tão grande precisariam de muito mais tempo do que nas áreas vizinhas, menores.

É bem conhecida a maneira como, apesar de tudo o mais, finalmente surgiram Estados no interior do Império Romano-Germânico. Entre os domínios territoriais germânicos — ignorando aqui o processo análogo que ocorria na Itália — surgiu uma Casa Real que, acima de tudo se expandindo pela região colonial germânica ou semigermânica, lentamente ingressou na luta com o poder mais antigo dos Habsburgo: os Hohenzollern.^c Seguiu-se um combate pela supremacia, culminando na vitória dos Hohenzollern e na sua formação de uma primazia inequívoca entre os governantes territoriais germânicos e, finalmente, passo a passo, na unificação dos territórios sob um único aparelho de governo. Essa luta pela supremacia entre os dois componentes mais poderosos do Império, porém, embora resultasse em maior integração, na formação de Estados em seu interior, implicou também mais um passo na desintegração do velho Império. Com a derrota, as terras dos Habsburgo deixaram a união. Esta foi, na verdade, uma das últimas fases da lenta e contínua decadência do Império. No correr dos séculos, mais e mais partes se haviam

separado, transformando-se em domínios independentes. O Império, como um todo, era grande e diversificado demais para ser outra coisa que não um obstáculo à formação de Estados.

Refletir sobre o motivo por que a formação de Estados no Império Romano-Germânico foi tão mais trabalhosa e demorada do que em seus vizinhos ocidentais certamente ajuda-nos a compreender melhor o século XX. A experiência moderna sobre a diferença entre os Estados do Ocidente mais antigos, equilibrados e que tiveram expansão mais completa, e os Estados de estabelecimento recente, descendentes do velho Império, Estados que se expandiram relativamente mais tarde, confere a essa questão uma importância atual. Do ponto de vista estrutural, não parece difícil responder a ela, pelo menos não mais do que à questão complementar, que dificilmente tem importância menor para a compreensão das estruturas históricas — a questão do motivo por que esse colosso, a despeito de sua estrutura desfavorável e da força inevitável das forças centrífugas que nele atuavam, resistiu por tanto tempo, por que o Império não se desintegrou mais cedo.

5. Como um todo, ele realmente desmoronou tarde. Durante séculos, porém, as áreas lindeiras do Império — em particular a oeste e sul — vinham se separando e tomando seu caminho próprio, mas a colonização e a incessante expansão das colônias germânicas a leste compensava, até certo ponto, as perdas no Ocidente, embora apenas até certo ponto. Até fins da Idade Média, e em certa medida mesmo mais tarde, o Império espraiava-se para o oeste até o Maas e o Ródano. Se ignorarmos as irregularidades e levarmos em conta apenas a tendência geral desse movimento, formamos uma impressão dos atritos e da redução constante do Império, acompanhados por uma lenta mudança na direção da expansão, e do deslizamento do centro de gravidade, do oeste para leste. Resta ainda demonstrar essa tendência com mais exatidão do que podemos fazer aqui. Mas, em termos exclusivamente de área, a tendência ainda é visível nas mudanças mais recentes no território germânico propriamente dito:

Confederação Germânica antes de 1866	630.098km ²
Alemanha após 1870	540.484km ²
Alemanha após 1918	471.000km ²

Na Inglaterra, e também na França, a tendência se desenvolvia em sentido quase inverso. Em primeiro lugar, as instituições tradicionais evoluíram em áreas relativamente restritas e só mais tarde estenderam seu alcance. O destino da instituição central, a estrutura e o desenvolvimento de toda a máquina de governo nesses países não podem ser compreendidos, nem se explicar as diferenças entre eles e as formações correspondentes nos Estados que descenderam do velho Império, a menos que se leve em conta esse fator simples, o lento crescimento de pequeno para maior.

Comparado com o Império Romano-Germânico, o território insular que o duque normando Guilherme, o Conquistador, tomou em 1066 era de dimensões bem reduzidas. Ele nos lembra mais ou menos a Prússia sob os primeiros reis. Compreendia, à parte pequenas áreas na fronteira norte com a Escócia, a atual Inglaterra, uma área de mais ou menos 131.764km². Gales estava apenas parcialmente unificada com a Inglaterra, em fins do século XIII (a Inglaterra e Gales, juntas, têm 151.130km²). A união com a Escócia só se realizou em 1603. Esses fatos nos lembram que a formação da nação inglesa, e, mais tarde, britânica, ocorreu num contexto que, comparado ao das grandes nações da Europa

Continental, dificilmente excedia, em sua fase decisiva, a de um domínio territorial. O que Guilherme, o Conquistador, e seus sucessores imediatos consolidaram nada mais foi, na verdade, do que um grande território do Império Franco do Ocidente, não muito diferente dos que, na mesma época, existiam na França, Aquitânia ou Anjou. A tarefa que os governantes territoriais dessa área enfrentaram na luta pela supremacia — determinada pela pura necessidade de expandir-se a fim de evitar a dominação por outros —, essa tarefa de modo algum podia ser comparada com a que o suserano do Império continental teve que arrostar. Isso é verdade mesmo na primeira fase, na qual o território insular era uma espécie de colônia franca, quando seus governantes normandos ou angevinos controlavam também consideráveis territórios no continente e, por conseguinte, todos eles ainda lutavam pela supremacia na área franca do Ocidente. Mas isso é verdade, acima de tudo, da fase em que foram repelidos do continente, voltaram à ilha e tiveram que se unificar sob um único governo na base apenas da Inglaterra. E se a função real, tal como a relação entre o rei e os estados, assumiu na Inglaterra uma forma diferente da que vigorou no Império continental, um dos fatores que influiu nesse particular, embora certamente não tenha sido o único, foi a relativa pequenez e também, claro, a posição isolada da área a ser unificada. Era bem menor a probabilidade de uma grande diferenciação regional, e mais simples a luta pela supremacia entre dois governantes rivais do que entre as muitas facções do Império. O parlamento inglês, no que interessava a seu modo de formação e, por conseguinte, a sua estrutura, de maneira alguma se podia comparar à Dieta Imperial Germânica, mas apenas aos estados regionais. Quase a mesma coisa se aplica a todas as demais instituições. Elas cresceram, tal como a própria Inglaterra, de dimensões menores para maiores. Já as instituições dos territórios feudais evoluíram continuamente e se transformaram nas do Estado e do Império.

Igualmente no Império Britânico, contudo, forças centrífugas começaram imediatamente a atuar, tão logo o território foi unificado além de certo ponto. Mesmo com a integração e comunicações do presente, esse Império está se revelando perigosamente extenso. É mantido coeso, com grande dificuldade, apenas pela existência de governos experientes e flexíveis. A despeito das condições muito diferentes das que prevaleciam no velho Império Germânico, ele também mostra que um império muito extenso, plasmado pela conquista e a colonização, tende finalmente a desintegrar-se em certo número de unidades mais ou menos independentes, ou pelo menos a se transformar numa espécie de “Estado Federal”. Visto assim de perto, o mecanismo parece de uma evidência quase palmar.

6. A região nativa dos Capeto, o ducado de França, era menor do que o território inglês controlado pelos duques normandos. Tinha aproximadamente o mesmo tamanho do Eleitorado de Brandenburgo ao tempo dos Hohenstaufen. Mas nela, que se inseria na estrutura do império, foram precisos cinco ou seis séculos para que a pequena área colonial se tornasse capaz de enfrentar os velhos e tradicionais territórios do Império. No contexto mais limitado da área franca ocidental, o poder desse território, juntamente com a ajuda material e espiritual dada pela Igreja aos Capeto, foi suficiente para permitir à Casa reinante iniciar a luta pela supremacia sobre largas áreas da França já num estágio bem anterior.

A área remanescente do Império Franco do Ocidente, a base do que seria a futura França, ocupava aproximadamente uma posição intermediária, no que dizia respeito à

extensão, entre o que se transformaria na Inglaterra e o Império Romano-Germânico. As divergências regionais, e, conseqüentemente, as forças centrífugas, eram menores nela do que no Império vizinho; foi, por conseguinte, menos árdua a tarefa do potencial suserano. As divergências e forças centrífugas foram, porém, maiores do que na ilha britânica.⁷⁹ Na Inglaterra, a própria exigüidade do território facilitou, em certas circunstâncias, a aliança dos diferentes estados e, acima de tudo, dos guerreiros de todo o território *contra* o suserano. Além disso, a distribuição de terras feita por Guilherme, o Conquistador, facilitou os contactos e promoveu interesses que eram comuns a toda a classe dona de terras pela inteira Inglaterra, pelo menos no que interessava às relações com o suserano. Resta demonstrar como um certo grau de fragmentação e separação num domínio, não o suficiente para permitir a desintegração, mas o bastante para tornar difíceis alianças diretas dos estados no país como um todo, fortalece a posição do suserano.

As possibilidades, portanto, oferecidas pela antiga região franca ocidental em termos de tamanho não foram desfavoráveis ao aparecimento de um suserano e à formação do poder monopolista.

Queda ainda por mostrar em detalhes como os Capeto tiraram vantagens dessas oportunidades e, de modo geral, através de que mecanismos o governo monopolista foi estabelecido nesse território.

III

Sobre o Mecanismo Monopolista

1. A sociedade do que hoje denominamos era moderna caracteriza-se, acima de tudo no Ocidente, por certo nível de monopolização. O livre emprego de armas militares é vedado ao indivíduo e reservado a uma autoridade central, qualquer que seja seu tipo,⁸⁰ e de igual modo a tributação da propriedade ou renda de pessoas concentra-se nas suas mãos. Os meios financeiros arrecadados pela autoridade sustentam-lhe o monopólio da força militar, o que, por seu lado, mantém o monopólio da tributação. Nenhum dos dois tem, em qualquer sentido, precedência sobre o outro, pois são dois lados do mesmo monopólio. Se um desaparece, o outro segue-o automaticamente, embora o governo monopolista possa ser, às vezes, abalado mais fortemente num lado do que no outro.

Precusores desse controle monopolista da tributação e do exército existiram antes, em territórios relativamente grandes, em sociedades em que era menos avançada a divisão de funções, principalmente como resultado de conquista militar. É preciso haver uma divisão social muito avançada de funções antes que possa surgir uma máquina duradoura, especializada, para administração do monopólio. E só depois que surge esse complexo aparelho é que o controle sobre o exército e a tributação assumem seu pleno caráter monopolista. Só nessa ocasião está firmemente estabelecido o controle militar e fiscal. A partir desse momento, os conflitos sociais não dizem mais respeito à eliminação do governo monopolista, mas apenas à questão de quem deve controlá-lo, em que meio seus quadros devem ser recrutados e como devem ser distribuídos os ônus e benefícios do monopólio. Apenas quando surge esse monopólio permanente da autoridade central, e o aparelho especializado para administração, é que esses domínios assumem o caráter de “Estados”.

Neles, certo número de outros monopólios cristalizam-se em torno dos já mencionados. Mas esses dois são e continuam a ser os monopólios decisivos. Se entram em decadência, o mesmo acontece com todo o resto e, com eles, o “Estado”.

2. A questão em debate é como e por que surge essa estrutura monopolista.

Na sociedade dos séculos IX, X e XI, ela definitivamente não existia. A partir do século XI — no território do antigo Império Franco do Ocidente — vemos que ela lentamente se cristaliza. No início, cada guerreiro que controla uma gleba de terra exerce todas as funções de governo. Mais tarde, elas são gradualmente monopolizadas por um suserano, cujo poder é administrado por especialistas. Quando bem entende, inicia guerras para conquistar novas terras ou defender as suas. A aquisição de terras e as funções governamentais que lhe acompanham a posse pertencem, como também a defesa militar, à “iniciativa privada”, para usar a linguagem de uma época posterior. E uma vez que, com o aumento da população, a fome de terras se torna extremamente forte, a competição por elas se torna acirrada em todo o país. Nessa competição, são utilizados meios militares e econômicos, em contraste com o que aconteceria no século XIX, por exemplo, época em que, dado o monopólio estatal da violência física, o conflito só é realizado por meios

econômicos.

Um lembrete sobre as lutas competitivas e a monopolização que vemos sucederem diretamente a nossos olhos não deixa de ter algum valor para a compreensão dos mecanismos monopolizadores que funcionaram em fases mais antigas da sociedade. Além disso, o estudo do antigo, em conjunto com o novo, ajuda-nos a observar o desenvolvimento social como um todo. A parte posterior do movimento pressupõe a anterior e o centro de ambas é a acumulação dos principais meios de produção da época, ou, pelo menos, o controle dos mesmos num número cada vez menor de mãos — antes a acumulação de terras e, mais tarde, de moeda, dinheiro.

O mecanismo da formação de monopólios já foi, aliás, sumariamente discutido:⁸¹ *se, numa grande unidade social — como esse mecanismo pode ser mais ou menos descrito —, um grande número de unidades sociais menores que, através de sua interdependência, constituem a maior, são de poder social aproximadamente igual e, portanto, capazes de competir livremente — não estando prejudicadas por monopólios preexistentes — pelos meios do poder social, isto é, principalmente pelos meios de subsistência e produção, é alta a probabilidade de que algumas sejam vitoriosas e outras derrotadas e de que, gradualmente, como resultado, um número sempre menor de indivíduos controle um número sempre maior de oportunidades, e unidades em número cada vez maior sejam eliminadas da competição, tornando-se, direta ou indiretamente, dependentes de um número cada vez menor. A configuração humana capturada nesse movimento, por conseguinte, aproximar-se-á, a menos que medidas compensatórias sejam tomadas, de um Estado em que todas as oportunidades são controladas por uma única autoridade: um sistema de oportunidades abertas transforma-se num de oportunidades fechadas.*⁸²

É muito simples o modelo geral seguido pela seqüência: há na área social certo número de pessoas, e um certo número de oportunidades que são escassas ou insuficientes em relação às necessidades daquelas. Se supomos, para começar, que cada pessoa luta com outra pelas oportunidades disponíveis, é extremamente pequena a probabilidade de que se mantenha indefinidamente esse estado de equilíbrio e de que nenhum dos parceiros triunfe em qualquer um desses pares, se esta for realmente uma competição livre não influenciada por qualquer poder monopolista — e muito alta a possibilidade de que, cedo ou tarde, alguns participantes vençam seus adversários. Mas se alguns dos participantes saem vitoriosos, suas oportunidades se multiplicam; as dos derrotados diminuem. Maiores oportunidades se acumulam nas mãos de um grupo dos rivais iniciais, sendo os demais eliminados de competição direta com eles. Supondo que, nesse momento, cada um dos vitoriosos lute com os outros, o processo se repete: mais uma vez, um grupo alcança vitória e obtém controle das oportunidades de poder dos vencidos; um número ainda menor de pessoas controla um número maior de possibilidades de poder; um número ainda maior de pessoas é eliminado da livre competição; o processo se repete até que, finalmente, no caso extremo, um único indivíduo controla todas as possibilidades de poder e todos os demais passam a depender dele.

Na realidade histórica, certamente não são sempre indivíduos isolados que praticam esse mecanismo. Com freqüência, entram em jogo grandes associações de pessoas, como, por exemplo, territórios ou Estados. O curso dos fatos, na realidade, é em geral bem mais complicado do que nesse modelo esquemático, comportando inúmeras variações.

Acontece freqüentemente, por exemplo, de certo número de partes mais fracas combinar-se para derrubar um indivíduo que acumulou possibilidades demais e se tornou insuportavelmente forte. Caso tenham sucesso e assumam as possibilidades dessa parte, ou algum volume das mesmas, elas depois lutam entre si para obter a predominância. O efeito, a mudança nos equilíbrios de poder, é sempre o mesmo. Neste caso, também, um número sempre maior de possibilidades de poder tende a acumular-se nas mãos de um número sempre menor de pessoas, através de uma série de provas eliminatórias.

O curso e ritmo dessa mudança em favor dos poucos e a expensas dos muitos depende em alto grau da relação entre a oferta e a demanda de oportunidades. Se supomos que o nível da demanda e o número de oportunidades permaneceram no todo inalterados no curso do movimento, a demanda de oportunidades aumenta com a mudança nas relações de poder; o número de dependentes e o grau de dependência aumentarão e mudarão em espécie. Se funções sociais relativamente independentes são cada vez mais substituídas por outras, dependentes, na sociedade — como, por exemplo, cavaleiros livres por cavaleiros cortesãos e, finalmente, apenas por cortesãos, ou mercadores relativamente independentes por mercadores ou empregados dependentes — a modelagem dos afetos, a estrutura das pulsões e consciência, em suma, toda a estrutura social da personalidade e as atitudes sociais das pessoas mudam necessariamente ao mesmo tempo. E isso não se aplica menos àqueles que se aproximam da obtenção de uma posição monopolista do que àqueles que perderam a possibilidade de competir e caíram em dependência direta ou indireta.

3. Essa situação não deve absolutamente ser entendida apenas como um processo pelo qual um número cada vez menor de pessoas se torna “livre”, e mais e mais se torna “não-livre”, embora, em algumas fases, pareça corresponder a essa descrição. Se o movimento é considerado como um todo, podemos reconhecer sem dificuldade que — pelo menos em sociedades altamente diferenciadas — em certo estágio do processo a dependência passa por uma mudança qualitativa peculiar. Quanto mais pessoas são tornadas dependentes pelo mecanismo monopolista, maior se torna o poder do dependente, não apenas individual mas também coletivamente, em relação a um ou mais monopólios. Isso acontece não só por causa do pequeno número dos que galgam a posição monopolista, mas devido a sua própria dependência de cada vez mais dependentes, para preservarem e explorarem o potencial de poder que monopolizaram. Seja uma questão de terra, de soldados ou de dinheiro, sob qualquer forma, quanto mais é acumulado por um indivíduo, menos facilmente pode ele supervisioná-los e mais dependente se torna de seus dependentes. Essas mudanças nas relações de poder e dependência precisam, com freqüência, de séculos para se tornarem perceptíveis, e de mais séculos ainda para encontrarem expressão em instituições duradouras. Características estruturais particulares da sociedade podem levantar obstáculos infindáveis no correr do processo, mas, ainda assim, seu mecanismo e tendência são inequívocos. Quanto mais abrangente o potencial de poder monopolizado, maior a rede de funcionários que o administra e maior a divisão do trabalho entre eles; em suma, quanto maior o número de pessoas de cujo trabalho ou função o monopólio depende de qualquer maneira, mais fortemente esse campo controlado pelo monopolista faz valer seu próprio peso e suas regularidades internas. O governante monopolista pode reconhecer esse fato e impor a si mesmo restrições que sua função de autoridade central de uma formação social tão poderosa exige, ou satisfazer suas próprias inclinações e dar a elas

precedência sobre todas as demais. No último caso, o complexo aparato social que se desenvolveu juntamente com a acumulação privada de possibilidades de poder cedo ou tarde entrará em desordem e fará com que sua resistência, sua estrutura autônoma, seja ainda mais fortemente sentida. Em outras palavras, quanto mais abrangente se torna a posição monopolista e mais altamente desenvolvida sua divisão de trabalho, com mais clareza e certeza ela se moverá para um ponto em que o governante monopolista (seja ele um só ou um grupo) se tornará o funcionário central de uma máquina composta de funções diferenciadas, mais poderosa do que outras, talvez, mas pouco menos dependente e agrilhoadada. Essa mudança pode ocorrer quase imperceptivelmente, em pequenos passos e lutas, ou quando grupos inteiros fazem valer, pela força, seu poder social sobre os governantes monopolistas. De uma forma ou de outra, o poder inicialmente adquirido através da acumulação de oportunidades em lutas privadas tende, a partir de um ponto assinalado pelo tamanho ótimo das posses, a escorregar das mãos dos governantes monopolistas para as mãos dos dependentes como um todo, ou, para começar, para grupos de dependentes, tais como a administração monopolista. O monopólio privadamente possuído por um único indivíduo ou família cai sob o controle de um estrato social mais amplo e se transforma, como órgão central do Estado, em monopólio público.

O desenvolvimento do que hoje chamaríamos de “economia nacional” constitui um bom exemplo do processo. A economia nacional desenvolveu-se a partir da “economia privada” das Casas feudais governantes. Ou mais exatamente, não havia no princípio distinção entre o que mais tarde foi separado como rendas e despesas “públicas” e “privadas”. A renda dos suseranos originava-se principalmente da produção das possessões de sua família ou do domínio; as despesas da corte, tais como caçadas, roupas ou presentes, eram custeadas por essa renda, exatamente da mesma maneira que o custo relativamente baixo com a pequena administração que então havia, com soldados mercenários, se necessários, ou com a construção de castelos. À medida que mais e mais terras caíam nas mãos de uma única Casa reinante, o gerenciamento da renda e das despesas, da administração e defesa das propriedades, tornaram-se cada vez mais difíceis para um único indivíduo. Mas, ainda à época em que as propriedades diretas da Casa reinante, de seus domínios, já tinham deixado de ser a fonte principal de sua renda, mesmo quando, com o aumento do comércio, tributos de toda a região fluíam para as “câmaras” do suserano e quando, com o monopólio da força, o monopólio da terra se tornara simultaneamente o dos tributos, ou impostos, mesmo nessa ocasião, ele ainda continuou a controlar a receita como se ela fosse renda pessoal de sua família. Ele ainda podia decidir quanto dela seria gasto em castelos, presentes, cozinha e corte e quanto na manutenção das tropas e pagamento da administração. Era prerrogativa sua a distribuição da renda gerada pelos recursos monopolizados. Examinando de perto o assunto, porém, descobrimos que a liberdade de decisão do monopolista era cada vez mais restringida pela imensa teia humana em que gradualmente se transformaram suas propriedades. Sua dependência do pessoal administrativo aumentou, e com ela a influência deste último; os custos fixos da máquina monopolista subiam constantemente; e, no fim desse desenvolvimento, o governante absoluto, com seu poder aparentemente ilimitado, era, num grau extraordinário, governado, sendo funcionalmente dependente da sociedade a que governava. Sua soberania absoluta não era simples consequência do controle monopolizado de oportunidades, mas função de certa peculiaridade estrutural da sociedade nessa fase, assunto sobre o qual teremos mais a dizer adiante. Mas, como quer que fosse, o

orçamento do absolutismo francês não continha ainda uma distinção entre as despesas “públicas” e “privadas” do rei.

É fato conhecido como a sua transformação em monopólio público encontrou, finalmente, expressão no orçamento. O indivíduo que exerce o poder central, a qualquer título que fosse, é contemplado com uma verba no orçamento, exatamente igual a qualquer outro funcionário; com ela, o suserano, rei ou presidente, atende às despesas de sua família ou corte; as despesas necessárias à organização governamental do país são rigorosamente separadas das que são usadas pelo indivíduo para fins privados. O poder monopolista privado transforma-se em monopólio público, mesmo quando se encontra nas mãos de indivíduos que agem como funcionários da sociedade.

O mesmo quadro emerge se estudamos a formação da máquina governamental como um todo. Ela surgiu a partir do que poderíamos chamar de corte “privada”, e de administração dos domínios de reis ou príncipes. Praticamente todos os órgãos do governo do Estado resultaram da diferenciação das funções da Família Real, ocasionalmente com a incorporação de órgãos autônomos de administração local. Quando essa máquina governamental finalmente se transformou no conjunto de assuntos públicos do Estado, a família do suserano passou a ser, no máximo, um órgão entre outros e, no fim, quase nem mesmo isso.

Teríamos que fazer uma digressão longa demais para mostrar o que realmente temos em mente quando dizemos que o poder “privado” de indivíduos sobre recursos monopolizados se transformou em poder “público”, do “Estado”, ou “coletivo”. Conforme dissemos antes, essas expressões assumem seu significado pleno apenas quando aplicadas a sociedades dotadas de extensa divisão de funções; só nelas as atividades e funções de cada indivíduo dependem direta ou indiretamente das de muitos outros; só nelas o peso dessas muitas ações e interesses entrelaçados adquire tanta importância que mesmo os poucos que exercem controle monopolista sobre possibilidades imensas não conseguem escapar de sua pressão.

Processos sociais que utilizam mecanismos de monopólio são encontrados em numerosas sociedades, mesmo em algumas com divisão de funções e integração relativamente baixas. Nelas, também, todos os monopólios tendem, a partir de certo grau de acumulação, a escapar do controle de um único indivíduo e passar para o de grupos sociais completos, começando freqüentemente com os antigos funcionários do governo, os primeiros servidores dos monopolistas. O processo de feudalização é um exemplo disso. Mostramos antes que, no curso desse processo, o controle sobre propriedades territoriais relativamente grandes e o poder militar escaparam em sucessivas ondas ao governante monopolista, inicialmente passando a seus antigos funcionários ou seus herdeiros, e depois à classe de guerreiros como um todo, com sua própria hierarquia interna. Em sociedades em que é menor o grau de interdependência entre funções sociais, esse afastamento do controle monopolista privado resulta ou numa espécie de “anarquia”, uma decadência mais ou menos completa do monopólio, ou em sua tomada por uma oligarquia, em vez de uma única dinastia individual. Mais tarde, essas mudanças, em benefício de muitos, não culmina em desintegração do monopólio, mas apenas numa forma diferente de controle sobre o mesmo. Só no curso de uma crescente interdependência social de todas as funções é que se torna possível arrancar os monopólios da exploração arbitrária por uns poucos

sem fazer com que se desintegrem. Em todos os casos em que é alta e crescente a divisão de funções, os poucos que, em ondas sucessivas, reivindicam o poder monopolista, cedo ou tarde acabam enfrentando uma situação desvantajosa diante dos muitos, porque precisam de seus serviços e, assim, se estabelece sua dependência, funcional dos mesmos. A teia humana como um todo, dada sua divisão de funções sempre maior, manifesta uma tendência inerente a se opor com veemência crescente a toda monopolização privada de recursos. A tendência dos monopólios, como, por exemplo, da força ou da tributação, a se transformarem de monopólios “privados” em “públicos”, ou “estatais”, nada mais é do que uma função da interdependência social. A teia humana, com sua elevada e crescente divisão de funções, é impelida por seu próprio peso coletivo para um estado de equilíbrio em que se torna impossível a distribuição das vantagens e renda das oportunidades monopolizadas em favor de uns poucos. Se hoje parece evidente que certos monopólios, acima de tudo o monopólio decisivo do governo, são “públicos”, controlados pelo Estado, embora este não fosse absolutamente o caso antes, observa-se um passo na mesma direção. É inteiramente possível que obstruções sejam repetidamente colocadas no caminho desse processo por condições particulares da sociedade. Um exemplo característico dessas obstruções foi mencionado antes, no tocante ao desenvolvimento do velho Império Romano-Germânico. E em todos os casos em que a rede social excede certo tamanho ótimo para essa formação monopolista particular, decomposições semelhantes ocorrem. Permanece perceptível, porém, o impulso dessa teia humana na direção de uma estrutura bem-definida, na qual os monopólios são administrados em benefício de toda a configuração humana, pouco importando que fatores possam repetidamente interferir, como mecanismos compensatórios, para deter o processo, em situações repetidas de conflito.

Considerado em termos gerais, por conseguinte, o processo de formação do monopólio possui uma estrutura muito clara. Nela, a livre competição tem um lugar exatamente definível e uma função positiva: é uma luta entre muitos por recursos ainda não monopolizados por qualquer indivíduo ou pequeno grupo. Todo monopólio social é precedido por esse tipo de prova eliminatória, e cada uma delas tende para o monopólio.

Em contraste com esse estágio de livre competição, a formação do monopólio significa, por um lado, o fechamento do acesso direto a certos recursos para números crescentes de pessoas e, por outro, a progressiva centralização do controle sobre esses recursos. Dada a centralização, os recursos são postos fora da concorrência direta dos muitos. Nos casos extremos, são controlados por uma única entidade social. Esta última, o monopolista, jamais chega à posição de usar apenas para si mesma os lucros do monopólio, em especial em sociedades em que vigora uma elevada divisão de funções. Se dispõe de poder social suficiente, pode, no início, reivindicar para si quase todos os lucros derivados do monopólio e remunerar os serviços alheios com o estritamente necessário para a mera sobrevivência. Mas é obrigado, exatamente porque depende dos serviços e funções dos demais, a alocar a outras pessoas grande parte dos recursos que controla — e uma parte crescentemente maior, quanto mais vastas se tornem suas propriedades acumuladas e maior sua dependência dos demais. Uma nova luta sobre a destinação desses recursos, portanto, surge entre os que deles dependem. Mas se, na fase precedente, a competição era “livre”, isto é, seu resultado dependia exclusivamente de quem se mostrasse mais forte ou mais fraco num dado momento, agora ela depende da função ou finalidade para as quais o

monopolista precisa do indivíduo para supervisionar o seu domínio. A livre competição é substituída por outra, controlada, ou pelo menos controlável, por agentes humanos situados numa posição central; e as qualidades que auguram sucesso nessa competição restrita, a seleção que ela promove, os tipos humanos que produz, diferem profundamente do que havia na fase precedente, de livre competição.

Temos exemplo disso na diferença entre a situação da nobreza feudal livre e a da nobreza de corte. No primeiro caso, o poder social da Casa isolada, que era função de sua capacidade econômica e militar e da força física e perícia do indivíduo, determinava a alocação dos recursos: nessa livre competição tornava-se indispensável o uso direto da força. Na última, a destinação de recursos é, em última análise, decidida pelo homem cuja Casa ou cujos predecessores emergiram, pela violência, vitoriosos da luta, de modo que ele, nesse momento, exerce o monopólio da força. Devido a esse monopólio, o emprego direto da força se vê excluído de quase toda a competição, entre membros da nobreza, pelas oportunidades de que o príncipe dispõe para distribuir. Os meios de luta foram refinados ou sublimados. Aumentou a restrição aos afetos, imposta ao indivíduo por sua subordinação ao governante monopolista. E os indivíduos assim oscilam entre a resistência à compulsão à qual estão submetidos, o ódio à dependência em que vivem e à falta de liberdade, a nostalgia da livre rivalidade entre cavaleiros, por um lado, e o orgulho pelo autocontrole que adquiriram ou a satisfação ante as novas possibilidades de prazer de que desfrutam, por outro. Em suma, um novo estímulo é aplicado ao processo civilizador.

O passo seguinte ocorre quando a burguesia conquista os monopólios da força física e da tributação, juntamente com todos os demais monopólios governamentais que nele se baseiam. A burguesia, nessa fase, é uma classe que, como um todo, controla certas oportunidades econômicas à maneira de um monopólio organizado. Mas as oportunidades são ainda tão uniformemente espalhadas entre seus membros que um número relativamente grande deles ainda pode competir livremente. O que essa classe disputa com os príncipes, e finalmente consegue, não é a destruição do governo monopolista. A burguesia não aspira a realocar esses monopólios fiscal, militar e policial a seus membros individuais, que aliás não querem se tornar proprietários de terras, cada um deles controlando suas próprias forças militares e receita proveniente de impostos. A existência de uma coleta de impostos monopolizada e de um monopólio na aplicação da violência física constitui a base de sua própria existência social: é a condição para restringir-se a livre competição a meios econômicos, não-violentos, concorrendo eles entre si por certas oportunidades econômicas.

O que os burgueses procuram alcançar na luta pelo governo monopolista, e finalmente conseguem, não é a divisão dos monopólios existentes, mas uma nova distribuição de seus ônus e benefícios. Dá-se um passo nessa direção quando o controle desses monopólios passa a depender de uma classe inteira, e não de um príncipe absoluto. Ocorre um avanço quando as oportunidades proporcionadas pelo monopólio passam a ser distribuídas cada vez menos segundo o favor pessoal e no interesse de indivíduos, e cada vez mais de conformidade com um plano mais impessoal e exato, no interesse de muitos associados interdependentes e, finalmente, no interesse de toda uma configuração humana interdependente.

Em outras palavras, graças à centralização e à monopolização, oportunidades que antes

tenham que ser conquistadas por indivíduos com emprego de força militar ou econômica tornam-se passíveis de planejamento. A partir de certo ponto do desenvolvimento, a luta pelos monopólios não visa mais à sua destruição. É uma luta pelo controle do que eles produzem, por um plano de acordo com o qual seus ônus e benefícios sejam mais divididos, numa palavra, pelas chaves para a distribuição. A distribuição em si, a tarefa do governante monopolista e da administração, passa, assim, de uma função relativamente privada para pública. Sua dependência de todas as demais funções da rede humana interdependente emerge cada vez mais claramente numa forma organizacional. Em toda essa estrutura, os funcionários mais importantes são, como todos os demais, dependentes. Instituições permanentes para controlá-los são formadas por maior ou menor proporção de pessoas dependentes da máquina monopolista. O controle do monopólio, o preenchimento de suas posições decisivas, não é mais decidido pelas vicissitudes da “livre” competição, mas por provas de eliminação que se repetem, sem uso de armas, e que são reguladas pela máquina e, assim, pela competição “não-livre”. Em outras palavras, forma-se o que estamos acostumados a chamar de “regime democrático”. Esse tipo de regime não é — como o mero exame de certos processos de monopólio econômico em nossa época poderia levar-nos a pensar — incompatível com monopólios, como tais, nem depende para sua existência da competição a mais livre possível. Muito ao contrário: pressupõe monopólios altamente organizados e só pode surgir ou sobreviver em certas circunstâncias, numa estrutura social muito específica e num estágio bem avançado de formação de monopólios.

Tanto quanto podemos até o momento julgar, duas fases principais podem se distinguir na dinâmica do mecanismo do monopólio. Em primeiro lugar, o estágio da livre competição ou de provas eliminatórias, tendendo os recursos a se acumularem num número cada vez menor de mãos e, finalmente, em apenas duas mãos, ou a fase da formação do monopólio; em segundo, a etapa em que o controle dos recursos centralizados e monopolizados tende a passar de um indivíduo para números sempre maiores até, finalmente, tornar-se função da rede humana interdependente como um todo. É esta a fase em que o monopólio relativamente “privado” torna-se “público”.

Sinais da segunda fase são observados até mesmo em sociedades em que é relativamente baixa a divisão de funções. Mas, evidentemente, ela só pode atingir pleno desenvolvimento naquelas com uma divisão de funções elevada e em permanente expansão.

O movimento global pode, portanto, ser reduzido a uma fórmula muito simples. Seu ponto de partida é uma situação em que uma classe inteira controla oportunidades de monopólio desorganizadas e em que, conseqüentemente, a distribuição dessas oportunidades entre os membros da classe é decidida pela livre competição e pela força bruta; e ele ruma para uma situação em que o controle das oportunidades dos monopólios, e de quem deles depende, por uma classe é organizado a partir de um centro e garantido por instituições; agora a distribuição dos produtos do monopólio segue um plano que não é exclusivamente determinado pelos interesses de indivíduos isolados ou grupos, mas está orientado pela teia geral de interdependências que articula todos os grupos e indivíduos entre si, para um seu funcionamento ótimo. Isto porque, a longo prazo, a subordinação da busca do funcionamento ótimo da rede global de interdependências à otimização de interesses particulares invariavelmente destrói seu próprio objetivo.

Basta, no que interessa ao mecanismo geral da competição e à formação do monopólio. Essa generalização esquemática assume sua plena importância apenas em associação com fatos concretos; através deles, ela tem que provar seu valor.

Quando falamos em “livre competição” e “formação de monopólio”, em geral temos em mente fatos correntes: pensamos, em primeiro lugar, na “competição livre” por vantagens “econômicas”, da qual participam pessoas ou grupos, dentro de um dado conjunto de regras, empregando-se o poder econômico, e no curso da qual alguns aumentam gradualmente seu controle sobre as vantagens econômicas, simultaneamente destruindo, submetendo ou restringindo a existência econômica dos demais.

As lutas econômicas de nossos dias, porém, não só culminam, diante de nossos olhos, numa restrição constante à competição realmente “livre de monopólios” e na lenta formação de estruturas monopolistas. Conforme já indicamos, tais lutas pressupõem a existência assegurada de certos monopólios muito desenvolvidos. Sem a organização monopolista da violência física e da tributação, limitada no presente às fronteiras nacionais, a restrição dessa luta por vantagens “econômicas” ao emprego de poder “econômico”, bem como a observância de suas regras básicas, seriam impossíveis em qualquer época, mesmo em Estados isolados. Em outras palavras, as lutas econômicas e os monopólios dos tempos modernos ocupam seu lugar dentro de um contexto histórico mais amplo. E só em relação a esse contexto mais amplo é que nossas observações genéricas sobre o mecanismo da competição e do monopólio podem assumir todo o seu significado. Só se levarmos em conta a sociogênese dessas instituições monopolistas firmemente enraizadas do “Estado” — que durante uma fase de expansão e diferenciação em grande escala abriu a “esfera econômica” à competição individual irrestrita, e assim à formação de novos monopólios privados —, só então poderemos distinguir mais claramente, em meio ao grande número de fatos históricos particulares, a interação dos mecanismos sociais, a estrutura organizada da formação desses monopólios.

De que modo vieram a ser criadas essas organizações monopolistas do “Estado”? Foram geradas por que tipos de lutas?

Deve ser suficiente, para o que nos interessa, estudar esses processos na história do país onde tomaram um curso mais persistente e que, parcialmente devido a isso, foi durante longos períodos a principal potência da Europa, dando exemplo às demais: a França. Assim procedendo, não deveremos evitar os detalhes, porque, de outra maneira, nosso modelo geral nunca acumularia a riqueza de experiência e se conservaria oco — tal como a riqueza de experiência permanece caótica para quem não consegue divisar nela a ordem e as estruturas.

IV

Primeiras Lutas no Contexto do Reino

1. No antigo território franco do Ocidente era muito elevada a probabilidade de que, cedo ou tarde, uma das Casas guerreiras rivais obtivesse a predominância e depois uma posição monopolista, de modo que muitos dos territórios feudais menores fossem enfeixados numa unidade mais ampla.

O fato de uma determinada Casa, a dos Capeto, emergir vitoriosa das lutas eliminatórias, tornando-se ela a agente do mecanismo monopolizador, contava por sua vez com probabilidades bem menores, mesmo que certo fatores em seu favor possam ser facilmente discernidos. Cabe mesmo dizer que foi apenas o curso tomado pela Guerra dos Cem Anos que resolveu, de uma vez por todas, se os descendentes dos Capeto ou de outra Casa se tornariam os monopolistas, ou suseranos, do Estado que emergia.

É importante levar em conta a diferença entre essas duas ordens de questões, entre o problema geral do monopólio e da formação do Estado, e a questão mais específica do motivo por que uma Casa particular conquistou e conservou a hegemonia. Estivemos estudando a primeira questão, e não a segunda, e é ela que continuará a nos interessar aqui.

A primeira mudança na direção do monopólio após o nivelamento geral das relações de propriedade que se prolongou pelo século X, e mesmo pelo XI, já foi sumariamente descrita anteriormente. Ela significava a formação de um monopólio dentro dos limites de um território. Nessa pequena área, foram travadas as primeiras batalhas eliminatórias, com o fiel da balança se movendo inicialmente em favor de uns poucos e, finalmente, de um único dos participantes. Uma Casa — pois a Casa ou a família é sempre a unidade social que se firma e faz valer seus direitos, e não um indivíduo — acumulava tanta terra que as outras não podiam mais rivalizar com ela em termos militares e econômicos. Enquanto houvesse possibilidade de competir com ela, a relação entre senhor feudal e vassalo era mais ou menos nominal. Com a mudança no poder social, tal relação assumiu uma nova realidade. Estabeleceu-se a dependência de muitas Casas face a uma única, ainda que, na falta de uma máquina central altamente desenvolvida, ela carecesse da continuidade e solidez que mais tarde veio a assumir no contexto do regime absolutista.

Era característico da força com que operava esse mecanismo monopolista que processos análogos ocorressem, aproximadamente na mesma época, em praticamente todos os territórios da região franca ocidental. Luís VI, duque de França, e nominalmente rei de toda a região, era bastante representativo desse estágio de formação do monopólio.

2. Se examinamos um mapa da França em 1032, formamos uma clara impressão de sua fragmentação política, em bom número de territórios mais e menos poderosos.⁸³ O que temos diante de nós certamente ainda não é a França que conhecemos. Essa França emergente, a antiga região franca do Ocidente, estava limitada a sudeste pelo Ródano; Arles e Lyon ficavam de fora, no reino da Borgonha; fora também, ao norte, estendia-se a região das atuais Toul, Bar le Duc e Verdun, que pertenciam, como as áreas em volta de

Aachen, de Antuérpia e, mais ao norte, a Holanda, ao reino de Lorena. As tradicionais fronteiras oriental e setentrional da antiga região franca do Ocidente estavam bem para dentro da França atual. Mas nem essa fronteira do império nominal dos Capeto nem as fronteiras das unidades políticas menores nele contidas tinham, na época, a mesma função ou fixidez das atuais fronteiras internacionais. Divisões geográficas, vales de rios e cadeias de montanhas, bem como diferenças lingüísticas e tradições locais, davam, é verdade, certa estabilidade às fronteiras. Mas uma vez que todas as regiões, grandes ou pequenas, constituíam propriedade de uma família de guerreiros, o que fundamentalmente decidia a composição da unidade territorial eram as vitórias e derrotas, os casamentos, as compras e vendas feitas por essa família. E em cada região eram muito grandes as mudanças de hegemonia.

Indo do sul para o norte vemos, em primeiro lugar, ao norte do condado de Barcelona, isto é, ao norte dos Pireneus, o ducado da Gasconha, que se estende até a região de Bordeaux e ao condado de Toulouse. Em seguida, e para mencionar apenas as unidades maiores, temos o ducado de Guyenne, isto é, a Aquitânia, o condado de Anjou, sede da segunda Casa Real franco-inglesa, os condados de Maine e Blois, o ducado de Normandia, sede da primeira Casa Real franco-inglesa, os condados de Troyes, Vermandois e Flandres e, finalmente, em meio aos domínios normandos — os condados de Blois, Troyes e outros — o pequeno domínio dos Capeto, o ducado de França. Já enfatizamos que esse pequeno domínio dos Capeto não constituía, mais do que qualquer outro território, uma unidade completa nos sentidos geopolítico ou militar da palavra. Era constituído de duas ou três regiões contíguas razoavelmente grandes, a île-de-France, Berry e Orléans, bem como de propriedades menores espalhadas pelo Poitou, no sul, e pelas partes as mais diversas da França, que por um meio ou outro haviam passado à posse dos Capeto.⁸⁴

3. Na maioria desses territórios, à época de Luíz VI, uma dada Casa já obtivera predominância sobre as demais, mediante uma acumulação de terras. Conflitos entre essas Casas principescas e a pequena nobreza que vivia no seu domínio estavam sempre eclodindo, e durante muito tempo continuaram perceptíveis as tensões entre elas.

Não eram muito animadoras, porém, as possibilidades de resistência bem-sucedida por parte das Casas feudais menores. A dependência delas face ao senhor feudal ou ao governante territorial vai se tornando mais evidente no curso do século XI. A posição monopolista das Casas principescas em seus territórios agora raramente é abalada. O que passa a caracterizar, cada vez mais, a sociedade é a luta entre as Casas de príncipes, pela predominância em áreas mais extensas. As pessoas eram envolvidas nesses conflitos pelas mesmas compulsões presentes na fase anterior: quando um vizinho se expandia e, portanto, tornava-se mais forte, o outro corria o risco de ser esmagado por ele e de tornar-se seu dependente. Ele tinha que vencer, a fim de não ser subjugado. E embora, para começar, as Cruzadas e guerras de conquista reduzissem até certo ponto a pressão interna, ela se tornou mais forte tão logo diminuíram as possibilidades de expansão pelo exterior. O mecanismo da livre competição operava nesse momento em um círculo mais limitado, isto é, entre as famílias de guerreiros que se haviam tornado as Casas principais de seus territórios.

4. A conquista da Inglaterra pelo duque normando foi uma das campanhas expansionistas características dessa época — uma entre muitas. Confirmava também a

fome geral de terras que afligia a população crescente, particularmente de guerreiros, fossem eles ricos ou pobres.

O enriquecimento do duque normando, a ampliação de seus meios militares e financeiros, porém, constituíram grave perturbação para o equilíbrio anterior vigente entre os governantes territoriais da França. A plena extensão da mudança não foi evidente de imediato, uma vez que o conquistador precisou de tempo para organizar o poder dentro dos novos domínios e, mesmo quando isso aconteceu, a ameaça decorrente desse engrandecimento, em relação aos outros governantes territoriais, só se fez sentir, dada a baixa integração dos territórios francos do Ocidente, na vizinhança direta da Normandia, isto é, no norte da França, e não ao sul. Foi sentida, porém, e mais diretamente pela Casa com reivindicação tradicional à predominância na área a leste vizinha da Normandia, a Casa dos duques de França, os Capeto. Não é improvável que a ameaça representada por esse vizinho mais forte constituísse um fator a impelir Luís VI na direção que ele seguiu tão tenaz e energicamente durante toda a vida, o anseio de consolidar o poder e derrotar qualquer rival possível dentro de seu território.

O fato de ele, o rei nominal e senhor feudal da região franca do Ocidente, ser na verdade, pela dimensão de seus domínios, bem mais fraco que seu vassalo e vizinho, que nesse momento como governante da Inglaterra também portava uma coroa, evidenciou-se em todos os conflitos que travaram.

Guilherme, o Conquistador, uma vez que conquistara recentemente seu território insular, teve a oportunidade de criar o que constituía para a época uma organização governamental muito bem-centralizada. Distribuiu a terra de uma maneira que visava, tanto quanto possível, a impedir a formação de Casas e famílias tão ricas e poderosas como a sua, e que pudessem rivalizar com esta. O governo do suserano inglês foi o mais moderno de seu tempo; até para a receita monetária, ele criou um organismo especial.

O exército com que conquistara a ilha consistia apenas em parte de seus vassalos feudais, sendo o restante constituído de cavaleiros mercenários, movidos pelo mesmo desejo de possuir terras. Só nesse momento, encerrada a conquista, tornou-se o tesouro do governante normando suficientemente rico para contratar soldados, e, independentemente da importância de seus vassalos feudais, isso lhe conferiu superioridade militar sobre os vizinhos da Europa continental. Luís, o Gordo, da França, não podia, como não puderam seus predecessores, fazer o mesmo. Acusaram-no de ganancioso, de procurar, por todos os meios à sua disposição, apropriar-se de dinheiro. Na verdade, foi exatamente nessa época, como aliás em muitos períodos em que a moeda é relativamente escassa e se sente agudamente a desproporção entre a que existe e a que é necessária, que a vontade ou a “cobiça” de dinheiro mais se destacou. Luís VI, porém, encontrava-se em situação particularmente difícil, se comparado com seu vizinho mais próspero. Nesse aspecto, como no da organização, centralização e eliminação de possíveis rivais internos, o território insular deu um exemplo que os governantes da Europa continental tiveram que seguir, para não sucumbir na luta pela supremacia.

No início do século XII, portanto, a Casa dos Capeto era visivelmente mais fraca do que a rival, que controlava terras e gentes do outro lado do mar. Luís VI foi derrotado em praticamente todas as batalhas que travou com o rival inglês, embora este último não conseguisse penetrar no território da própria França. Nessa situação, o senhor de França

limitou-se a ampliar sua base de poder, as propriedades de sua família, e a esmagar a resistência dos senhores feudais menores no interior ou nos interstícios de seus territórios. Ao assim proceder, preparava sua Casa para aquela grande luta, para aqueles séculos de conflito pela supremacia na antiga região franca do Ocidente, no curso da qual um número cada vez maior de territórios foi se fundir num único bloco, em mãos de uma única Casa, e na qual se envolveram direta ou indiretamente todos os territórios da região — a luta pela coroa da França, entre os soberanos da Île-de-France e os soberanos da ilha inglesa.

5. A Casa que retomou a luta contra os Capeto quando se extinguiu a família de Guilherme, o Conquistador, foi a dos Plantageneta. Essa família tinha por domínio o Anjou⁸⁵, uma região também vizinha da França. Começou sua ascensão mais ou menos na mesma época que os Capeto e quase que da mesma maneira. Da mesma forma que na França sob Felipe I, na vizinha Anjou sob Foulque, o real poder dos condes em relação a seus vassalos tornara-se bastante débil. Tal como o filho de Felipe, Luís VI, o Gordo, o filho de Foulque, Foulque, o Moço, e o filho deste, Godofredo Plantageneta, gradualmente subjugou os senhores feudais e de porte médio de seu domínio, assim lançando as bases para a expansão futura.

Na própria Inglaterra, ocorreu, inicialmente o processo inverso exibindo, pelo avesso, os mecanismos que moviam essa sociedade de guerreiros. Quando Henrique I, neto de Guilherme, o Conquistador, faleceu sem deixar herdeiros, Estêvão de Blois, filho de uma das filhas de Guilherme, reivindicou o trono. Obteve o reconhecimento dos senhores feudais seculares e da Igreja, mas ele mesmo não passava de um senhor feudal normando de porte médio. Sua riqueza pessoal e o poder de sua família, dos quais tinha que depender, eram limitados. Por isso mesmo, tornou-se quase inerte diante de outros guerreiros e também do clero locais. Com sua ascensão ao trono, começou imediatamente a desintegração do poder governamental na ilha. Os senhores feudais construíam castelo após castelo, cunhavam moeda própria, cobravam impostos em suas regiões, em suma, assumiam todos os poderes que até então, dada a força superior que possuíam, haviam sido monopólio dos soberanos normandos. Além do mais, Estêvão de Blois cometeu uma série de erros graves, dos quais o principal foi perder o apoio da Igreja, o que um governante mais forte poderia, talvez, ter sido capaz de superar, mas não um homem que dependia do auxílio alheio. Tais fatos favoreceram seus rivais.

Esses rivais eram os condes de Anjou. Godofredo Plantageneta se casara com a filha do último rei anglo-normando. E dispunha de poder necessário para sustentar a reivindicação que fez com base no casamento. Lentamente, construiu uma cabeça-de-ponte na Normandia. Seu filho, Henrique Plantageneta, unificou o Maine, o Anjou, a Touraine e a Normandia sob seu domínio. Armado desse poder, pôde empreender a reconquista dos domínios ingleses de seu avô, exatamente como o duque normando fizera antes dele. Em 1153, cruzou o Canal da Mancha. Em 1154, à idade de 22 anos, coroou-se rei, e um rei que, em virtude de seu poder militar e financeiro, energia pessoal e talento, tornou-se uma poderosa força centralizadora. Dois anos antes, além do mais, tornara-se, pelo casamento com a herdeira da Aquitânia, senhor dessa região no sul da França. Combinava assim, com suas terras inglesas, um território na Europa Continental, frente ao qual o domínio dos Capeto parecia realmente insignificante. A questão se os territórios francos do Ocidente deviam ser integrados em volta da Île-de-France ou de Anjou permanecia inteiramente em aberto. A própria Inglaterra era território conquistado e mais um objeto do que

propriamente um tema no jogo político.⁸⁶ Era — se queremos — uma província semicolonial na frouxa federação de territórios francos do Ocidente.

A distribuição de poder naquela época guardava uma distante semelhança com a que atualmente existe no Extremo Oriente. Um pequeno território insular e um domínio continental muitas vezes maior encontravam-se sob o mesmo governo. Toda a parte sul do antigo reino dos Capeto a ele pertencia. A principal área ao sul que não pertencia aos domínios dos Plantageneta era o condado de Barcelona. Seus soberanos estavam empenhados num análogo movimento expansionista e se tornaram reis de Aragão, mais uma vez sobre bases matrimoniais. Lentamente, sem que no início mal se percebesse, eles abandonaram a união dos territórios francos do Ocidente.

Além disso, excluído do domínio meridional anglo-angevino — salvo um território menor pertencente à Igreja —, havia o condado de Toulouse. Seus soberanos, como senhores feudais menores ao norte da região de Aquitânia, começaram, ante a ameaça do reino angevino, a se inclinar para o centro de poder rival, formado pelos Capeto. Os equilíbrios de poder que encontramos em configurações como essas tendem a determinar, sempre da mesma maneira, a conduta das pessoas. Na esfera menor da federação territorial franca, o seu modo operante pouco diferiu do que vemos na política dos Estados na Europa moderna, por exemplo, e mesmo, incipientemente, em todo o globo. Enquanto nenhum poder absolutamente dominante surgir — um poder que tenha superado inequivocamente toda concorrência e assumido posição de monopólio —, unidades de segunda classe procuram formar blocos contra aquele que, ao unificar numerosas regiões, chegou mais perto da supremacia. A formação de um bloco provoca a criação de outro e, embora por muito tempo o processo possa oscilar de um lado para outro, o sistema como um todo tende a consolidar regiões cada vez maiores em torno de um centro, a concentrar o poder de decisão real num número sempre menor de mãos e, finalmente, num único centro.

A expansão do duque normando gerou um bloco que deslocou em seu benefício o equilíbrio, começando pela região norte da França. A expansão da casa de Anjou aproveitou esse fato e deu um passo adiante. O bloco do reino angevino ameaçou o equilíbrio de toda a região franca do Ocidente. Por menos organização que esse bloco demonstrasse, por mais rudimentares fossem seu governo e sua centralização, ainda assim o movimento através do qual, sob pressão da fome geral de terras, uma Casa incessantemente impelia outra a unir-se a ela e a obter “mais” terras, manifestou-se com clareza suficiente nessas formações políticas. À parte o sul, uma larga faixa abrangendo toda a região ocidental da França pertencia, então, aos Plantageneta. Tradicionalmente, o rei da Inglaterra era vassalo dos reis Capeto no tocante a essa área da Europa continental. O “Direito”, contudo, de pouco vale quando não se apóia num poder social correspondente.

Quando, em 1177, o sucessor de Luís VI, Luís VII de França, agora um homem velho e cansado, se encontrou com o representante da Casa rival, Henrique II, o jovem rei da Inglaterra, disse a este último: Real Senhor, desde o começo de vosso reinado, e antes mesmo, tendes cometido ofensas a mim, calcando aos pés a lealdade que me deveis e a vassalagem que me prestastes; e de todas essas ofensas, a mais grave e flagrante foi a injusta usurpação da Auvergne, que conservais em prejuízo da coroa francesa. Para ser

franco, a velhice me aflige e rouba-me a força necessária para recuperar essa terra e outras, mas perante Deus, perante esses Barões do Reino e nossos leais súditos, publicamente protesto e defendo os direitos de minha Coroa, acima de tudo sobre a Auvergne, o Berry, Chateauroux, Gisors e o Vexin normando, implorando ao Rei dos Reis, que me deu um herdeiro, que lhe conceda o que a mim negou.⁸⁷

O Vexin — uma espécie de Alsácia-Lorena normanda — era uma terra fronteiriça contestada entre o domínio dos Capeto e o domínio normando dos Plantageneta. Mais ao sul, a fronteira entre os domínios dos Capeto e o angevino corria pelo Berry. Os Plantageneta já se sentiam suficientemente fortes para ocupar partes do domínio dos Capeto. A luta pela supremacia, entre os Capeto e os Plantageneta, estava em pleno desenvolvimento e o soberano angevino era, além do mais, muito mais forte do que seu colega da França.

Por isso mesmo, as exigências que o Capeto faz a seu adversário são na verdade muito modestas: quer que lhe devolva algumas terras que considera pertencerem a seus domínios. Por algum tempo, não pode aspirar a nada mais. Compreende perfeitamente a glória do domínio angevino e a insignificância da sua. “Nos franceses”, disse ele certa vez, comparando-se ao rival, “nada mais temos do que pão, vinho e contentamento.”

6. Essa maneira de governar, porém, ainda não se revestia de grande estabilidade. Era, na verdade, uma “empresa privada” e, como tal, estava sujeita à dinâmica social inerente a uma luta entre unidades que competiam livremente entre si; era muito mais fortemente influenciada pelas capacidades dos concorrentes — sua idade, sucessão e fatores pessoais análogos — do que as formações políticas de fases posteriores, quando não só a pessoa de quem controla o monopólio, mas uma certa divisão de funções, uma multiplicidade de interesses organizados e uma máquina governamental mais estável são o que mantêm a coesão de unidades mais amplas.

Em 1189, um Capeto, mais uma vez, se chocou com um Plantageneta. Entrementes, quase todas as áreas contestadas haviam voltado ao domínio dos Capeto. Nesse momento, o Plantageneta é um velho e, o Capeto, mais moço, o filho de Luís VII, Felipe II, apelidado de Augusto. A idade, conforme já notamos, significa muito numa sociedade em que o homem que exerce o poder ainda não pode delegar a liderança militar, onde muito depende de sua iniciativa pessoal e onde ele tem que atacar ou defender-se em pessoa. Henrique II, da Inglaterra, pessoalmente um soberano forte que ainda controlava firmemente seus grandes domínios, nessa data é afligido, além da idade, pelas rebeliões e mesmo pelo ódio de seu filho mais velho, Ricardo, conhecido como Coração de Leão, que, às vezes, até faz causa comum com os inimigos Capeto de seu pai.

Explorando a fraqueza do adversário, Felipe Augusto retoma a Auvergne e as partes do Berry mencionadas por seu pai. Um mês depois, enfrentam-se ambos em Tours. Henrique II falece aos 56 anos.

Em 1193 — Ricardo, o Coração de Leão, está na prisão —, Felipe conquista a longamente contestada Vexin, tendo como aliado João, o irmão mais moço do prisioneiro.

Em 1199, falece Ricardo. Ele, tal como seu irmão e sucessor, João, que seria chamado de João Sem Terra, dilapidou grande parte de seu poder, as posses de família e os tesouros do pai. Enfrentando João como rival, contudo, há um homem que sentiu até os ossos toda

a humilhação e asfixia do poder dos Capeto, causadas pelo crescimento dos anglo-angevinos, e cuja energia, despertada por essa experiência, era canalizada numa única direção: mais terras e mais poder. Mais e mais. Ele — tal como o primeiro Plantageneta antes dele — é obcecado por esse anseio. Quando João Sem Terra lhe pergunta se não poderia ter de volta como pagamento algumas terras que perdera para ele, Felipe responde perguntando-lhe se ele não conhece alguém que deseje vender terras: pois também ele gostaria de comprar mais. Nessa ocasião, Felipe já é um homem rico em terra e poder.

Evidentemente, não ocorria ainda uma luta entre Estados ou nações. Toda a história da formação de organizações monopolistas posteriores, de nações-Estados, permanecerá incompreensível até que se entenda o caráter especial dessa outra fase social, bem anterior, de “iniciativa privada”. Travava-se uma luta entre Casas Reais concorrentes ou rivais que, acompanhando a evolução geral dessa sociedade, impelia todas as unidades, inicialmente pequenas e em seguida cada vez maiores, a se expandirem e a lutarem por mais posses.

A batalha de Bouvines, em 1214, decidiu provisoriamente a questão. João da Inglaterra e seus aliados foram derrotados por Felipe Augusto. E como acontecia com tanta frequência na sociedade belicosa feudal, a derrota em batalha externa implicava também um debilitamento interno. Voltando para casa, João encontra os barões e o clero em clima de revolta, a exigir a Magna Carta. Inversamente, no caso de Felipe Augusto, a derrota na guerra externa fortalece-lhe o poder em seus domínios.

Na qualidade de herdeiro do pai, Felipe Augusto recebeu basicamente a região de Paris e Orléans, juntamente com partes de Berry. Acrescentou a eles — para mencionar apenas suas grandes aquisições — a Normandia, na ocasião um dos maiores e mais ricos territórios de todo o reino; o Anjou, o Maine e a Touraine; partes importantes do Poitou e de Saintonge; o Artois, o Valois, o Vermandois; a região de Amiens e boa parte da região em volta de Beauvais. “O senhor de Paris e Orléans converteu-se no maior senhor territorial do norte da França”.⁸⁸ Tornou a “Casa dos Capeto a família mais rica da França”.⁸⁹ Seus domínios haviam obtido saídas para o mar. Em outros territórios do norte da França, na Flandres, Champagne, Borgonha e Bretanha, crescia sua influência na proporção do poder que possuía. E mesmo no sul já controlava uma área considerável.

O domínio dos Capeto, contudo, podia ser tudo mas não era ainda um território integrado. Entre o Anjou e a região de Orléans estendia-se o domínio do conde de Blois. Ao sul, os distritos costeiros em volta de Saintes e, mais para leste, Auvergne, quase não tinham ligações com as regiões setentrionais. Estas últimas, porém, o velho domínio familiar, juntamente com a Normandia e áreas recém-conquistadas que se estendiam para além de Arras no norte, constituíam, em termos puramente geográficos, um bloco na maior parte auto-suficiente.

Nem mesmo Felipe Augusto tinha ainda em vista a “França” em nosso sentido, e seus domínios reais não eram essa França. O que almejava acima de tudo era a expansão territorial, militar e econômica do poder de sua família e a subjugação de seus concorrentes mais perigosos, os Plantageneta. Em ambos os objetivos, teve sucesso. Por ocasião de sua morte, os domínios dos Capeto eram aproximadamente quatro vezes maiores do que quando subira ao trono. Os Plantageneta, ao contrário, que tinham vivido até então mais na Europa continental do que na ilha — e cuja administração na própria Inglaterra era constituída tanto de normandos europeus e indivíduos de seus outros

domínios no continente quanto de nativos da ilha — controlavam nesse momento, no continente, apenas uma parte da antiga Aquitânia, a área ao norte da região central e ocidental dos Pireneus, ao longo da costa, chegando até o estuário do Gironda sob o nome de ducado de Guyenne. À parte isso, algumas ilhas no arquipélago normando. O fiel da balança mudara contra eles. Reduzira-se o poder que exerciam. Mas, graças ao domínio na ilha, esse poder não foi quebrado. Após certo tempo, o equilíbrio no continente voltou a beneficiá-los. Durante muito tempo, permaneceu indeciso o resultado dessa luta pela hegemonia na antiga área franca do Ocidente. Parece que Felipe Augusto considerava como seus principais rivais, em seguida aos Plantageneta, os condes de Flandres, e o fato de que um novo centro de poder realmente surgira nessa região é demonstrado por toda a história subsequente da França. Conta-se que Felipe disse certa vez que ou a França se tornaria flamenga ou Flandres se tornaria francesa. Ele certamente não perdia de vista que, em todos esses conflitos entre Casas territoriais menores, o que estava em jogo era a supremacia ou a perda da independência. Mas ainda podia imaginar tanto a Flandres como a França dominando toda a área.

7. No início, os sucessores de Felipe Augusto seguiram com firmeza o curso que ele traçara: procuraram consolidar e estender ainda mais o domínio ampliado. Tão logo Felipe Augusto faleceu, os barões do Poitou voltaram-se para os Plantageneta. Luís VIII, filho de Felipe Augusto, reconquistou a região e incluiu-a em seus domínios, o mesmo fazendo com Saintonge, Aunis e Languedoc, parte da Picardia e o condado de Perche. Parcialmente sob a forma de uma guerra religiosa, a luta contra os heréticos albigenses, a Casa dos Capeto começou a avançar para o sul e a penetrar na esfera do único grande senhor territorial que podia, além dos Plantageneta, rivalizar com ela em poder, o conde de Toulouse.

O Capeto seguinte, Luís IX, São Luís, teve mais uma vez que defender suas posses, apressadamente unificadas, contra todos os tipos de ataque interno e externo. Simultaneamente, continuou a reforçar seu poder, anexando partes do Languedoc a nordeste dos Pireneus, os condados de Mâcon, Clermont e Mortain, e algumas áreas menores, às propriedades de sua família. Felipe III, o Audaz, conquistou o condado de Guines, entre Calais e Saint-Omer, mas apenas para perdê-lo 12 anos depois para os herdeiros do conde. Através de compra ou proteção, adquiriu todas as propriedades menores nas vizinhanças que estivessem oferecidas à venda, e preparou a incorporação da Champagne e do grande território de Toulouse aos domínios de sua Casa.

Nesse momento, praticamente não havia em toda a área franca do Ocidente um único soberano territorial que pudesse, sem aliados, fazer frente aos Capeto, com exceção dos Plantagenetas. Estes últimos, para sermos exatos, não estavam menos preocupados que os Capeto em expandir sua esfera de poder. Na Europa continental, sua soberania mais uma vez se estendera para além do ducado de Guyenne. Do outro lado do mar, haviam submetido Gales e procediam à conquista da Escócia. E ainda tinham possibilidades de expansão que não os levariam a um choque direto com os Capeto. Estes últimos, igualmente, tinham espaço para se expandir em outras direções. Simultaneamente, sob Felipe, o Belo, seus domínios estavam se estendendo às fronteiras do Império Romano-Germânico, por um lado, até o rio Maas, que nessa época era considerado a fronteira natural e tradicional — em homenagem à partilha do Império Carolíngio em 843 — da área franca do Ocidente; e por outro — mais ao sul — prolongava-se até o Ródano e o

Saône, isto é, até a Provença, o Delfinado e o condado de Borgonha, que, de igual maneira, não pertenciam à confederação tradicional dos territórios francos do Ocidente. Pelo casamento, Felipe adquiriu a Champagne e Brie, com suas muitas áreas anexadas, algumas delas no território do próprio Império Romano-Germânico. Do conde de Flandres obteve os domínios de Lille, Douai e Béthune, e tomou dos condes de Blois o condado de Chartres e a propriedade Beaugency. Além disso, adicionou às suas terras os condados de Marche e Angoulême, as propriedades eclesiásticas de Cahors, Mende e Puy e, mais ao sul, o condado de Bigorre e o viscondado de Soule.

Seus três filhos, Luís X, Felipe V e Carlos IV faleceram um após o outro sem deixarem herdeiro do sexo masculino. As propriedades da família e a coroa dos Capeto passaram ao descendente do filho mais moço da Casa, que possuía como apanágio o condado de Valois.

Até esse momento, através de gerações, um esforço contínuo fora feito mais ou menos na mesma direção: acumular terras. No que nos interessa, deve ser suficiente sumariar aqui os resultados desse trabalho. Mesmo assim, mesmo em sumário, a mera enumeração das muitas terras que gradualmente anexaram dá-nos uma idéia da luta incessante, declarada ou disfarçada, na qual se empenharam as várias Casas principescas, e na qual, uma após outra, derrotadas por alguém mais poderoso, desapareciam. Compreendamos ou não plenamente o significado desses nomes, eles nos são uma imagem da força do impulso que tinha origem na situação social dos Capeto, um impulso que continuou a se fazer sentir na mesma direção através de indivíduos tão diferentes.

Com a morte de Carlos IV, o último da linhagem a subir ao trono mediante sucessão direta, os grandes domínios dos Capeto — isto é, o complexo agrupado diretamente em torno do ducado de França — estendiam-se da Normandia a oeste até Champagne no leste e Canche no norte; a região de Artois, contígua a esta, fora dada como apanágio a um membro da família. Um pouco ao sul — separada pela região de Anjou, também dada em apanágio —, o condado de Poitiers fazia parte da área controlada diretamente pelos príncipes de Paris; ainda mais ao sul, o condado de Toulouse lhes pertencia, além de partes do antigo ducado de Aquitânia. Embora tudo isso já constituísse um poderoso complexo de terras, não era ainda um região coesa. Conservava a aparência típica de um domínio territorial de família, cujas partes separadas eram mantidas juntas menos por dependência recíproca, ou por divisão de funções, do que pela pessoa do dono, através de uma “união pessoal” e de um centro administrativo comum. Ainda se sentia profundamente a identidade distinta de cada região e os interesses e caráter específicos de cada território. Ainda assim, a união dos mesmos sob uma única Casa e, em parte, sob uma só administração removia toda uma série de obstáculos a uma integração mais completa. Respondia à tendência de ampliação das relações de comércio, à intensificação de ligações para além do nível local, já discerníveis em pequenas partes da população urbana, mesmo que essa tendência não desempenhasse nem remotamente o mesmo papel como força propulsora na união ou expansão das Casas principescas que viria a ter no século XIX, por exemplo, num estágio inteiramente diferente do desenvolvimento dos estratos burgueses urbanos. Nos séculos XI, XII e XIII, a luta pela terra, a rivalidade entre um número cada vez menor de famílias de guerreiros, era o principal impulso por trás da formação de territórios maiores. A iniciativa coube às poucas famílias de guerreiros em ascensão, às Casas principescas, sob cuja proteção floresceram as cidades e o comércio. Estes lucravam

com a concentração de poder e contribuíram para ela, conforme será discutido adiante. E, com toda a certeza, tão logo que regiões mais extensas foram unificadas sob uma única soberania, os estratos urbanos desempenharam um papel importante na consolidação da união territorial, já naquela época. Sem a ajuda dos recursos humanos e financeiros que fluíam dos estratos urbanos para os príncipes, e da crescente comercialização, não seriam concebíveis a expansão e a organização governamental desses séculos. Mas era ainda sobretudo indireta a importância das cidades e do avanço do comércio para a integração de áreas maiores, na medida em que constituíam instrumentos ou órgãos das Casas principescas. A integração significou, antes e acima de tudo, a derrota de uma Casa de guerreiros por outra, isto é, a absorção de uma por outra ou, pelo menos, sua sujeição, sua subordinação ao vitorioso.

Se a área é considerada desse ponto de vista, tal como aparece no início do século XIV ao se extinguir a linhagem direta dos Capeto, pode-se perceber claramente a direção da mudança. A luta de Casas menores e de porte médio pela terra certamente não cessara, mas essas rixas nem remotamente desempenhavam o mesmo papel que no tempo de Luís VI, para nada dizer de seus predecessores. Naquele tempo, as terras eram distribuídas de maneira mais ou menos uniforme entre muitos; é verdade que entre elas as diferenças podem ter parecido bastante grandes para os homens da época. Mas até mesmo as posses e poder das Casas ditas principescas eram tão pequenos que bom número de famílias de cavaleiros nas vizinhanças podia desafiá-las quanto à terra ou ao poder. Cabia à “iniciativa privada” de todas essas Casas decidir até que ponto participavam dessa luta geral. Nesse momento, no século XIV, essas muitas Casas de guerreiros não constituíam mais, em separado, forças a levar em conta; no máximo, coletivamente, como classe, possuíam ainda certa importância social. Mas a real iniciativa nesse tempo cabia a umas poucas Casas que haviam emergido como vencedoras na época dos conflitos precedentes, acumulando tanta terra que as demais não podiam desafiá-las, tendo de se tornar suas dependentes. Para essas outras, ou a maioria dos guerreiros, a possibilidade de obter novas terras por iniciativa própria numa livre competição estava praticamente fechada e, com ela, a possibilidade de uma ascensão independente na sociedade. Todas as Casas de guerreiros teriam, no máximo, de permanecer no degrau da escada social que haviam galgado, a menos que algum de seus membros conseguisse alçar-se mais alto graças ao favor de um dos grandes senhores — ou seja, colocando-se em sua dependência.

Diminuíra o número dos que ainda podiam competir independentemente, na região franca do Ocidente, por terra e poder. Não mais existem um duque ou Casa independente da Normandia, nem da Aquitânia: a assimilação ou supressão haviam eliminado — para mencionar apenas os mais importantes — os condados de Champagne, Anjou e Toulouse. Nessa região, além da Casa de França, apenas quatro casas importavam: os ducados de Borgonha e Bretanha, o condado de Flandres e, mais poderoso de todos, o rei da Inglaterra, duque de Guyenne e senhor de várias áreas menores. Uma sociedade de guerreiros, em competição relativamente livre, transformara-se numa sociedade em que a competição era restringida à maneira de um monopólio. E mesmo entre as cinco grandes Casas que ainda possuíam algum grau de poder competitivo e preservavam certa independência correspondente, duas se destacavam como as mais poderosas, a dos Capeto e seus sucessores, reis de França, e os Plantageneta, reis da Inglaterra. O confronto entre eles teria que decidir quem, finalmente, controlaria o poder monopolista na região franca

do Ocidente e onde ficariam o centro e as fronteiras do monopólio.

O Ressurgimento das Tendências Centrífugas: A Configuração dos Príncipes Rivais

8. Não obstante, a formação do monopólio do governo não se realizou por meios tão diretos quanto pareceria considerando-se apenas a acumulação de terras. Quanto mais aumentava a área gradualmente unificada e centralizada pelos Capeto, mais se fazia sentir o movimento em sentido oposto e cresciam as tendências à descentralização. Essas tendências eram representadas, antes e acima de tudo, pelos parentes mais próximos e vassallos do governante monopolista, como aliás fora o caso na fase anterior, em que a economia de troca estivera mais intacta, e também no período carolíngio. Mudara consideravelmente, porém, o modo de ação das forças sociais descentralizadoras. A moeda, os ofícios e o comércio desempenhavam agora um papel bem maior do que naquela época e os grupos que nisso tinham sua principal ocupação, a classe burguesa, haviam conquistado importância social própria. Desenvolvera-se o transporte. Assim se ofereciam à organização governante do grande território oportunidades antes inexistentes. Os servidores que o governante central enviava ao interior para administrar e supervisionar suas posses não achavam mais tão fácil se tornarem independentes. Além do mais, uma proporção crescente dos servidores já procedia dos estratos urbano. Era incomparavelmente menor o perigo de que esses burgueses se transformassem em rivais do governante, como sucedia quando este era forçado a escolher alguns de seus auxiliares na classe dos guerreiros, e quando os próprios servos a quem ele favorecesse podiam rapidamente adquirir, graças às terras com que lhes recompensava os serviços, o poder e categoria social de guerreiro ou nobre.

Entretanto, uma categoria especial de pessoas ainda constituía autêntica ameaça à coesão de domínios maiores sob um governo único, mesmo que seu poder se tivesse reduzido, mudando seu modo de ação. Nas novas circunstâncias sociais, os principais defensores da descentralização foram os parentes mais próximos do governante — seus tios, irmãos, filhos, ou mesmo, embora menos, irmãs e filhas.

O domínio e o monopólio do governo não pertenciam nessa época a um único indivíduo, mas a uma família, a uma Casa de guerreiros. Todos os parentes próximos da Casa tinham e reclamavam direitos a pelo menos parte das propriedades. E era uma reclamação que o chefe da Casa, durante muito tempo, mostrou-se menos disposto ou capaz de recusar, à medida que cresciam as posses da família. Não se tratava de um “direito legal” no sentido moderno da palavra. Nessa sociedade dificilmente haveria mais do que rudimentos de um “Direito” geral, abrangente, ao qual até os grandes governantes guerreiros estivessem sujeitos. E isso porque ainda não havia um poder geral que pudesse fazer cumprir tal Direito. Só com a formação de monopólios de governo, centralizando-se as funções de administração, é que um código comum foi promulgado para grandes áreas. Prover o sustento dos filhos era uma obrigação social que freqüentemente encontramos nos “Costumes”^d. Indubitavelmente, só as famílias mais aquinhoadas podiam seguir esse costume. Por isso mesmo, ele possuía certo prestígio. De que modo a Casa mais rica da

terra, a Casa Real, poderia escapar a essa obrigação prestigiosa?

As propriedades territoriais das Casas continuaram a ser, ainda que em sentido cada vez mais restrito, o que chamaríamos de propriedade privada. O chefe da Casa controlava-as sob tão poucas restrições, e talvez com liberdade ainda maior do que o grande latifundiário hoje tem sobre suas terras, ou o chefe de uma grande firma familiar sobre seu capital, renda ou filiais. Da mesma maneira que o latifundiário pode dividir uma de suas propriedades para dá-la a um filho mais jovem ou como dote a uma filha, sem perguntar aos rendeiros se o novo senhor lhes agrada; ou que o dono da firma pode sacar capital para o dote da filha ou nomear o filho diretor de uma subsidiária, sem dever aos empregados a menor explicação: da mesma maneira os príncipes daquela fase dispunham das aldeias, cidades, propriedades e territórios de seu reino. E o impulso que levava o dono de grandes propriedades a prover seus filhos e filhas era mais ou menos o mesmo em todos esses casos. Independentemente da eventual preferência do soberano por um dos filhos mais jovens, dotá-los de maneira apropriada era necessário para a preservação e ostentação do *status* da Casa; e — pelo menos aparentemente, pelo menos a curto prazo — isso aumentava as probabilidades da Casa de obter poder e permanência. O fato de que esse fracionamento de posses e funções em favor dos parentes pusesse em risco, com grande freqüência, precisamente o poder e permanência da Casa, muitas vezes só penetrava na consciência dos príncipes após longas e dolorosas experiências. Na França, Luís XIV foi realmente o primeiro a tirar uma conclusão completa e cabal dessa experiência. Com implacável severidade manteve todos os parentes — até o herdeiro do trono, tanto quanto isso foi possível — longe de todas as funções governantes e posições independentes de poder.

9. No início dessa linha de desenvolvimento, naquela fase inicial em que as posses familiares dos Capeto eram pouco maiores do que as de numerosas outras famílias de guerreiros, fora imediatamente óbvio o perigo inerente a qualquer fragmentação das propriedades. A ameaça direta das famílias feudais vizinhas raramente desaparecia. Esse fato fazia que cada Casa mantivesse unidas tanto a família como as propriedades. Sem dúvida havia rixas, brigas, dentro da família, como em toda parte. Mas, ao mesmo tempo, toda ou pelo menos parte da família trabalhava constantemente para defender ou expandir as posses de todos. As propriedades relativamente pequenas da Família Real eram, como as de todas as famílias de guerreiros, essencialmente autárquicas, careciam de qualquer importância social mais extensa e, na verdade, tinham praticamente o caráter de uma empresa de pequena família. Os irmãos e filhos, e mesmo as mães e esposas dos chefes da família tinham voz na administração da propriedade, variando conforme suas qualidades e circunstâncias pessoais. Mas dificilmente ocorreria a quem quer que fosse separar uma parte importante das posses da família e entregá-la a um de seus membros. Os filhos mais jovens podiam receber uma pequena propriedade aqui e ali, ou casar-se com alguma dama que a possuísse, mas sabemos também da existência de um ou outro filho mais moço de Família Real que levou uma vida de quase pobreza.

Tudo mudou quando a Casa Real enriqueceu. Logo que os Capeto se tornaram a família mais rica de todo o território e, na verdade, do país, era impossível deixar que os filhos mais jovens da Casa vivessem como modestos cavaleiros. A reputação da Casa Real exigia que todos os seus membros, até os filhos e filhas mais jovens do rei, recebessem um dote apropriado, o que implicava dizer uma área considerável que pudessem governar e da

qual tirar seu sustento. Além do mais, nesse momento em que os Capeto superavam, de longe, a maioria das demais famílias do país em propriedades e riqueza, já não se sentia tão agudamente o perigo de divisão de suas propriedades. Dessa maneira, a ampliação do domínio dos Capeto fez-se acompanhar pela ampliação das áreas que, como apanágios, eram dadas aos filhos mais jovens do rei. A desintegração iniciava-se a partir de uma nova base.

Luís VI, o Gordo, deu ao filho Roberto o condado, não muito grande, de Dreux. Felipe Augusto, responsável pela primeira grande ascensão da família, a partir de circunstâncias muito difíceis, conservou com firmeza as posses que conquistara a tão duras penas. A única coisa a que renunciou foi uma pequena propriedade, St. Riquier, que concedeu à irmã como dote.

Luís VIII, contudo, deixou consignado em testamento que os condados de Artois, Poitiers, Anjou e Maine, isto é, partes consideráveis das propriedades da família, embora nunca seu centro, deviam tornar-se apanágios de seus filhos.

Luís IX deu Alençon, Perche e Clermont em apanágio aos filhos; Felipe III doou a um filho mais moço o condado de Valois. Poitiers, Alençon e Perche, porém, voltaram aos reis Capeto quando seus príncipes faleceram sem deixar herdeiros do sexo masculino.

Em 1285, cinco condados — Dreux, Artois, Anjou, Clermont e Valois — foram tornados apanágios; com a morte de Carlos, o Belo, em 1328, o número subiu para nove.

Quando Felipe de Valois herdou as propriedades e a coroa dos Capeto, os apanágios de sua casa, Valois, Anjou e Maine, foram reunificados com as propriedades mais vastas da família reinante. O condado de Chartres voltou à coroa com a morte de outro Valois. O próprio Felipe obteve alguns novos pequenos domínios, entre eles Montpellier, que comprou ao rei de Maiorca. Durante seu reinado, porém, o mais importante território a cair nas mãos dos Capeto foi o Delfinado. Com essa aquisição, a expansão dos Capeto deu um grande passo no rumo leste, para além das fronteiras tradicionais do Império Franco do Ocidente, penetrando na antiga região lotaríngia — expansão essa que Felipe, o Belo, começara com a aquisição do arcebispado de Lyon e com uma associação mais estreita com os bispos de Toul e Verdun.

A maneira como o Delfinado passou aos príncipes de Paris, porém, é menos característica da relação entre as forças centralizadoras e descentralizadoras desse período do que da importância dos apanágios. O Delfinado pertencia ao reino arlesiano ou borguinhão que havia surgido, em seguida ao interregno lotaríngio, a leste dos rios Ródano e do Saône. Seu último soberano, Humberto II, doou ou, mais exatamente, vendeu seus domínios ao herdeiro Capeto, após a morte de seu único filho, de acordo com certo número de condições. Incluíam elas o pagamento de suas enormes dívidas e, também, a estipulação de que o segundo filho de Felipe, e não o primogênito, é que receberia o Delfinado. Evidentemente, o Delfim Humberto queria entregar suas terras a alguém suficientemente rico para pagar as somas de que necessitava. Ao doá-las em testamento ao soberano da França, evitava que se tornassem ponto de discórdia entre outros vizinhos após sua morte. E esse não foi o único exemplo da atração que o imenso poder dos Capeto despertava nos vizinhos mais fracos. A necessidade de proteção dos menos fortes era um dos fatores que promoviam o processo de centralização e monopolização tão logo ele

atingia certo nível.

Mas ao mesmo tempo o velho Delfim, cujo herdeiro falecera, evidentemente desejava impedir que sua terra perdesse por completo a independência ao passar ao domínio francês. Esse o motivo por que exigiu que o domínio fosse dado em apanágio ao segundo filho do rei. Isso implicava a expectativa de que a região se tornasse uma Casa reinante por direito próprio, dessa forma preservando sua existência independente. Nessa época, os apanágios começavam a tomar cada vez mais claramente esse rumo.

Felipe de Valois, contudo, não cumpriu o acordo. Deu o Delfinado não ao filho mais jovem, mas ao primogênito, João, herdeiro do trono, “em reconhecimento” do fato, como dizia o documento de doação, “de que o Delfinado se situa na fronteira, de que um governo bom e forte no Delfinado é necessário para a defesa e segurança do Reino, e de que se agíssemos de outra maneira grande perigo para o futuro do Reino poderia surgir.”⁹⁰ O perigo que acompanhava o desmembramento do território em benefício de filhos mais jovens já era, portanto, claramente percebido, o que se confirma por grande número de pronunciamentos. Persistiu, porém, a necessidade do rei de dotar convenientemente o filho mais jovem. Negou-lhe o Delfinado por razões de segurança, mas, em seu lugar, deu-lhe a região de Orléans como ducado e também certo número de condados.

10. João, o Bom, subiu ao poder em 1350. Sob seu predecessor, irrompera a longa e latente tensão entre as duas maiores potências e as duas mais poderosas Casas guerreiras da região franca do Ocidente. Em 1337, iniciou-se a série de conflitos militares conhecida como “A Guerra dos Cem Anos”. Para os Plantageneta, soberanos da ilha, estava bloqueada toda expansão ulterior pela Europa Continental, e mesmo os domínios que tinham nesta viveriam sob constante ameaça até que destruíssem o poder dos Capeto e impedissem a formação de outra grande potência no continente. De idêntica maneira, a expansão ulterior dos soberanos de Paris estava limitada, e sua posição viveria sob permanente ameaça até que os insulares fossem subjugados ou pelo menos expulsos do território continental. E foi a compulsão irresistível dessa genuína competição que lançou as duas Casas e seus dependentes ao conflito e que — porquanto, por muito tempo, nenhum dos antagonistas teve condições de derrotar inapelavelmente o outro — tornou a luta tão demorada.

Para começar, contudo, os reis de Paris, por uma grande variedade de razões, estavam em desvantagem. João, o Bom, foi capturado pelo herdeiro inglês, o Príncipe de Gales, na Batalha de Poitiers, em 1356, e enviado para a Inglaterra. Imediatamente, as tensões latentes em seu território, nesse momento governado, como regente, pelo Delfim Carlos, que não tinha ainda 20 anos de idade, explodiram: revolução em Paris, revoltas de camponeses, cavaleiros pilhando o campo. As tropas inglesas, aliadas a outro descendente da Casa dos Capeto e senhor de regiões anteriormente dadas em apanágio, o rei de Navarra, ocuparam vasta extensão do oeste da França, chegando mesmo às vizinhanças de Paris. João, o Bom, para libertar-se, concluiu um tratado com os Plantageneta e seus aliados, entregando-lhes toda a área interiorana que Ricardo, o Coração de Leão, fora o último a controlar, no início do século XII. Os Estados Gerais dos domínios franceses, porém, convocados em 1356 pelo Delfim, declararam que o tratado não devia ser aprovado nem executado, e que a única resposta conveniente seria uma guerra bem-conduzida. E foi esta uma clara manifestação de como a interdependência se tornara forte

no grande domínio dos herdeiros Capeto, com a autonomia e os interesses próprios dos governados tendendo a privar a monarquia de seu caráter de um monopólio privado. Nesse estágio, porém, a tendência apenas começava. Voltaram as hostilidades e o Tratado de Brétigny, que as encerrou provisoriamente em 1359, foi um pouco mais favorável aos Valois do que o primeiro, negociado pelo próprio João na Inglaterra. Não obstante, aproximadamente um quarto do que Felipe, o Belo, possuía teve que ser cedido aos Plantageneta, acima de tudo Poitou, Saintonge, Aunis, o Limousin, o Périgord, Quercy e Bigorre, ao sul do Loire, juntamente com alguns outros distritos que constituíam, com a possessão inglesa mais antiga de Guyenne, o reino de Aquitânia; e mais ao norte, Calais, os condados de Guines, Ponthieu e Montreuil-sur-Mer; além de tudo isso, três milhões de coroas de ouro, em vez dos quatro milhões exigidos pelo tratado de Londres como resgate pelo rei. Este último, porém, um homem digno e fidalgo, voltou da prisão inteiramente inconsciente da extensão de sua derrota. A conduta que adotou nessa situação mostrou claramente até que ponto ele era ainda a única autoridade no controle do território que lhe restara, que um dia se tornaria a “França”, um Estado e nação. Achava ele que, nesse momento, sua Casa devia ainda mais ostentadamente demonstrar sua glória. O senso de inferioridade resultante da derrota levou-o a enfatizar em excesso o próprio prestígio. Pensava o rei que a dignidade e a glória de sua Casa não podiam encontrar melhor expressão do que transformando todos os filhos em duques quando da ratificação do tratado de paz. Um de seus primeiros atos após a volta da prisão foi, por isso mesmo, transformar em ducados partes de seu domínio e dá-los como apanágios aos filhos. O filho mais velho já era duque da Normandia e Delfim; do segundo, fez duque de Anjou e Maine; ao terceiro, João, deu o Berry e a Auvergne; e ao mais jovem, Felipe, doou a Touraine. Tudo isso no ano de 1360.

Um ano depois, em 1361, faleceu o jovem duque de Borgonha, aos 15 anos de idade. Dois anos antes, ele se casara com Margarida, filha e única herdeira do conde de Flandres, mas faleceu sem deixar filhos. Uma grande região ficava assim sem governante com a inesperada morte do jovem duque. Compreendia ela não só o ducado da Borgonha propriamente dito, mas também os condados de Boulogne e Auvergne, juntamente com o condado da Borgonha, o Franco-Condado e outras áreas situadas além das fronteiras tradicionais do Império Franco do Ocidente. Alegando relações de família algo complexas, João, o Bom, reivindicou para si toda a região. Não houve ninguém a contestar-lhe a pretensão e, em 1363, doou-a ao filho mais jovem, Felipe, a quem dedicava especial amor. Felipe lutara com grande bravura a seu lado na Batalha de Poitiers e o acompanhara na prisão. Este seria seu apanágio, em lugar da Touraine, “sabendo nós”, disse o rei, “que somos determinados pela natureza a dar a nossos filhos o suficiente para permitir-lhes honrar a glória de suas origens e que temos de ser especialmente generosos com aqueles que particularmente a mereceram”.⁹¹

A existência desses apanágios e sua motivação demonstram inequivocamente até que ponto o poder territorial francês ainda conservava o caráter de possessões de família, mas também como isso promovia a sua fragmentação. Sem dúvida, fortes tendências já operavam em direção contrária, tendências que restringiam o caráter privado ou dominial do governo. Os grupos que representavam essas tendências opostas na corte serão discutidos a seguir. O caráter pessoal e a fortuna e infortúnios de João, o Bom, desempenharam um papel em sua propensão de dotar ricamente todos os filhos, tendo em

vista o prestígio da família. Essa tendência, porém, claramente não devia menos ao aguçamento da competição, que encontrou expressão na Guerra dos Cem Anos, e que, após a derrota dos Capeto, deu origem a uma demonstração insistente da riqueza de seus herdeiros. De qualquer modo, sob João, a tendência específica das grandes propriedades familiares foi simplesmente reforçada, uma tendência à qual, além de certo ponto de crescimento, nenhum dos representantes precedentes da Casa dos Capeto pôde resistir. E suas conseqüências foram claras.

Ao falecer João, o Bom, a existência e ocupação da função central, a despeito da debilitação e da derrota, não estavam de maneira nenhuma em dúvida. Havia aí uma indicação da firmeza com que o poder do soberano central já se assentava em outras funções sociais que não a de chefe do exército. O Delfim, homem fisicamente fraco, mas hábil e experiente, dadas as tribulações por que passara na juventude, assumiu o poder sob o nome de Carlos V. Era o titular de todas as possessões deixadas aos Capeto pelo Tratado de Brétigny, incluindo as que se encontravam sob regime de apanágio. Mas, examinando atentamente a distribuição de poder, podemos ver que, sob o véu da soberania do rei, tendências centrífugas haviam ganho novas forças. Mais uma vez, emergiram no domínio dos Capeto algumas formações territoriais que aspiravam mais ou menos abertamente à autonomia, rivais entre si. Mas o que deu à rivalidade na região franca do Ocidente seu caráter especial foi o fato de quase todos os envolvidos serem descendentes da própria Casa dos Capeto. Com poucas exceções, eram homens beneficiados com apanágios ou seus filhos que se enfrentavam como competidores potenciais. Havia outros grandes senhores territoriais que não eram membros da Casa Real, ou pelo menos não diretamente. Mas, na luta pela supremacia, não eram mais protagonistas de primeira classe.

O primeiro deles, à época de João, o Bom, foi Carlos, o Mau, rei de Navarra. Seu pai, Felipe de Evreux, era neto de Felipe III, sobrinho de Felipe, o Belo e de Carlos de Valois; sua mãe era filha de Luís X e neta de Felipe, o Belo. Além disso, ele mesmo era genro de João, o Bom. A ele pertenciam, além do território de Navarra, nos Pireneus, certo número de antigos apanágios dos Capeto destacando-se o condado de Evreux e partes do ducado da Normandia. Suas possessões estendiam-se perigosamente até perto da própria Paris.

Carlos, o Mau, de Navarra foi um dos primeiros partícipes dessa luta, entre príncipes dos Capeto contemplados com apanágios, pela supremacia na região franca do Ocidente e, em última análise, pela coroa. Na primeira fase da Guerra dos Cem Anos, foi o principal aliado dos Plantageneta no continente. Durante essa guerra, exerceu por algum tempo (1358) o comando militar de Paris. Até mesmo os burgueses da cidade, até mesmo Étienne Marcel, ficaram por um tempo a seu lado. Seu sonho, de arrebatá-la a coroa ao outro herdeiro Capeto, pareceu prestes a realizar-se. Na perseguição desse objetivo, a condição de membro da família real dava-lhe estímulo, poderes e direitos de que outros careciam.

O Plantageneta a quem se aliou, Eduardo III, era também, embora apenas através da linha feminina, parente próximo dos Capeto. Também era neto de Felipe III e sobrinho de Felipe, o Belo, e de Carlos de Valois; sua mãe era filha de Felipe, o Belo, sobrinha de Carlos de Valois e assim tinha ele um vínculo com os Capeto pelo menos tão próximo como o do rei francês a quem enfrentava, João, o Bom, neto de Carlos de Valois.

Contíguas ao território dos Plantageneta, ao norte, ficavam as regiões que João, o Bom, dera aos filhos mais jovens, os territórios de Luís, duque de Anjou, João, duque de Berry,

e Felipe, o Intrépido, duque de Borgonha, juntamente com as terras de Luís, duque de Bourbon. Este descendia dos Capeto através de um irmão de Felipe III, Roberto, conde de Clermont, que se casara com Beatriz, herdeira dos Bourbon; sua mãe era uma Valois; sua irmã fora esposa de Carlos V; ele era portanto, pelo lado da mãe, tio de Carlos VI, da mesma forma que os duques de Anjou, Borgonha e Berry o eram pelo lado paterno. Esses foram os principais atores a ocupar o palco nas lutas do período de João, o Bom, Carlos V e Carlos VI. À parte os Plantageneta e os Bourbon, todos eles eram senhores de apanágios que provinham do patrimônio Capeto, agora lutando ao seu lado para aumentar o poder da família e, depois, conquistar a supremacia.

Nesse clima de tensões, o fiel da balança inclinou-se inicialmente, sob Carlos V, para o Valois reinante. Ao falecer ele, seu filho e sucessor contava com apenas 12 anos de idade. Neste caso, como sempre, as circunstâncias — acidentes, do ponto de vista de toda a evolução dos acontecimentos — estimularam certas tendências já inerentes à estrutura da sociedade. A juventude e a franqueza do Valois reinante fortaleceram as forças centrífugas que há muito tempo se vinham acumulando e liberaram pressões encobertas.

Carlos V absorvera definitivamente o Delfinado nas possessões de sua família; recuperara os territórios normandos do rei de Navarra, além de certo número de outros apanágios, como o ducado de Orléans e o condado de Auxerre. Ao falecer, porém, já havia na terra sete grandes senhores feudais, descendentes de São Luís e, portanto, da Casa Capeto. Eram denominados de “princes des fleurs de lis”^e; e nesse momento havia — afora alguns senhores menores e de porte médio, que desde muito tinham deixado de representar papel próprio nas lutas pelo poder⁹² — apenas duas grandes Casas, além da dos Plantageneta, cujos membros não se incluíam na linha direta de descendência masculina da Casa dos Capeto, os duques da Bretanha e os condes de Flandres. Na época, porém, o conde de Flandres só tinha uma herdeira, uma filha. Pela mão da moça e do futuro domínio sobre a Flandres surgiu, após a morte do jovem duque de Borgonha, a quem ela fora originariamente prometida, um inevitável conflito entre os herdeiros dos Plantageneta e dos Capeto. Depois de muita vacilação, a mão da herdeira da Flandres foi dada finalmente, com a ajuda do chefe da família Valois, Carlos V, ao seu irmão mais moço, Felipe, que através da intervenção do pai já se tornara duque da Borgonha. Os casamentos dos grandes senhores feudais eram combinados por um ponto de vista que hoje chamaríamos de puramente “comercial”, tendo em vista a expansão e o sucesso na competição por território. Felipe, o Audaz, portanto, unificou, após a morte do conde de Flandres, as terras deste com as de Borgonha. Das outras grandes e antigas Casas feudais no continente restava apenas o ducado da Bretanha. Esse estrato mais antigo, no entanto, fora substituído por um círculo menor de senhores territoriais, que tinham sua origem na Casa dos Capeto e que eram lançados no conflito pelo mecanismo da competição por territórios. As compulsões que — devido ao baixo grau de integração ou divisão de funções presente em qualquer sociedade de economia de troca e, sobretudo, nas sociedades de guerreiros — ameaçavam o monopólio de poder e posse sobre grandes regiões, voltaram novamente a primeiro plano. Mais uma vez, ocorreu uma dessas mudanças rumo à desintegração como a que, séculos antes, resultara na desagregação dos domínios carolíngios e, posteriormente, formara a ordem social feudal do século XII. Novamente, indivíduos a quem o governante supremo distribuía terras de suas largas posses tenderam a se tornar independentes e rivais da debilitada Casa central. A

possibilidade de entrarem na competição, no entanto, estava limitada a alguns descendentes da Casa reinante original, numa clara indicação da medida em que mudara a estrutura das relações humanas na sociedade, da medida em que a teia humana se tornara, pelo menos no setor agrário, um sistema de oportunidades fechadas.

11. A rivalidade entre os mais poderosos “princes des fleurs de lis” irrompeu imediatamente após a morte de Carlos V, na luta pela regência e tutela do herdeiro do trono, que ainda era menor de idade. Carlos V nomeara regente seu irmão Luís, duque de Anjou, e outro irmão, Felipe, duque de Borgonha, e seu cunhado Luís, duque de Bourbon, como tutores do filho. Fora evidentemente a única coisa que pudera fazer para evitar que o poder caísse inteiramente nas mãos de um único homem. Mas era exatamente o poder total o que Luís de Anjou e Felipe realmente pretendiam. Desejavam unificar a tutela e a regência. Os conflitos entre os membros rivais da Casa Real tomaram todo o reinado de Carlos VI, que possuía pouco poder de decisão e finalmente sucumbiu a uma espécie de loucura.

De tempos em tempos, mudavam as principais figuras na luta pela supremacia entre os parentes do rei. O lugar de Luís de Anjou, como mais forte rival do duque borguinhão, por exemplo, foi ocupado em certo estágio da luta pelo irmão mais moço de Carlos VI, Luís, que detinha o ducado de Orléans em apanágio. Mas como quer que mudassem as pessoas, subsistia uma mesma rede de compulsões que as impeliam: repetidamente, duas ou três pessoas dentro desse círculo pequeno de competidores enfrentavam-se, embora nenhuma delas estivesse disposta ou pudesse — sob o risco de aniquilação — deixar que qualquer uma das outras se tornasse mais forte do que ela mesma. Esses conflitos entre os parentes do rei, contudo, necessariamente se emaranharam no conflito mais importante da época e que ainda estava bem longe de se decidir — luta com os Plantageneta, cujos descendentes também se envolveram em rivalidades semelhantes devido à ação de mecanismos análogos.

É preciso entender bem a situação desses membros da Casa Real: durante toda a vida, eles estiveram no segundo ou terceiro lugares. Seus sentimentos diziam a cada um deles, com freqüência, que poderiam ser monarcas melhores e mais fortes do que o homem que, por um acaso, era o herdeiro legítimo da coroa e das principais terras. Entre eles e a meta havia, usualmente, uma única pessoa, muitas vezes, apenas duas ou três. Na história não faltam exemplos de pessoas nessas condições, que falecem rapidamente uma após a outra, abrindo o caminho do poder para o seguinte na linha de sucessão. Mas, mesmo nesses casos, ocorriam duras lutas com os rivais. Nessa situação, o menos poderoso raramente subia ao trono se pertencesse a uma linhagem secundária da família, ainda que fosse titular dos melhores direitos. Sempre havia outros que lhe contestavam esses direitos. Os seus poderiam ser mais duvidosos, mas venceriam se fossem mais fortes. Por tudo isso, os que estavam próximos na linha de ascendência ao trono, e que já governavam apanágios de variados tamanhos, preocupavam-se em constituir e ampliar uma base de apoio, aumentando suas posses, rendas e poder. Se não tinham acesso direto ao trono, seu governo não seria menos rico, poderoso e ostentoso do que o dos rivais, se possível superando mesmo o do rei que, afinal de contas, nada mais era do que o maior dentre todos os rivais ou competidores.

Tais eram a situação e atitudes dos parentes mais próximos do fraco Carlos VI, seus tios

— não todos, mas alguns — e também seu irmão. Com certas mudanças, com possibilidades cada vez menores para o segundo e terceiro na linha, essa atitude, essa situação, essas tensões em volta do trono foram levadas adiante através de indivíduos dos talentos os mais diversos, até a época em que, com Henrique de Navarra, um governante territorial relativamente pequeno tornou-se, pela última vez, rei de França. E, como dissemos acima, vestígios dessas tendências são encontrados até o reinado de Luís XIV.

O competidor mais forte entre os “princes des fleurs de lis” era Felipe, o Audaz, filho mais moço de João, o Bom. No começo, ele possuía como apanágio apenas o ducado da Borgonha. Mais tarde, anexou a seu ducado — principalmente através de casamento — o condado de Flandres, a região de Artois, o condado de Nevers e o baronato de Doncy. Seu segundo filho, Antônio, duque de Brabante e senhor de Antuérpia, tornou-se, por casamento, duque de Luxemburgo, casando ainda o filho com a herdeira de Hainaut. Esses foram os primeiros passos dos senhores de Borgonha para uma expansão por iniciativa própria, voltada à fundação de um reino seguro, situado, pelo menos em parte, fora da esfera de influência dos reis de Paris, no território da atual Holanda.

Curso semelhante de ação foi adotado pelo irmão de Carlos VI, Luís, o mais forte rival de Felipe, o Audaz, na luta pela supremacia na França. Ambos exploraram com grande presteza e determinação o poder da própria família. Luís recebeu inicialmente como apanágio o ducado de Orléans, que sob Carlos V, após a morte de seu tio, Felipe V de Orléans, retornara ao patrimônio da coroa.

Depois, obteve três ou quatro condados e grandes propriedades na Champagne. Adquiriu ainda por compra — graças ao grande dote trazido pela esposa, Valentina Visconti — vários outros condados, incluindo o de Blois. Por último, através da esposa, passou a ser senhor do condado de Asti, em território italiano e, por direito de reversão de resíduos de herança, de vários outros territórios na Itália. Os borguinhões se expandiram na direção da Holanda e os Orléans pela Itália. No antigo território franco do Ocidente propriamente dito, as relações de domínio estavam consolidadas: a maior parte dessa região pertencia aos reis de Londres ou Paris; e, neste contexto, nem mesmo um “prince des fleurs de lis” poderia firmar seus direitos, ou competir pela supremacia, se não conseguisse constituir algum poder próprio de escala significativa. Da mesma forma que as velhas lutas eliminatórias no regime feudal pós-carolíngio, nesse momento tensões análogas impeliam os membros do círculo bem mais fechado dos grandes senhores territoriais Capeto a expandir suas terras, a lutar incessantemente por mais posses. Como meios de expansão, porém, o casamento, a herança e a compra desempenhavam agora um papel pelo menos tão importante como a guerra e as rixas. Não foram apenas os Habsburgo que se casaram com a grandeza. Uma vez que conjuntos relativamente grandes de propriedades, com potencial militar correspondentemente elevado, existiam então na sociedade, indivíduos e Casas de guerreiros que queriam ascender só podiam ter a esperança de sobreviver a um confronto militar caso já tivessem alcançado controle sobre territórios que os tornassem militarmente competitivos. E esse fato demonstrava, também, como haviam diminuído verticalmente nessa fase as possibilidades de competir na esfera da grande posse de territórios, e como a estrutura de tensões interpessoais necessariamente gerava monopólios de governo em territórios acima de uma certa dimensão.

A área franco-inglesa ainda constituía um sistema territorial interdependente. Toda

mudança em poder social, para vantagem ou desvantagem de uma das Casas rivais, cedo ou tarde afetava todas as outras e, assim, o equilíbrio de todo o sistema. Em qualquer momento dado, poderíamos identificar, com considerável precisão, onde se faziam sentir as maiores e as menores tensões. O balanço de poder, sua dinâmica e curva de desenvolvimento podem ser acompanhados com razoável exatidão. Por tudo isso, a Guerra dos Cem Anos deve ser considerada não apenas como uma série de choques militares entre certo número de príncipes ambiciosos — embora fosse isso, também — mas como uma das descargas inevitáveis em uma sociedade inçada de tensões, numa sociedade que se compunha de posses territoriais de certo tamanho, como uma seqüência de lutas competitivas entre Casas rivais e num sistema interdependente de domínios no qual prevalecia um equilíbrio bastante instável. As Casas de Paris e Londres, que gradualmente vieram a ser representadas por famílias oriundas de Casas Reais mais antigas, a Valois e a Lancaster, tornaram-se, graças ao tamanho de suas propriedades e potencial militar, os dois principais rivais. Às vezes, as aspirações dos soberanos de Londres — e, ocasionalmente, dos de Paris — chegaram ao ponto de desejarem unificar toda a área franca do Ocidente, os territórios do continente e o extenso reino insular, sob um único governo. Só no curso dessas lutas é que se tornou inequivocamente claro como eram consideráveis, nesse estágio do desenvolvimento social, as resistências à conquista militar e, acima de tudo, à subsequente coesão interna de um território tão grande e diversificado sob um mesmo soberano e a mesma máquina governamental. Pode-se indagar se, nesse estágio do desenvolvimento social, a criação de um monopólio central e a integração permanente dos territórios continental e insular sob a supremacia de Londres teria sido possível, caso os Valois tivessem sido completamente derrotados pelos reis da ilha e seus aliados. Como quer que fosse, eram as Casas de Paris e Londres as principais a competir pela supremacia. Todas as demais tensões competitivas na área, e acima de tudo as que existiam entre os diferentes ramos da Casa de Paris, cristalizaram-se em torno da tensão principal de todo o sistema territorial. Por isso mesmo, nessa guerra os Valois borguinhões, por exemplo, ora tomavam um partido, ora outro.

O avanço da divisão de funções e da interdependência para além do nível local não se limitou, porém, a aproximar as diferentes unidades da sociedade territorial franca do Ocidente ampliada, como amigas ou inimigas. De modo menos claro, mas igualmente inequívoco, a interdependência e as mudanças no equilíbrio territorial começaram, por essa época, a se tornar visíveis na área mais vasta da Europa ocidental como um todo. A sociedade territorial franco-inglesa tornou-se gradualmente, no curso de sua crescente integração, um sistema parcial dentro do mais abrangente sistema europeu. Na Guerra dos Cem Anos, a crescente interdependência de áreas maiores, que sem dúvida nunca deixara inteiramente de existir, manifestou-se com toda a clareza. Príncipes germânicos e italianos já empenhavam seus interesses e poder na luta anglo-francesa, embora desempenhassem um papel ainda periférico. Surgia aí o primeiro sinal daquilo que emergiria com nitidez maior, alguns séculos depois, na Guerra dos Trinta Anos. O continente europeu como um todo começava a tornar-se um sistema interdependente de países, com um equilíbrio dinâmico próprio, no qual toda mudança de poder envolvia direta ou indiretamente todas as unidades, todos os países. Passados mais alguns séculos, na guerra de 1914-18, a primeira “Guerra Mundial” como foi chamada, pudemos ver os primeiros sinais de como tensões e mudanças de equilíbrio, no mesmo processo sempre maior de integração, afetavam unidades numa área bem mais ampla, países em partes distantes do mundo. A

natureza e os estágios da monopolização, para a qual evoluem as tensões desse entrelaçamento mundial, tal como seu possível resultado, isto é, as unidades maiores de governo que talvez surjam dessas lutas — tudo isso nos aparece apenas vagamente, como se mal tivesse despontado acima do horizonte de nossa consciência. Mas isso mostra pouca diferença face às Casas territoriais e aos grupos humanos envolvidos na Guerra dos Cem Anos. Neste caso, também, cada unidade sentia apenas a ameaça direta que o tamanho ou o aumento das outras implicava, porquanto as unidades maiores que lentamente nasceram dessas lutas, a França e a Inglaterra, como as denominamos hoje, dificilmente estariam mais presentes na consciência dos que as construíram do que a “Europa”, para nós, como unidade política.

A maneira como tensões isoladas entre grupos e Casas rivais foram resolvidas, como o equilíbrio entre os principais protagonistas, os Lancaster ingleses, os Valois franceses, e o Valois de Borgonha, inclinou-se ora nesta ora naquela direção, como os ingleses conquistaram uma parte ainda maior da terra e mesmo da realeza francesas, e como, finalmente, graças ao aparecimento de Joana d’Arc, todas as forças que apoiavam o Valois francês se uniram numa bem-sucedida resistência e restauraram o fraco rei, primeiro para coroá-lo em Rheims e depois para governar em Paris — relatos de tudo isso podem ser encontrados facilmente nos livros de história.

A questão que assim se decidia era se Londres e a ilha anglo-normanda, ou Paris e o domínio dos soberanos da França, se transformariam no centro da cristalização da antiga região franca do Ocidente. A pendência se decidiu em favor de Paris, e o governo de Londres ficou reduzido à ilha. A Guerra dos Cem Anos acelerou e tornou irreversível o rompimento entre o território continental, que só nesse momento se tornou “la France”, isto é, o domínio dos soberanos da França, e a região de além-mar que, antes, não passava de uma colônia dos governantes do continente. A primeira consequência da guerra foi, portanto, a desintegração. Os ilhéus, descendentes dos conquistadores continentais e dos nativos, tornaram-se uma sociedade separada, tomando caminho próprio, criando suas próprias instituições específicas de governo e transformando sua língua mista numa entidade de novo tipo. Nenhum dos rivais conseguira obter e manter o controle de toda a área. Os reis franceses e seu povo perderam finalmente o direito ao reino da ilha; a tentativa dos reis ingleses de derrotar seus rivais de Paris e recolonizar o continente fracassou. Se o povo da ilha precisava de novas terras, novas áreas para colonizar, novos mercados, teria, a partir desse momento, que procurá-los mais longe. Os reis ingleses haviam sido eliminados das lutas no continente pela coroa francesa. Num processo não muito diferente, séculos depois, na comunidade dos Estados territoriais germânicos, o resultado foi a vitória da Prússia sobre a Áustria. Em ambos os casos, como consequência da desintegração, a integração ficou limitada a áreas menores e, dessa maneira, tornou-se bem mais fácil.

Com a expulsão dos ingleses do continente e a eliminação de seus reis da luta pela supremacia, alteraram-se as tensões e equilíbrio na área. Enquanto os reis de Londres e Paris se apoiavam um no outro com dificuldades e enquanto a luta entre ambos constituía o eixo principal das tensões, as rivalidades entre os vários governantes territoriais no continente tinham importância apenas secundária. Podiam exercer considerável influência na decisão, se a luta principal se decidia em favor de Londres ou Paris, mas não podiam diretamente fazer que qualquer um dos competidores alcançasse a supremacia.

Nesse momento, com a partida dos ingleses, a competição entre os vários governantes territoriais, e, acima de tudo, a rivalidade entre os diferentes ramos da própria Casa dos Capeto, passou a ser a tensão dominante. O resultado da Guerra dos Cem Anos não decidiu, ou pelo menos não de uma vez por todas, através de qual desses ramos e dentro de que fronteiras a integração dos territórios continentais do antigo Império Franco do Ocidente seria realizada. Nessa direção, portanto, continuou a luta.

Nos últimos anos de Carlos VII, havia, além da Casa de Paris, pelo menos oito outras grandes Casas que podiam lançar seu peso nas lutas decisivas pela supremacia. Eram elas as Casas de Anjou, Alençon, Armagnac, Bourbon, Borgonha, Bretanha, Dreux e Foix. Todas elas já eram representadas por vários ramos. A mais poderosa era a Casa de Borgonha que, tendo na Borgonha e em Frandres o núcleo de seu poder, trabalhava com tenacidade e um só propósito para criar um grande domínio, no espaço da antiga Lotaríngia, entre o Império e a França. A rivalidade entre a Borgonha e os reis de Paris formava então o principal eixo do sistema de territórios feudais do qual, com a vitória da última, a “França” finalmente emergiria. Mas, no começo, as casas de Bourbon e Bretanha eram também centros de poder de grande importância.

Com exceção da última, a Casa ducal da Bretanha, todos os membros das famílias mencionadas eram descendentes ou parentes de pessoas que haviam recebido apanágios dos Capeto e, por consequência, prolongamentos seus. O feudalismo senhorial pós-carolíngio “encolhera”, como disse um autor, e se transformara em feudalismo “príncipesco”, Capeto.⁹³ Dos conflitos entre as muitas grandes e pequenas Casas de guerreiros da região franca do Ocidente, emergira vitoriosa uma única Casa. A região se tornara um monopólio dos descendentes dos Capeto.

No correr das gerações, porém, a família e as posses territoriais por ela acumuladas haviam se dispersado mais uma vez, e nessa época ramos diferentes lutavam pela supremacia. A formação do monopólio não ocorreu em linha reta, como pode parecer à primeira vista. O que temos ante os olhos — no período que se seguiu à Guerra dos Cem Anos — não é ainda a concentração ou centralização completas de poder num único lugar e num par de mãos, mas um estágio no caminho para a monarquia absoluta.

Tinha-se estabelecido um estado de competição altamente restrita. No caso dos que não pertenciam a uma família particular, as possibilidades de alguém adquirir e possuir um grande domínio, ou ampliar o que já se possuía, e assim tomar parte nas ulteriores lutas eliminatórias, haviam se tornado extremamente pequenas.

VI

As Últimas Fases da Luta Competitiva Livre e a Posição Monopolista Final do Vencedor

12. O que dá ao processo monopolizador seu caráter especial — e que os observadores recentes, em especial no século XX, claro, devem levar em conta ao estudar esse período — é o fato de que funções sociais que se separaram em tempos mais modernos ainda eram um tanto indiferenciadas nessa fase. Já salientamos, aliás, que o papel social do grande senhor ou príncipe feudal, a função de homem mais rico e detentor dos principais meios de produção, a princípio não se distinguia em absoluto do poder militar e da jurisdição. Funções hoje exercidas por diferentes pessoas e grupos ligados pela divisão do trabalho, isto é, as funções de grande latifundiário e de chefe de governo, constituíam, nessa época em que estavam inseparavelmente ligadas, uma espécie de propriedade privada. A situação se explica em parte pelo fato de que nessa sociedade, que ainda possuía uma economia baseada na troca, embora já em declínio, a terra constituía o mais importante meio de produção, até que, em sociedades posteriores, fosse suplantada nesse papel pela moeda. E se explica igualmente pelo fato de que, na fase posterior, a chave de todo o poder monopolista, o monopólio da violência física, militar, é uma instituição social firmemente estabelecida que se estende por extensa área, enquanto, no estágio precedente, ela desenvolveu-se apenas lentamente ao longo de séculos de luta, sobretudo sob a forma de monopólio privado, familiar.

Estamos acostumados a separar as duas esferas, a “econômica” e a “política”, e dois tipos de função social, a “econômica” e a “política”. Por “econômica” entendemos toda a cadeia de atividades e instituições que servem à criação e aquisição de meios de consumo e produção. Mas damos por certo também, ao pensar em “economia”, que a produção e, acima de tudo, a aquisição desses meios, normalmente ocorre sem ameaça ou emprego de violência física ou militar. Nada é menos evidente. Em todas as sociedades de guerreiros que possuem uma economia de troca — e não apenas no caso delas —, a espada é instrumento freqüente e indispensável para adquirir os meios de produção e, a violência, meio indispensável de produção. Só quando a divisão de funções está muito adiantada, só então, como resultado de longas lutas, forma-se um monopólio especializado de administração, que exerce as funções de governo como sua propriedade social. Só quando um monopólio centralizado e público de força existe numa grande área é que a competição pelos meios de consumo e produção se desenvolve de modo geral sem intervenção da violência física; só então existem, de fato, o tipo de economia e de luta que estamos acostumados a designar pelos termos “economia” e “competição” em sentido mais específico.

A relação competitiva propriamente dita é um fato social bem mais geral e abrangente do que parece quando o conceito de “competição” é limitado a estruturas econômicas⁹⁴ — geralmente as dos séculos XIX e XX. Surge competição em todos os casos em que certo número de pessoas se esforça para desfrutar as mesmas oportunidades, quando a demanda excede as possibilidades de atendimento, estejam ou não essas possibilidades controladas

por monopolistas. O tipo específico de competição que vimos discutindo aqui, a chamada “livre competição”, caracteriza-se pelo fato de que a demanda se volta para oportunidades ainda não controladas por alguém que, pessoalmente, não pertence ao círculo de competidores. Essa fase de “livre competição” ocorre na história de numerosas sociedades, se não em todas. A “luta competitiva livre” surge também, por exemplo, quando a terra e as oportunidades militares são distribuídas entre várias partes independentes de modo tão uniforme que nenhuma delas tem a primazia, a predominância na sociedade. Ocorre, por conseguinte, naquela fase da relação entre as Casas feudais de guerreiros ou entre Estados em que nenhuma parte venceu claramente a rivalidade das demais e ainda não existe um monopólio centralizado, organizado. De idêntica maneira, há “luta competitiva livre” quando as oportunidades financeiras de numerosas pessoas interdependentes estão relativamente bem-distribuídas. Em ambos os casos, a luta é intensificada pelo crescimento da população e da demanda, a menos que as oportunidades cresçam à mesma taxa.

Além do mais, o curso tomado por essas lutas competitivas livres é relativamente pouco afetado pelo fato de que, num caso, elas sejam provocadas pela ameaça e uso de violência física e, no outro, apenas pela ameaça de decadência social, perda de independência econômica, ruína financeira ou tribulações materiais. Nas lutas das Casas feudais, as duas formas de violência que distinguimos como física/militar e força econômica agiam mais ou menos como se fossem uma única. Esses conflitos feudais têm, na sociedade moderna, uma analogia funcional tanto na competição econômica livre —, por exemplo nas lutas entre certo número de firmas pela supremacia no mesmo campo econômico —, como nas lutas entre Estados pela predominância num sistema territorial dado, uma espécie de conflitos que são resolvidos pela violência física.

Em todos esses casos, o que na esfera ainda não monopolizada se manifesta como luta é apenas um nível da competição contínua, geral, por oportunidades limitadas, que se dá em toda a sociedade. As oportunidades abertas a quem está empenhado na livre competição, isto é, na competição sem monopólio, constituem por sua vez um monopólio desorganizado, do qual está excluído todo aquele que é incapaz de competir por contar apenas com recursos escassos. Estes últimos, portanto, direta ou indiretamente dependem dos competidores “livres” e travam entre si uma competição não-livre por suas oportunidades limitadas. A pressão exercida no interior da esfera relativamente independente mantém a mais estreita relação funcional com a que exercem, de todos os lados, aqueles que já dependem de oportunidades monopolizadas.

Tanto nos tempos feudais como nos modernos, a livre competição pelas oportunidades ainda não centralmente organizadas ou monopolizadas tende, através de todas suas ramificações, a subjugar e eliminar um número sempre crescente de rivais, que são destruídos como unidades sociais ou reduzidos à dependência; a acumular oportunidades nas mãos de um número sempre menor de rivais; tende à dominação e, finalmente, ao monopólio. Além do mais, o evento social da monopolização não se limita aos processos em que pensamos normalmente quando se fala em “monopólios”. A acumulação de possibilidades que possam ser convertidas em somas de dinheiro, ou pelo menos expressas dessa maneira, foi apenas uma mudança histórica entre muitas outras que ocorreram no processo de monopolização. Processos funcionalmente semelhantes, isto é, que tendem a formar uma estrutura global de relações humanas, na qual indivíduos ou grupos possam,

pela ameaça direta ou indireta de violência, restringir e controlar o acesso de outros a certas possibilidades contestadas — tais processos ocorreram, sob grande variedade de formas, em pontos muito distintos da história humana.

Nas lutas travadas em ambos esses períodos, correu risco a existência social dos próprios participantes. E é esta a compulsão por trás das lutas. É isso o que torna tais combates, e seus resultados, inescapáveis desde que surge a situação básica da livre competição. Tão logo a sociedade inicia um movimento desse tipo, todas as unidades sociais existentes na esfera ainda não monopolizada — quer se trate de famílias de cavaleiros feudais, empresas econômicas, territórios ou Estados — enfrentam sempre a mesma opção.

Elas podem ser ou derrotadas — resolvas ou não lutar —, o que nos casos extremos significa prisão, morte violenta, dificuldades materiais, talvez a fome, ou, nos casos mais benignos, a decadência social e, portanto, a destruição do que lhes dá significado, valor e continuidade à vida, mesmo que, a seus contemporâneos, ou aos pósteros, essas coisas pareçam contrárias a seu próprio significado, existência social e “continuidade” e, portanto, a destruição que ocorreu receba o assentimento desse público.

Ou elas podem repelir e vencer os rivais mais próximos. Neste caso, sua vida, existência social, esforços, se coroam de êxito, conquistando-se as oportunidades em disputa. A mera preservação da existência social exige, na livre competição, uma expansão constante. Quem não sobe, cai. A vitória, por conseguinte, significa, em primeiro lugar — seja ou não essa a intenção —, domínio sobre os rivais mais próximos e sua redução ao estado de dependência. O ganho de um neste caso é necessariamente a perda de outro, que se dê em termos de terra, capacidade militar, dinheiro ou qualquer outra manifestação concreta de poder social. Mas, além desse ponto, a vitória significará, cedo ou tarde, o confronto e conflito com um rival de tamanho comparável ao seu; mais uma vez, a situação impele à expansão de um e à absorção, subjugação, humilhação ou destruição do outro. A mudança nas relações de poder, com o estabelecimento da dominação, pode ter sido conseguida por uma ação militar ostensiva ou pela força econômica, ou até mesmo por um acordo pacífico, mas, como quer que seja, todas essas rivalidades são tangidas, lenta ou rapidamente, através de uma série de quedas e ascensões, de avanços e perdas, de significados realizados ou destruídos, na direção de uma nova ordem social, uma ordem monopolista que nenhum dos participantes realmente quis ou previu e que substitui a livre competição pela competição sujeita ao monopólio. E é apenas a formação de tais monopólios que finalmente torna possível regulamentar a distribuição das oportunidades — e, por conseguinte, os próprios conflitos — no interesse da colaboração sem atritos, à qual as pessoas estarão presas para o melhor e para o pior.

Alternativas desse tipo eram enfrentadas já pelas famílias de guerreiros na sociedade medieval. A resistência dos grandes senhores feudais, e finalmente do feudalismo dos Capeto, ou principesco, ao aumento do poder real, precisa ser entendida nesse sentido. O rei de Paris era, tanto de fato como na opinião de outros senhores territoriais, um deles e nada mais. Era um rival e, a partir de certa época, o mais poderoso e ameaçador. Se ele ganhasse, a existência social desses senhores, se é que também não a física, seria destruída; se perdessem, aquilo que a seus olhos lhes dava à vida significado e esplendor — a independência, o controle das posses da família, a honra, a posição social, o *status* —

seria, na pior das hipóteses, aniquilado e, na melhor, reduzido. Se vencessem, a centralização, a dominação, o monopólio, o Estado seriam bloqueados por algum tempo. A Borgonha, o Anjou, a Bretanha e outros territórios permaneceram durante algum tempo como domínios mais ou menos independentes. Isso podia soar absurdo a muitos contemporâneos, em especial aos servidores reais e, em retrospecto, até mesmo para nós, uma vez que, em virtude de nosso diferente estágio de integração social, não costumamos nos identificar com unidades geograficamente limitadas. Mas para eles, para os soberanos da Borgonha ou Bretanha e grande número de seus dependentes, era especialmente importante impedir a formação em Paris de um governo central cada vez mais poderoso, que lhes implicaria a queda como unidades sociais independentes.

Se vencessem, porém, cedo ou tarde os vencedores se defrontariam como rivais, e as tensões e conflitos decorrentes não poderiam terminar até que, mais uma vez, emergisse um poder claramente superior. *Da mesma maneira que, na sociedade capitalista do século XIX e, acima de tudo, do século XX, a tendência geral para a monopolização econômica revela-se claramente, pouco importando qual competidor particular triunfe e supere os outros; da mesma maneira que uma tendência análoga para a dominação mais clara, que precede cada caso de monopolização, cada caso de integração, está se tornando cada vez mais visível na competição entre os “Estados”, acima de tudo na Europa, da mesma maneira, ainda, as lutas entre as Casas medievais e, mais tarde, entre os grandes senhores feudais e territoriais, demonstravam uma clara tendência para a formação de monopólios.* A única diferença era que, nesse caso, o processo ocorria numa esfera em que a propriedade da terra e o governo formavam uma unidade inseparável, ao passo que mais tarde — com o uso cada vez maior da moeda — ela assumiu a forma combinada de centralização dos impostos e de controle de todos os instrumentos que serviam à subjugação física.

13. É num período intermediário entre esses dois estágios — a segunda metade do século XV, após a morte de Carlos VII — que a rivalidade entre o ramo francês dos Valois, o ramo borguinhão — aliado ao que restava dos senhores feudais Capeto —, e o último representante dos grandes senhores anteriores aos Capeto, o duque da Bretanha, atingiu seu ponto culminante. Mais uma vez, forças centrífugas se reuniram para um ataque concentrado contra o Valois de Paris, Luís XI, cuja riqueza e poder eram sumamente perigosos para todos eles, uma vez eliminado aquele que fora o maior adversário do rei da França, o rei da Inglaterra. E vendo o centro de gravidade se inclinar, ameaçador, para o complexo reinante francês, o duque Valois de Borgonha, Carlos, o Temerário, veio a dizer com grande clareza o que a maior parte dos rivais do rei devia ter sentido e desejado diante desse perigo para sua própria existência social: “Em vez de um único rei, gostaria que tivéssemos seis!”⁹⁵

No início, o próprio Luís XI não levou muito a sério a missão real. Muito ao contrário, como príncipe herdeiro, agiu praticamente da mesma forma e no mesmo espírito de outros grandes senhores feudais Capeto que trabalhavam pela desintegração do complexo territorial francês. E residiu durante algum tempo na corte do mais ferrenho rival da monarquia de Paris, o duque de Borgonha. Isso certamente tinha relação com fatos que podem ser considerados de natureza pessoal, acima de tudo o ódio profundo que lavrava entre Luís e o pai. Mas era também outra prova da individualização característica da Casa mais rica do país, que por seu turno estava ligada, por apanágios concedidos, a todos os

príncipes. Fosse quais fossem as causas mais antigas do ódio do Delfim Luís ao pai, o controle de um território apenas seu orientava-lhe os sentimentos e ações para uma frente comum com os outros rivais do pai. Mesmo depois de subir ao trono, pensou inicialmente em vingar-se daqueles que o haviam hostilizado como príncipe herdeiro, inclusive muitos leais servidores da monarquia, e recompensar os que lhe haviam demonstrado amizade, incluindo numerosos adversários de sua Casa. O poder ainda era, em grau considerável, propriedade privada, dependendo das inclinações pessoais do governante. Mas já demonstrava, assim como todas as grandes possessões, uma regularidade própria muito rigorosa, que seu titular não poderia contrariar sem destruí-lo. Em pouco tempo, os inimigos da monarquia tornaram-se inimigos de Luís e, os que a apoiavam, seus amigos e serviçais. Suas ambições pessoais identificaram-se com as ambições tradicionais do suserano de Paris, e suas qualidades pessoais — a curiosidade, o desejo quase patológico de desvendar todos os segredos em volta, a esperteza, a violência invariável dos ódios e afeições, até mesmo a religiosidade ingênua e intensa, que o levava a cortejar os santos, e especialmente os santos padroeiros dos inimigos, oferecendo-lhes presentes, como se fossem eles venais seres humanos —, tudo isso rumava na direção para a qual Luís era impelido pela sua posição de governante dos domínios territoriais franceses. A luta contra as forças centrífugas, contra os senhores feudais rivais, tornou-se sua missão decisiva, e, a Casa de Borgonha, de seus amigos da época de príncipe herdeiro, passou a ser — como exigia a lógica imanente das funções reais que exercia — sua principal adversária.

A luta que enfrentava não era nada fácil. Às vezes, o governo de Paris parecia às beiras da ruína. Mas ao fim do reinado — em parte devido ao poder que suas grandes propriedades punham-lhe à disposição, até certo ponto por causa da perícia com que se servia de tal poder, e parcialmente graças a certo número de acidentes que o auxiliaram — seus rivais foram praticamente esmagados. Em 1476, Carlos, o Temerário, duque de Borgonha foi derrotado, em Granson e Murten, pelos suíços que Luís incitara contra ele. Em 1477, Carlos perdeu a vida, quando tentava conquistar Nancy. Dessa maneira, o principal inimigo dos Valois franceses entre os herdeiros Capeto seus concorrentes — e, após a exclusão do rei inglês, seu mais forte rival — foi também eliminado do conflito entre os senhores territoriais francos. Carlos deixou apenas uma filha, Maria, pela mão e herança da qual Luís concorreu com a potência que então emergia lentamente como principal rival da monarquia parisiense no contexto europeu, a Casa de Habsburgo. Aproximando-se do fim as lutas eliminatórias na área franca do Ocidente com a predominância e monopólio de uma única Casa, a rivalidade entre esta, vitoriosa, e potências de magnitude semelhante fora do país passou para o primeiro plano. Na competição pela Borgonha, os Habsburgo obtiveram sua primeira vitória com a mão de Maria, e Maximiliano apropriou-se de grande parte da herança borguinhã. Esse fator criou uma situação que durou mais de dois séculos, a forte rivalidade entre os Habsburgo e os reis de Paris. Não obstante, o ducado da Borgonha propriamente dito e mais duas anexações diretas de suas terras voltaram ao patrimônio régio dos Valois. As partes do patrimônio da Borgonha que eram especialmente necessárias para completar o território francês foram incorporadas a este.

Havia agora apenas quatro Casas, na região franca do Ocidente, controlando territórios de alguma importância. A mais poderosa ou, para sermos exatos, a mais importante e tradicionalmente a mais independente, era a casa da Bretanha. Mas nenhuma delas podia

mais rivalizar com o poder social de Paris. O domínio do rei francês crescera a ponto de deixá-lo fora do alcance da concorrência por parte de governantes vizinhos seus. Em meio a estes, ele ocupava uma posição monopolista. Cedo ou tarde, por efeito de tratados, de violência ou de acidentes, todos eles se tornaram seus dependentes, perdendo a autonomia.

Constituiu puro acidente — se assim quisermos pensar — que, em fins do século XV, o duque de Bretanha deixasse apenas uma filha ao falecer, como antes acontecera com o duque de Borgonha. O conflito que esse acidente provocou mostra com grande clareza a constelação de forças dominante. Entre todos os governantes territoriais que restavam da velha área franca, nenhum era forte o bastante para contestar ao soberano de Paris a herança bretã. Como no caso da herança de Borgonha, o único a concorrer com ele veio de fora. Neste caso, igualmente, a questão era se um Habsburgo ou um Valois incorporaria a Bretanha pelo casamento, se Carlos VIII, o jovem filho de Luís XI, ou Maximiliano de Habsburgo, o Sacro Imperador Romano e senhor da Borgonha, cuja mão se tornara novamente livre com a morte da herdeira borguinhã. Como no primeiro caso, o Habsburgo, mais uma vez, venceu e se casou com a jovem Ana da Bretanha, pelo menos provisoriamente. Mas, depois de muita litigação — finalmente decidida por julgamento dos Estados Gerais bretões — a mão da herdeira coube, afinal de contas, a Carlos de França. Os Habsburgo protestaram, houve guerra entre os rivais e, finalmente, chegou-se a uma solução conciliatória: o Franco-Condado, que se situava fora do território francês e não pertencia ao complexo tradicional franco de terras, foi cedido aos Habsburgo; em troca, Maximiliano reconheceu a incorporação da Bretanha por Carlos VIII. Quando Carlos VIII faleceu sem deixar filhos, seu sucessor, Luís XII, um Valois do ramo Orléans, imediatamente conseguiu que seu casamento fosse anulado pelo Papa e casou-se com a viúva de 28 anos de seu predecessor, a fim de conservar-lhe a Bretanha no patrimônio de sua coroa. Gerando seu casamento apenas filhas, o rei casou a mais velha, que receberia a Bretanha como herdeira da mãe, com o herdeiro presuntivo do trono, o mais próximo descendente vivo da família, o conde Francisco de Angoulême. O perigo de que esse importante território pudesse cair nas mãos de um rival, acima de tudo de um Habsburgo, resultava sempre no mesmo curso de ação. E assim, sob pressão do mecanismo competitivo, o último território da região franca do Ocidente a preservar a autonomia no curso de todas as lutas eliminatórias, acabou se integrando nos domínios do rei de Paris. A princípio, quando o herdeiro do apanágio de Angoulême se tornou rei sob o nome de Francisco I, a Bretanha conservou certa autonomia. A tradição de independência de seus Estados Gerais conservou-se vivaz, mas o poder militar de um único território se tornara insignificante para enfrentar o grande domínio que já o cercava por todos os lados. Em 1532, foi institucionalmente confirmada a incorporação da Bretanha ao domínio francês. Apenas o ducado de Alençon, os condados de Nevers e Vendôme, e os domínios de Bourbon e Albret⁹⁶ continuavam como territórios independentes na antiga região franca, isto é, áreas que não pertenciam aos reis de Paris nem — como a Flandres e o Artois — aos Habsburgo. Embora alguns de seus governantes, como o senhor de Albret ou a Casa de Bourbon ainda procurassem fazer tudo o que podiam para ampliar seus domínios e mesmo a sonhar com a coroa de rei,⁹⁷ suas regiões nada mais eram do que enclaves dentro dos domínios dos reis franceses. Quem cingisse a coroa ficava inteiramente acima da concorrência desses senhores territoriais. As Casas que outrora existiram nessas regiões tinham desaparecido ou estavam reduzidas a um estado de dependência. Na antiga região franca, os reis de Paris não tinham mais rivais; daí em diante, sua posição assumiu cada

vez mais claramente o caráter de monopólio absoluto. Fora da região franca, porém, processos semelhantes haviam se desenvolvido, embora em parte alguma o processo monopolizador e as lutas eliminatórias avançassem até o ponto a que chegaram na França. Ainda assim, os Habsburgo haviam reunido posses familiares que, em potencial militar e financeiro, ultrapassavam de longe a maior parte dos outros domínios existentes na Europa continental. A situação que se revelara através das sucessões da Borgonha e da Bretanha apresentou, a partir de começos do século XVI, uma nitidez notável: a Casa dos imperadores Habsburgo e a Casa dos reis franceses, representadas nesse estágio por Carlos V e Francisco I, se enfrentavam como rivais numa nova escala. Ambas exerciam, em graus ligeiramente variáveis, o monopólio do poder numa vasta área; competiam por oportunidades e supremacia numa esfera mais ampla que, até então, não tinha um soberano monopolista e portanto vivia ainda uma situação de “livre competição”. E assim a sua rivalidade tornou-se, e por um longo período se conservou, o eixo principal do sistema mais amplo de tensões que tomava forma na Europa.

14. Em tamanho, o domínio francês era bem menor do que o dos Habsburgo. Mas também muito mais centralizado e, acima de tudo, auto-suficiente, mais bem-protegido militarmente por “fronteiras naturais”. Tinha por fronteiras, a oeste, o Canal da Mancha e o Atlântico; toda a área costeira até Navarra se encontrava nesse momento nas mãos dos reis franceses. Como fronteira sul, o Mediterrâneo e, nessa zona, toda a costa — com a exceção de Roussillon e da Cerdagne — pertencia aos soberanos franceses. A leste, o Ródano formava a fronteira com o condado de Nice e o ducado de Savóia. Nessa época, a fronteira projetava-se além do Ródano e chegava aos Alpes no Delfinado e na Provença. Ao norte dessa zona, em frente ao Franco-Condado, o Ródano e o Saône continuavam a formar a fronteira do reino, as partes média e baixa do Saône um pouco ultrapassadas. No norte e nordeste, a fronteira ficava mais para baixo da França atual. Só tomando os arcebispados de Metz, Toul e Verdun é que o reino se aproximaria do Reno, mas nesse tempo eles eram enclaves, postos avançados dentro do Império Germânico. A fronteira com o Império corria ligeiramente a oeste de Verdun e, mais ao norte, aproximadamente na região de Sedan. Tal como o Franco-Condado, os condados de Flandres e Artois pertenciam aos Habsburgo. Uma das primeiras questões a decidir na luta pela supremacia era até que ponto a fronteira avançaria nessa área. Durante muito tempo, o domínio francês ficou contido dentro desses limites. Só nos anos entre 1610 e 1659 é que a região de Artois, juntamente com a área entre a França e os três arcebispados e — um novo enclave dentro do Império — a alta e baixa Alsácia, foram assimiladas; só então a França se aproximou do Reno.⁹⁸ Grande parte do território que hoje constitui a França estava reunido sob um único governo. A única questão em dúvida era a medida da possível extensão dessa unidade, a questão se e onde ela encontraria finalmente suas fronteiras “naturais”, isto é, facilmente defensáveis, no sistema europeu de tensões.

Alguém que pensasse retrospectivamente a partir de um Estado, de uma sociedade com monopólio estável e centralizado de violência física, um francês que vivesse na França ou um alemão na Alemanha, provavelmente acharia natural a existência desse monopólio de violência, a unificação de áreas desse tamanho e tipo. Haveria de considerar isso certo, útil, e mesmo o resultado de um planejamento consciente. Em conseqüência, tenderia a observar e avaliar as ações específicas que culminaram nesse ponto em termos de sua utilidade para uma ordem que lhe pareceria evidente por si mesma e autojustificável.

Inclinar-se-ia a preocupar-se menos com os dilemas e necessidades reais, baseados nos quais grupos e pessoas agiram no passado, menos com seus planos diretos, desejos e interesses, do que com a questão se isto ou aquilo era bom ou mau para a situação com que se identificava. E exatamente como se os atores do passado já tivessem ante os olhos uma antevisão profética daquele futuro que para ele é tão evidente e, talvez, tão bem consolidado, louvaria ou condenaria esses atores, conceder-lhes-ia notas na medida em que seus atos levassem ou não ao resultado almejado.

Através dessas censuras, de manifestações de satisfação pessoal, de opiniões subjetivas ou partidárias sobre o passado, porém, geralmente bloqueamos nosso acesso às regularidades e mecanismos formativos elementares, à crônica estrutural e à sociogênese reais das formações históricas. Essas formações sempre se desenvolveram na luta entre interesses opostos ou, mais exatamente, na solução de interesses ambivalentes. O que nesses conflitos finalmente chegou a seu fim ou se fundiu em novas formações, à medida que os principados se moldavam em reinos e depois o poder real se transformava no Estado burguês, não foi menos indispensável do que o vitorioso para gestar essas novas formações. Sem ações violentas, sem as forças propulsoras da livre competição, não teria havido monopólio de força e, destarte, nenhuma pacificação, nenhuma supressão e controle da violência em grandes áreas.

As ramificações do movimento que culminou integrando regiões cada vez maiores em volta do ducado de França, como seu centro da cristalização, mostram bem que a integração final da antiga área franca do Ocidente decorreu de uma série de provas eliminatórias, num processo irresistível de entrelaçamentos, e que disso muito pouco resultou de uma visão profética ou de um plano rigoroso ao qual aderissem todas as partes individuais.

“Indubitavelmente”, disse certa vez Henri Hauser,⁹⁹ “há sempre algo ligeiramente artificial quando o indivíduo, de sua posição *a posteriori*, olha a história de trás para a frente, como se a monarquia administrativa e a França centralizada de Henrique II tivessem sido destinadas, desde o começo dos tempos, a nascer e a viver dentro de determinados limites...”

Só se nos transportarmos, por um momento, para a paisagem do passado e presenciarmos as lutas entre as muitas Casas guerreiras, conheceremos suas necessidades vitais, seus objetivos imediatos; apenas se, numa única palavra, tivermos aos olhos toda a precariedade de suas lutas e existência social, é que poderemos compreender como era provável a formação de um monopólio nessa área, mas também como seriam incertos seu centro e fronteiras.

Até certo ponto é verdade, no que interessava aos reis franceses e a seus representantes, o que se disse certa vez sobre o pioneiro americano: “Ele não queria toda a terra. Queria simplesmente a terra que ficava junto à sua.”¹⁰⁰

Essa formulação simples e precisa expressa muito bem como, a partir do entrelaçamento de incontáveis interesses e intenções individuais — quer tendessem à mesma direção ou a direções divergentes e hostis —, surgiu algo que não foi planejado nem foi intenção de qualquer um desses indivíduos, mas emergiu a despeito de suas intenções e ações. E realmente aí se encontra todo o segredo das configurações sociais,

sua dinâmica irresistível, suas regularidades estruturais, o caráter de seu processo e de seu desenvolvimento, e é esse o segredo da sociogênese e da dinâmica das relações.

Os representantes da monarquia francesa tinham sem dúvida, em virtude de sua posição mais central nas últimas fases do movimento, intenções e raios de ação mais amplos no processo de integração do que os pioneiros americanos isolados. Mas também eles só percebiam com clareza os poucos passos imediatamente a seguir e o pedaço de terra contíguo, que tinham de obter para evitar que caísse nas mãos de outros, impedindo assim que um vizinho ou rival incômodo se tornasse mais forte do que eles. E se alguns dentre eles de fato concebiam a imagem de um reino maior, essa imagem foi, durante muito tempo, mais a sombra dos monopólios passados, um reflexo das monarquias carolíngia e franca do Ocidente, mais um produto da memória do que da profecia ou de um novo conceito do futuro. Neste particular, como sempre, do emaranhado de inumeráveis interesses, planos e ações individuais, emergiu um único fenômeno, uma regularidade que pautou a totalidade dessas pessoas emaranhadas e que não foi intenção de nenhuma, dando origem a uma formação que nenhum dos atores realmente planejara: um Estado, a França. Por isso mesmo, a compreensão de uma formação desse tipo requer uma ponte para um nível ainda pouco conhecido da realidade: o nível das regularidades imanentes aos relacionamentos sociais, o campo da dinâmica das relações.

VII

Distribuição das Taxas de Poder no Interior da Unidade de Governo: Sua Importância para a Autoridade Central: A Formação do “Mecanismo Régio”

15. Distinguímos, acima, duas fases principais no desenvolvimento dos monopólios: a fase da livre competição, tendendo para a formação de monopólios privados, e a gradual transformação desses monopólios “privados” em “públicos”. Um estudo mais atento desse movimento, porém, mostra-nos que ele não consistiu numa simples sucessão de tendências. Embora a “abertura” dos monopólios no curso dessa mudança só alcance a plenitude e se torne um fenômeno dominante num estágio posterior, as estruturas que nela culminaram já estavam presentes e ativas na fase em que, em meio a numerosas lutas, o monopólio de poder lentamente foi emergindo sob a forma de uma posse privada.

Indubitavelmente, a Revolução Francesa, por exemplo, constituiu um grande passo para a abertura do monopólio da tributação e da força física na França. Nesse caso, os monopólios passaram, de fato, para o poder ou, pelo menos, para o controle institucionalmente garantido de amplas classes sociais. O dirigente central, qualquer que fosse o título que ostentasse, e todos aqueles que exerciam poder monopolista, tornaram-se, mais inequivocamente do que antes, uns funcionários entre outros, na complexa teia de uma sociedade baseada na divisão de funções. A dependência funcional deles face aos representantes de outras funções sociais tornara-se tão grande que se manifestava claramente na organização da sociedade. Contudo, essa dependência funcional dos monopólios e de seus diretores face a outras funções da sociedade já estava presente nas fases anteriores. Simplesmente era menos desenvolvida e, por essa razão, não se expressava de modo direto e inequívoco na organização e estrutura institucional da sociedade. Por isso, o poder do governante monopolista teve, no início, mais ou menos o caráter de “posse privada”.

16. Conforme já notamos, manifestam-se tendências a algum tipo de “abertura” do monopólio de uma única família desde que se reúnam certas condições — a saber, quando a área controlada ou suas posses começam a crescer muito — mesmo em sociedades em que vigora a economia de troca. O que denominamos “feudalismo”, o que descrevemos acima como a ação de forças centrífugas, nada mais foi do que uma expressão de tais tendências. Indicava que a dependência funcional do senhor face a seus servidores ou súditos, isto é, face a um estrato mais largo, estava aumentando. Culminou ela ao transferir-se o controle da terra e do poder militar, das mãos de uma única família de guerreiros e de seu chefe, em primeiro lugar para a hierarquia de seus servidores mais chegados e parentes e depois, em alguns casos, para toda a sociedade de guerreiros. Já observamos que na sociedade feudal, a “abertura”, como resultado das peculiaridades da posse da terra e dos instrumentos de violência, implicou a dissolução do monopólio centralizado — mesmo que apenas frouxamente centralizado — e assim levou à transformação de uma única grande posse monopolista em grande número de outras menores e, assim, a uma forma descentralizada e menos organizada de monopólio. Enquanto a posse da terra se conservasse a forma dominante de propriedade, novas

mudanças nesta ou naquela direção podiam ocorrer: o estabelecimento de supremacia dentro da livre competição, a reunião de grandes áreas e massas de guerreiros sob um único senhor supremo; tendências à descentralização sob seus sucessores, novas lutas em distintos estratos de seus servidores, de suas relações ou de seus súditos, novas tentativas de conquistar a supremacia. Todo esse fluxo e refluxo de centralização e descentralização podia às vezes — dependendo de fatores geográficos ou climáticos, de formas econômicas particulares, dos tipos de animais e plantas de que se alimentavam as pessoas, e sempre em conjunto com a estrutura tradicional da religião organizada —, tudo isso podia levar a uma complexa mescla de sedimentações produzidas pelas várias mudanças. A história de outras sociedades feudais não-européias, em toda a parte, segue a esse respeito o mesmo modelo. Por mais que esse tipo de fluxo e refluxo se possa detectar, na história da França, porém, aqui este movimento, em comparação com a maioria das outras sociedades, seguiu uma trajetória relativamente reta.

O ritmo que repetidamente ameaçou provocar a dissolução dos grandes monopólios de poder e terras foi modificado e acabou se rompendo apenas na medida em que, com a crescente divisão de funções na sociedade, a moeda, e não mais a terra, tornou-se a forma dominante de propriedade. Só então é que o grande monopólio centralizado, ao passar das mãos de um único soberano ou de um pequeno círculo para o controle de um círculo maior, em vez de se fragmentar em grande número de áreas menores, como ocorreu a cada avanço da feudalização, sofreu uma lenta transformação, convertendo-se, centralizado que era, em instrumento da sociedade funcionalmente dividida como um todo e, acima de tudo, no órgão central do que chamamos de Estado.

O aumento do uso da moeda e da troca, juntamente com as formações sociais que as empregavam, manteve uma relação recíproca permanente com a forma e o desenvolvimento do poder monopolista dentro de uma área particular. Essas duas séries de fenômenos, em entrelaçamento constante, impeliram-se mutuamente para cima. A forma e o desenvolvimento dos monopólios de poder foram influenciados de todos os lados pela diferenciação da sociedade, o aumento do emprego da moeda e a formação de classes que a ganhavam e possuíam. Por outro lado, o sucesso da própria divisão do trabalho, a proteção de rotas de comércio e mercados em grandes áreas, a padronização da cunhagem e de todo o sistema monetário, a garantia da produção pacífica contra a violência física e uma abundância de outras medidas de coordenação e regulação, dependiam fortemente da formação de grandes instituições monopolistas centralizadas. Quanto mais, em outras palavras, os processos de trabalho e a totalidade de funções na sociedade se tornavam diferenciados, mais longas e mais complexas se estendiam as cadeias de ações individuais que teriam que se interligar para que cada ação preenchesse sua finalidade social, mais claramente emergia uma característica específica do órgão central: *seu papel como coordenador e regulador supremo das configurações funcionalmente diferenciadas em geral*. A partir de certo grau de diferenciação funcional, a complexa teia de atividades humanas inter-relacionadas simplesmente não podia continuar a crescer, ou sequer funcionar, sem órgãos de coordenação em um nível correspondentemente alto de organização. Note-se que esse papel não faltou de todo nas instituições centrais de sociedades de organização mais simples e menos diferenciadas. Até mesmo sociedades frouxamente organizadas, como em muitos Estados autárquicos dos séculos IX e X, precisaram, em certas condições, de um coordenador supremo. Se um inimigo poderoso

ameaçava de fora, tornando necessária a guerra, era preciso que houvesse alguém para assegurar a colaboração dos muitos cavaleiros, para lhes coordenar as atividades e tomar as decisões finais. Nessa situação, emergia com mais clareza a interdependência dos muitos governantes dispersos. Todos os indivíduos ficariam ameaçados se o exército não conseguisse agir em comum. E uma vez que, nessa situação, aumentava consideravelmente a dependência de todos face a um governante central, o rei, o mesmo acontecia com sua importância e poder social — contanto que ele cumprisse sua função social, contanto que não fosse derrotado. Mas, quando desaparecia a ameaça externa ou a possibilidade de expansão, tornava-se relativamente tênue a dependência de indivíduos e grupos face a um centro coordenador e regulador supremo. Essa função somente se tornou o trabalho permanente, especializado, do órgão central quando a sociedade, como um todo, se mostrou mais e mais diferenciada, quando sua estrutura celular, lenta mas incessantemente, formou novas funções, novos grupos profissionais e novas classes. Só então os órgãos centrais reguladores e coordenadores necessários para a manutenção de toda a teia social se tornaram tão indispensáveis que, embora alterações na estrutura de poder pudessem substituir seus ocupantes e mesmo suas organizações, elas não podiam dissolvê-las, como antes acontecera, no curso da feudalização.

17. A formação de órgãos centrais de forte estabilidade e especialização em grandes regiões constituiu um dos aspectos mais notáveis da história ocidental. Conforme antes dissemos, houve órgãos centrais de algum tipo em todas as sociedades. Mas como a diferenciação e a especialização de funções sociais atingiram um nível mais alto no Ocidente do que em qualquer outra sociedade na Terra — e como em outras regiões elas só começaram a atingir esse nível através do impulso dado pelo Ocidente —, foi no Ocidente que os órgãos centrais especializados atingiram um grau até então desconhecido de estabilidade. Não obstante, os órgãos centrais e seus funcionários não obtiveram necessariamente o poder social correspondente à sua crescente importância como coordenadores e reguladores sociais supremos. Caberia supor que, com a centralização em marcha e o controle e supervisão mais rigorosos de todo o processo social por autoridades estáveis, se alargasse a fenda entre governantes e governados. O curso da história, porém, mostra um quadro diferente. A história do Ocidente certamente não carece de fases em que os poderes da autoridade central foram tão grandes e amplos que podemos falar, com alguma justiça, em hegemonia de governantes centrais isolados. Mas exatamente na história mais recente de muitas sociedades ocidentais houve também fases em que, a despeito da centralização, o controle das próprias instituições centralizadas era tão disperso que se tornava difícil distinguir claramente quem eram os governantes e quem os governados. Variava a liberdade de decisão investida nas funções centrais. Às vezes, aumentava; assim, as pessoas que exerciam essas funções adquiriam o aspecto de “governante”. Ocasionalmente, diminuía, sem centralização, ou a importância dos órgãos centrais, como centros mais elevados de coordenação e regulação, era reduzida. Em outras palavras, no caso dos órgãos centrais, como aliás no tocante a todas as demais formações sociais, duas características precisam ser distinguidas: *a função na rede humana a que pertencem e o poder social inerente a essa função*. O que chamamos de “governo” nada mais é, na sociedade altamente diferenciada, do que o poder social específico com o qual certas funções, acima de tudo as funções básicas, investem seus ocupantes em relação aos representantes de outras funções. O poder social, contudo, é determinado, no caso das mais elevadas funções centrais de uma sociedade altamente diferenciada, exatamente da

mesma maneira que todos os mais: ele corresponde — se essas funções não estão vinculadas a um controle permanente de um poder monopolista hereditário individual — exclusivamente ao grau de dependência das várias funções interdependentes entre si. O crescimento do “poder” de funcionários centrais constitui, em sociedades com alta divisão de funções, uma manifestação do fato de que, nessa sociedade, está aumentando a dependência de outros grupos e classes face a um órgão supremo de coordenação e regulação. Uma queda no último aparece-nos como uma limitação do primeiro. Não apenas os primeiros estágios da formação de Estados, que são fundamentais para o presente estudo, mas também para a história contemporânea da configuração de Estados no Ocidente, oferecem exemplos suficientes de tais mudanças no poder social dos funcionários centrais. Todos eles constituem indicações bastante seguras de mudanças específicas no sistema de tensões na sociedade em geral. Neste particular, mais uma vez, por baixo de todas as diferenças entre as estruturas sociais, encontramos certos mecanismos de entrelaçamento social que — pelo menos nas sociedades mais complexas — tendem de modo muito geral para a redução ou o aumento do poder social das autoridades centrais. Seja a nobreza e a burguesia, ou a burguesia e o proletariado, ou sejam, em conjunto com essas divisões maiores, um círculo governante menor, como as *coteries* rivais na corte do príncipe ou no aparelho partidário ou militar supremo, que formam os dois pólos do eixo de tensões decisivo na sociedade numa dada época, é sempre um conjunto muito bem-definido de relações de poder social que fortalece a posição da autoridade no centro, e um conjunto diferente que a debilita.

Aqui se faz necessário estudar, brevemente, a dinâmica da configuração humana que determina o poder da autoridade central. O processo de centralização social no Ocidente, particularmente na fase em que estavam sendo formados os “Estados”, permanecerá incompreensível, tal como o próprio processo civilizador, enquanto as regularidades elementares da dinâmica das configurações forem ignoradas como meios de orientação e como guias para o pensamento e as observações. Nas seções precedentes, mostramos essa “centralização”, ou formação de Estados, do ponto de vista da luta pelo poder entre várias Casas e domínios de príncipes, isto é, do ponto de vista do que hoje chamaríamos de “assuntos externos” desses domínios. Neste momento, coloca-se o problema complementar: temos a tarefa de estudar os processos constitutivos da configuração humana *dentro* de uma das unidades que conferem à autoridade central — em comparação com a fase precedente — um poder e durabilidade especiais e, dessa forma, dotam toda a sociedade com a forma de “Estado absolutista”. Na realidade histórica, esses dois processos — mudanças de poder entre classes *dentro* de uma mesma unidade, e deslocamentos no sistema de tensões *entre* unidades diferentes — constantemente se entrelaçam.

No curso da luta entre diferentes domínios territoriais, uma *única* Casa principesca — conforme mostramos acima — supera, lentamente, todas as demais. Assume, assim, a função de reguladora suprema de uma unidade maior, mas não cria essa função. Apropriase dela em virtude do tamanho de suas posses, acumuladas no curso das lutas, e do controle monopolista que exerce sobre o exército e a tributação. A função propriamente dita deriva sua forma e poder da crescente diferenciação de funções na sociedade como um todo. Desse aspecto parece, à primeira vista, inteiramente paradoxal que o suserano, nessa fase primitiva da formação do Estado, venha a conquistar um poder social assim

enorme. Isso porque, desde os fins da Idade Média, com o rápido aumento da divisão de funções, a monarquia tornou-se cada vez mais dependente de outras funções. Precisamente nessa época, as cadeias de ação baseadas na divisão de funções começaram a assumir um alcance e uma durabilidade que não cessaram mais de crescer. A autonomia dos processos sociais, a caracterização de quem detém a autoridade central como um funcionário, o que veio a receber expressão institucional mais clara após a Revolução Francesa, são bem mais importantes nessa época do que na Idade Média. A dependência dos senhores centrais face à receita gerada por seus domínios constituiu uma clara indicação desse fato. Luís XIV estava incomparavelmente mais preso a essa vasta e autônoma rede de cadeias de ações do que, por exemplo, Carlos Magno. Como, então, o governante central nessa fase teve uma tal liberdade de decisão e um tal poder social que nos acostumamos a chamá-lo de governante “absoluto”?

Não era apenas o controle monopolista do poder militar do príncipe que mantinha em seus lugares as demais classes no território e, especialmente, os poderosos grupos dirigentes. Devido a uma constelação social peculiar, nessa fase a dependência desses grupos face a um coordenador e regulador supremo da estrutura — e de suas tensões — era tão grande que, querendo ou não, eles renunciaram durante muito tempo a lutar pelo controle e a participar das decisões mais importantes.

Essa constelação peculiar não pode ser compreendida a menos que lemos em conta uma característica especial dos relacionamentos humanos que estavam surgindo com a crescente divisão de funções na sociedade: *sua ambivalência, declarada ou latente*. Nas relações entre indivíduos, e também entre diferentes estratos funcionais, manifestava-se mais fortemente uma *dualidade ou mesmo multiplicidade de interesses* específicos, na mesma medida em que se ampliava e adensava a interdependência social. Nessa situação, todas as pessoas, todos os grupos, estados ou classes eram, de alguma maneira, dependentes uns dos outros. Eram amigos, aliados ou parceiros em potencial; e, ao mesmo tempo, adversários, concorrentes ou inimigos em potencial. Em sociedades sujeitas à economia de troca, observam-se ocasionalmente inequívocos relacionamentos negativos de inimizade pura e total. Quando nômades invadem um território colonizado, não precisa haver em suas relações com os colonos o menor traço de dependência funcional mútua. Entre esses grupos, existe uma inimizade pura até a morte. Muito maior nessas sociedades, também, é a possibilidade de relacionamentos de dependência mútua, clara e sem complicações, amizades sem reservas, alianças, relacionamentos de amor ou serviço. Na coloração peculiar (em preto-e-branco) de numerosos livros medievais, que com freqüência em nada mais falam do que em bons amigos ou vilões, manifesta-se sem matizes a maior susceptibilidade da sociedade medieval face a relacionamentos desse tipo. Sem dúvida, nesse estágio, as cadeias de interdependência funcional eram relativamente curtas — por isso as rápidas mudanças de um extremo a outro, e a fácil transformação de amizade firme em inimizade violenta, ocorriam com maior freqüência. Tornando-se os interesses e funções sociais cada vez mais complexos e contraditórios, encontramos no comportamento e sentimentos das pessoas uma cisão peculiar, a coexistência de elementos positivos e negativos, uma mistura de afeto e antipatia mútuos em proporções e nuances variáveis. As possibilidades de inimizade pura, inequívoca, diminuem; e se evidencia mais e mais o quanto os atos cometidos contra um adversário ameaçam também a existência social de quem os perpetra, perturbando assim o mecanismo inteiro das cadeias de atos,

das quais todos são partes. Seria necessário fazer uma digressão muito grande para estudar em detalhes essa *ambivalência de interesses*, que é fundamental, suas conseqüências na vida política ou na constituição psicológica do indivíduo, bem como sua sociogênese em relação à divisão de funções em progresso. Mas o pouco que já se disse acima mostra que ela foi uma das características estruturais mais importantes das sociedades altamente desenvolvidas, e um fator de alta relevância na modelação de uma conduta civilizada.

Cada vez mais ambivalentes, com a crescente divisão de funções, tornaram-se as relações entre as diferentes unidades de poder. As relações entre os Estados de nossa própria época, acima de tudo na Europa, oferecem um claro exemplo nesse particular. Mesmo que a integração e divisão de funções *entre* eles não tenham ainda avançado tanto quanto a divisão de funções *dentro* deles, ainda assim, qualquer choque militar ameaça de tal modo essa rede altamente diferenciada de nações como um todo que, no fim, o vencedor se encontraria em uma posição seriamente abalada. Ele não pode mais — nem quer — despovoar e devastar o país inimigo o suficiente para nele instalar parte de sua própria população. É obrigado, no interesse da vitória, a destruir tanto quanto possível o poderio industrial do inimigo e, ao mesmo tempo, no interesse de sua própria paz, a tentar, dentro de certos limites, preservar ou reconstruir esse aparato industrial. Pode conquistar possessões coloniais, proceder à revisão de fronteiras, obter mercados de exportação e vantagens econômicas ou militares, em suma, pode promover o aumento geral de seu poder. Mas, exatamente porque nas lutas de sociedades bastante complexas cada rival e adversário é, ao mesmo tempo, um parceiro na linha de produção da mesma maquinaria, toda mudança súbita e radical num setor dessa rede inevitavelmente provoca perturbação e mudanças em outro. Para sermos exatos, não deixa de operar, por essa razão, o mecanismo da competição e do monopólio. Mas os conflitos inevitáveis tornam-se cada vez mais arriscados para todo o precário sistema de nações. Ainda assim, através dessas próprias tensões e suas descargas, a configuração lentamente se move para uma forma mais inequívoca de hegemonia e para uma integração — talvez, no início, do tipo federativo — de unidades maiores em torno de centros hegemônicos específicos.

Da mesma maneira, as relações entre diferentes classes sociais *dentro* de um domínio tornam-se, com o avanço da divisão de funções, cada vez mais ambivalentes. Nesta situação, também, num espaço mais restrito, grupos cuja existência social é mutuamente dependente, através da divisão de funções, lutam por certas oportunidades. Eles são, simultaneamente, adversários e parceiros. Há situações extremas em que a organização da sociedade funciona tão mal, e as tensões nela se tornam tão fortes, que grande parte das pessoas e classes que nela vivem “não se importa mais”. Nessa situação, o lado negativo das relações ambivalentes, a oposição de interesses, pode dominar a tal ponto o lado positivo, ou seja, a comunidade de interesses que surge da interdependência de funções, que ocorrem violentas descargas de tensões, bruscas mudanças no centro de gravidade social e a reorganização da sociedade numa base social modificada. Até que chegue essa situação revolucionária, as classes ligadas entre si pela divisão de funções são lançadas de um lado para o outro, por seus interesses diferentes e contraditórios. Oscilam entre o desejo de obter grandes vantagens sobre seus adversários sociais e o medo de arruinar todo o aparato da sociedade, de cujo funcionamento depende sua existência social. E é essa a constelação, a forma de relacionamentos, que fornece a chave para a compreensão das mudanças no poder social dos funcionários centrais. Se a cooperação entre poderosas

classes funcionais não provoca dificuldades especiais, se seus conflitos de interesse não são suficientemente fortes, para esconder delas sua dependência mútua e para ameaçar o funcionamento de toda a máquina social, o raio de ação da autoridade central se vê restringido. Mas ele tende a aumentar quando cresce a tensão entre certos grupos dirigentes da sociedade. Atinge o nível ótimo quando a maioria das classes funcionais está ainda tão interessada em preservar sua existência social na forma tradicional que teme qualquer perturbação maior no aparato como um todo e a concomitante desorganização de sua própria existência, enquanto, ao mesmo tempo, o conflito estrutural de interesses entre grupos poderosos é tão forte que uma solução conciliatória voluntariamente organizada se mostra difícil de se alcançar, e escaramuças sociais irritantes, sem nenhum resultado decisivo, tornam-se um aspecto permanente da vida social. Isso acontece de forma a mais aguda nas fases em que distintos grupos ou classes conseguiram aproximadamente o mesmo poder e se mantêm em equilíbrio recíproco, ainda que, como no caso da nobreza e da burguesia, ou da burguesia e do proletariado, possam estar institucionalmente em posição muito desigual. Aquele que, nessa constelação, numa sociedade cansada e perturbada por lutas inconclusivas, está em condições de obter poder sobre os órgãos supremos de regulação e controle, tem possibilidade de impor uma solução conciliatória entre os interesses divididos, a fim de preservar a repartição social de poder vigente. Os variados grupos de interesse não podem caminhar juntos nem separados, o que os torna dependentes do coordenador central supremo, para continuarem a existir socialmente, num grau muito diferente do que na situação em que os interesses interdependentes são menos divergentes e é mais fácil obter acordos diretos entre eles. Quando a situação do grosso das várias classes funcionais, ou pelo menos de seus grupos dirigentes ativos, não é ainda tão má que elas se disponham a pôr em risco sua existência social, e ainda se sentem tão ameaçadas uma pela outra e vêem o poder tão uniformemente distribuído entre elas que cada uma teme a menor vantagem do outro lado, elas se atam mutuamente as mãos: isto confere à autoridade central melhores possibilidades do que qualquer outra configuração da sociedade. Confere aos investidos de autoridade, sejam quem forem, o raio de ação ótimo para decisão. Na realidade histórica, são muitas as variações dessa configuração. O fato de que apenas surja bem delineada em sociedades altamente diferenciadas, enquanto em sociedades menos interdependentes, com menor divisão de funções, sejam o sucesso militar e o poder que formam a base de uma forte autoridade central sobre vastos territórios — isto já foi bem explicado acima. Mesmo em sociedades mais complexas, o sucesso na guerra ou em conflitos com outras potências indubitavelmente desempenha um papel decisivo para as autoridades centrais fortes. Mas, se por um momento ignoramos essas relações externas da sociedade e sua influência sobre o equilíbrio interno, e perguntamos como é possível haver uma forte autoridade central numa sociedade altamente diferenciada, a despeito de uma interdependência de todas as funções elevada e uniformemente distribuída, sempre nos encontramos defronte daquela constelação específica que, neste momento, pode ser enunciada como um princípio geral: *A hora da forte autoridade central na sociedade altamente diferenciada soa quando a ambivalência de interesses dos mais importantes grupos funcionais se torna tão grande, e o poder é tão uniformemente distribuído entre eles, que não pode haver nem uma solução conciliatória decisiva nem um conflito decisivo entre eles.*

É a uma configuração desse tipo que se aplica a expressão “mecanismo régio”. Na verdade, a autoridade central alcança o poder social ótimo da monarquia “absoluta” ao se

conjugar com essa constelação de forças sociais. Mas esse mecanismo equilibrador seguramente não é a única força motriz sociogenética da monarquia mais poderosa. Encontramo-la em sociedades mais complexas, como o fundamento para o governo muito forte de um único homem, qualquer que possa ser o seu título. O homem ou homens que ocupam o centro sempre mantêm o equilíbrio entre grupos maiores ou menores que se contrabalançam como antagonistas interdependentes, simultaneamente como adversários e parceiros. Esse tipo de configuração pode, à primeira vista, parecer extremamente frágil. A realidade histórica, porém, demonstra com que poder irresistível e inescapável ela pode manter em servidão os indivíduos que a constituem — até que, finalmente, a contínua mudança de seu centro de gravidade, que lhe acompanha a reprodução através de gerações, torna viáveis mudanças mais ou menos violentas nos laços mútuos entre pessoas, dando assim origem a novas formas de integração.

18. As regularidades da dinâmica social colocam o governante central e a máquina de administração numa situação curiosa, e ainda mais na medida em que ela e seus órgãos se tornam mais especializados. O governante central e seus auxiliares podem ter alcançado o topo da administração central como proponentes de uma formação social particular, ou podem ter sido recrutados principalmente em determinada classe da sociedade. Mas tão logo alguém atinge uma posição na máquina central e a ocupa por algum tempo, ela lhe impõe suas próprias regularidades. Em graus variáveis, distancia-o de todos os demais grupos e classes da sociedade, mesmo daqueles que o levaram ao poder e nos quais tem sua origem. A função específica cria para o governante central de uma sociedade diferenciada interesses também específicos. Constitui função sua superintender a coesão e segurança do todo da sociedade tal como ela existe e por isso mesmo, preocupa-o manter o equilíbrio de interesses dos demais grupos funcionais. Essa tarefa, que ele simplesmente enfrenta na experiência diária e que lhe condiciona toda a visão da sociedade — essa tarefa, repetimos, basta para afastá-lo de todos os outros grupos de funcionários. Mas ele também tem, como qualquer pessoa, de preocupar-se com sua própria sobrevivência social. Precisa trabalhar para que seu poder social não seja reduzido, e, se possível, aumente. Neste sentido, ele também é parte no jogo das forças sociais. Na medida em que seus interesses, pela peculiaridade de sua função, estão vinculados à segurança e ao funcionamento suave de toda a estrutura social, ele tem que favorecer alguns indivíduos na estrutura, vencer batalhas e negociar alianças, a fim de fortalecer sua posição pessoal. Mas, nesta situação, os interesses do governante central jamais se tornam *inteiramente* idênticos aos de qualquer outra classe ou grupo. Podem, é verdade, convergir para os de um grupo ou outro, mas se ele se identificar demais com um deles, se a distância entre ele e qualquer grupo diminuir demais, sua própria posição social cedo ou tarde será ameaçada. Isto porque sua força depende, conforme notamos antes, por um lado da preservação de um certo equilíbrio entre os diferentes grupos e de um certo grau de cooperação e coesão entre os diferentes interesses da sociedade, mas também, por outro lado, da persistência entre eles de tensões e conflitos nítidos e permanentes de interesses. O governante central solapa sua própria posição ao usar o poder e capacidade de dar apoio, de que dispõe, para tornar um grupo claramente superior a outros. A dependência de um coordenador supremo e, portanto, sua própria dominação funcional, necessariamente diminui quando um único grupo ou classe da sociedade prevalece inequivocamente sobre todos os outros, a menos que esse próprio grupo esteja dilacerado internamente. A posição do governante central também é debilitada e solapada se as tensões entre os principais grupos da sociedade se

reduzirem a tal ponto que eles possam resolver entre si suas diferenças, e unir-se para empreender ações em comum. Isso é verdade pelo menos em tempos de relativa paz. Em tempo de guerra, quando o inimigo externo de toda a sociedade, ou pelo menos de seus grupos mais importantes, tem que ser repellido, a redução das tensões internas pode ser inócua e mesmo útil para o governante central.

Ou, dizendo o mesmo em poucas palavras, o governante central e sua máquina formam na sociedade um centro de interesses próprios. A posição que ocupam freqüentemente aconselha uma aliança com o segundo grupo mais poderoso, e não uma identificação com o principal; e seus interesses exigem tanto uma certa cooperação quanto uma certa tensão entre as partes da sociedade. Sua posição, portanto, não depende só da natureza e força da ambivalência entre as diferentes formações que constituem a sociedade; seu próprio relacionamento com cada uma dessas formações é, já, ambivalente.

É muito simples o modelo básico de sociedade que surge dessa maneira. O governante único, o rei, é sempre um indivíduo incomparavelmente mais fraco do que toda a sociedade, da qual é o governante ou primeiro servidor. Se essa sociedade inteira, ou mesmo parte considerável dela, levantar-se contra ele, ele ficará impotente, como ficará qualquer pessoa ante a pressão de uma cadeia inteira de pessoas interdependentes. A posição excepcional, a abundância de poder inerente a uma única pessoa na qualidade de governante central, pode explicar-se, conforme dissemos antes, pelo fato de que os interesses das pessoas na sociedade são parcialmente iguais e parcialmente opostos, de que seus atos são simultaneamente ajustados e contrários às necessidades de cada um, e também pela ambivalência fundamental das relações sociais nas sociedades complexas. Há condições em que o lado positivo dessas relações torna-se dominante ou, pelo menos, não é reprimido pelo negativo. Mas no caminho para a dominação pelo lado negativo há fases de transição, nas quais os antagonismos e conflitos de interesses tornam-se tão fortes que a interdependência contínua de ações e interesses é obscurecida na consciência dos participantes, mas sem que percam inteiramente sua importância. A constelação que surge dessa forma já foi descrita: distintas partes da sociedade se mantêm aproximadamente em equilíbrio, em termos de poder social; as tensões entre elas encontram expressão numa série de escaramuças maiores ou menores; nenhum dos lados pode vencer e destruir o outro; não podem solucionar suas divergências porque qualquer fortalecimento de um lado ameaçará a existência social do outro; e não podem separar-se por inteiro, porque a existência social de ambos é interdependente. E é essa a situação que dá ao rei, ao homem no topo, ao governante central, o poder ótimo. E que lhe mostra inequivocamente onde estão seus interesses específicos. Através dessa interação de interdependências fortes e de poderosos antagonismos, surge um aparelho social que poderia ser considerado uma invenção perigosa, simultaneamente importante e cruel, se fosse obra de um único engenheiro social. Tal como todas as formações sociais nessas fases da história, contudo, esse “mecanismo régio”, que atribui a um único homem um poder extraordinário na qualidade de coordenador supremo, surge muito devagar e sem constituir intenção de ninguém no curso dos processos sociais.

Esse mecanismo pode ser trazido à mente da forma a mais vívida e simples se imaginarmos um cabo-de-guerra. Grupos e forças sociais, que se mantêm reciprocamente controlados, puxam a corda. Um lado emprega toda a força contra o outro, ambos puxam incessantemente, mas nenhum consegue deslocar muito o outro de sua posição. Se nessa

situação de tensão máxima entre grupos que puxam a mesma corda em direções opostas, mas ainda assim estão ligados por ela, surge um homem que não pertença inteiramente a qualquer dos grupos contendores, que tenha a possibilidade de lançar sua força pessoal ora de um lado, ora de outro, ao mesmo tempo tomando grande cuidado para não permitir que a tensão se reduza ou que qualquer dos lados obtenha uma clara vantagem, — então ele é a pessoa que realmente controla toda essa tensão. O poder mínimo à disposição de um único homem, que sozinho não poderia pôr nenhum dos grupos em movimento e, com certeza, nunca os dois juntos, é suficiente, mediante esse arranjo de forças sociais, para mover o todo. E é clara a razão por que é suficiente. Nesse mecanismo equilibrado, há forças enormes, mas controladas. Sem alguém que as liberte, elas não poderão produzir qualquer efeito. Ao toque de um dedo, o indivíduo libera as forças de um lado, une-se às forças latentes que operam em uma direção, de modo que elas obtenham uma pequena vantagem. Essa ação permite que elas se manifestem. Esse tipo de organização social seria, por assim dizer, uma usina de força que automaticamente multiplica o menor esforço da pessoa que a controla. Mas é preciso uma manipulação extremamente cautelosa dessa máquina para que ela funcione durante qualquer período de tempo sem enguiçar. O homem no controle está sujeito às suas regularidades e compulsões exatamente no mesmo grau que todos os demais. Sua liberdade de decidir é maior que a deles, mas ele depende fortemente da estrutura da máquina, e seu poder é tudo, menos absoluto.

O que acima se disse nada mais é do que um esboço esquemático do arranjo de forças sociais que confere poder ótimo ao governante central. Este croqui, porém, também mostra claramente a estrutura fundamental de sua posição social. Não por acaso, não quando nasce uma forte personalidade governante, mas apenas quando uma estrutura social específica cria a oportunidade é que o órgão central consegue aquele optimum de poder que em geral encontra expressão nas fortes autocracias. A liberdade relativamente ampla de tomar decisões, aberta dessa maneira ao dirigente central de sociedades grandes e complexas, surge pelo fato de ele estar no meio do fogo cruzado das tensões sociais, de ser capaz de jogar com interesses e ambições que se movem em direções diferentes e se enfrentam em seu domínio.

Evidentemente, este esboço simplifica até certo ponto o estado real de coisas. O equilíbrio no campo de tensões, que constitui todas as sociedades, surge sempre em redes humanas diferenciadas, através da colaboração e das colisões de grande número de grupos e classes. A importância da tensão multipolar para a posição do governante central, porém, não é diferente daquela da tensão bipolar acima delineada.

Os antagonismos entre diferentes partes da sociedade certamente não assumem apenas a forma de um conflito consciente. Planos e metas conscientemente adotados são muito menos decisivos para produzir tensões do que a dinâmica anônima das configurações. Dando um exemplo, foi muito mais o avanço da monetarização e comercialização, do que os ataques deliberados promovidos pelos círculos urbanos e burgueses, que causou o declínio dos senhores feudais ao fim da Idade Média. Mas como quer que os antagonismos que nascem com o avanço da cadeia monetária se possam expressar nos planos e metas de pessoas ou grupos, com eles também cresce a tensão entre as classes urbanas, que estão ganhando força, e os senhores da terra, que estão decaindo funcionalmente. Com a ampliação dessa cadeia e dessa tensão, contudo, aumenta também o espaço de manobra daqueles que, tendo ganho a luta entre unidades competitivas inicialmente livres,

transformaram-se em governantes centrais do todo — os reis —, até que finalmente, equilibrados entre a burguesia e a nobreza, elas atingem sua força ótima na formada monarquia absoluta.

19. Perguntamos acima como é possível que uma autoridade central, com poder absoluto, surja e sobreviva numa sociedade diferenciada, a despeito do fato de que ela não é menos dependente do funcionamento de todo o mecanismo do que os ocupantes de outras posições. O modelo do mecanismo régio fornece a resposta. Não são mais *apenas* o poder militar ou o tamanho das propriedades e receita que podem explicar o poder social do suserano nessa fase, mesmo que nenhum deles possa funcionar sem esses dois componentes. Isso porque, para que os suseranos de sociedades complexas atinjam o poder máximo que tiveram na era do absolutismo, é também necessário ocorrer uma distribuição especial de forças na sociedade.

Na verdade, a instituição social da monarquia chega a seu maior poder na fase histórica em que uma nobreza em decadência já está obrigada a competir de muitas maneiras com grupos burgueses em ascensão, sem que qualquer um dos lados possa derrotar inapelavelmente o outro. A aceleração da monetarização e da comercialização no século XVI deu aos grupos burgueses um estímulo ainda maior e empurrou fortemente para trás o grosso da classe guerreira, a velha nobreza. Ao fim das lutas sociais nas quais essa violenta transformação da sociedade encontrou expressão, crescera consideravelmente a interdependência entre partes da nobreza e da burguesia. A nobreza, cuja função e forma social em si estavam passando por uma transformação decisiva, tinha nesse momento que enfrentar um terceiro estado, cujos membros haviam se tornado, em parte, mais fortes e mais socialmente ambiciosos do que até então. Numerosas famílias da velha nobreza guerreira se extinguíram, muitas famílias burguesas assumiram caráter aristocrático e, dentro de algumas gerações, seus próprios descendentes defendiam os interesses da nobreza transformada contra os da burguesia, interesses que, nessa ocasião, acompanhando a integração mais estreita, eram mais inescapavelmente opostos entre si.

O objetivo dessa classe burguesa, ou pelo menos de seus principais grupos, não era — como o de partes substanciais da burguesia em 1789 — eliminar a nobreza como instituição social. O mais alto objetivo do burguês enquanto indivíduo era, conforme já dissemos acima, obter para si e sua família um título aristocrático, com os privilégios que o acompanhavam. Os grupos representativos dirigentes da burguesia como um todo partiram para conquistar os privilégios e o prestígio da nobreza militar. Não queriam acabar com a nobreza como tal, mas, no máximo, assumir-lhe o lugar como nova nobreza, suplantando ou meramente suplementando a antiga. Incessantemente, esse grupo dirigente do terceiro estado, a *noblesse de robe*, insistiu no século XVII, e mais ainda no século XVIII, que sua nobreza era exatamente tão boa, importante e autêntica como a conquistada pela espada. A rivalidade assim expressada certamente não se manifestava apenas em palavras e ideologias. Por trás dela, travava-se uma luta mais ou menos disfarçada e sem decisão por posições de poder e vantagens entre os representantes dos dois estados.

Perde-se a compreensão da constelação social quando se parte do pressuposto de que a burguesia dessa fase seria aproximadamente a mesma formação social de hoje ou pelo menos de ontem — se, em outras palavras, se considerar o “mercador independente” como

o representante típico e socialmente mais importante da burguesia. O exemplo mais representativo e socialmente influente da burguesia nos séculos XVII e XVIII foi, pelo menos nos maiores países europeus, o servidor, de classe média, dos príncipes ou reis, isto é, um homem cujos antepassados próximos ou distantes foram realmente artesãos ou mercadores, mas que, nesse momento, ocupava um cargo quase oficial na máquina do governo. Antes que as classes comerciais formassem os principais grupos da burguesia, havia, no topo do terceiro estado — para utilizar a linguagem de hoje —, os burocratas.

A estrutura e caráter dos cargos oficiais variavam profundamente segundo os países. Na velha França, o representante mais importante era uma mistura peculiar de *rentier* e servidor, um homem que comprara um cargo no serviço do Estado como propriedade pessoal e, por assim dizer, privada ou, o que equivalia, o herdara do pai. Graças a seu cargo oficial, desfrutava de certo número de privilégios bem específicos, — por exemplo, muitos desses cargos estavam isentos do pagamento de impostos e o capital investido rendia juros sob a forma de emolumentos, salário ou outro tipo de renda decorrente de seu exercício.

Foram homens desse tipo, homens da “robe” que, durante o *ancien régime* representaram a burguesia nas assembleias dos estados, e que em geral, mesmo fora das assembleias, eram seus porta-vozes, os expoentes de seus interesses perante os outros estados e os reis. O poder social que o terceiro estado acaso desfrutasse se expressava nas exigências e táticas políticas desse grupo dirigente. Indubitavelmente, os interesses dessa classe superior burguesa nem sempre eram idênticos aos de outros grupos burgueses. Comum a todos eles, porém, havia um interesse superior a todos os demais: a preservação de seus vários privilégios. Isto porque não era só a existência social do nobre ou do servidor que os distinguia com direitos e privilégios especiais: o mercador da época dependia igualmente deles e também as guildas de ofícios. O que quer que esses privilégios fossem em casos particulares, a burguesia, na medida em que possuía alguma importância social, foi até a segunda metade do século XVIII uma formação social caracterizada e mantida por direitos especiais, da mesma maneira que a própria nobreza. E, por isso mesmo, chegamos aqui a um aspecto particular da maquinaria, em virtude do qual essa burguesia nunca pôde desfechar um golpe decisivo contra seu antagonista, a nobreza. Poderia contestar este ou aquele privilégio especial da nobreza, mas nunca poderia eliminar a instituição social do privilégio como tal, que tornava a nobreza uma classe à parte, e tudo isto porque sua própria existência social, preservar a qual era seu principal interesse, era de idêntica maneira mantida e protegida por privilégios. Só quando formas burguesas de existência não mais baseadas em privilégios de classe emergiram em número cada vez maior no tecido da sociedade, quando, como resultado, um setor sempre maior da sociedade reconheceu esses direitos especiais garantidos ou criados pelo governo como um sério impedimento a toda a rede funcionalmente dividida de processos, só então surgiram forças sociais que puderam opor-se decisivamente à nobreza e que se esforçaram por eliminar não apenas privilégios particulares dos nobres, mas a própria instituição social dos privilégios a eles concedidos.

Mas os novos grupos burgueses que agora se opunham aos privilégios como tais, puseram as mãos, sabendo disso ou não, nos alicerces das velhas formações burguesas, o estamento burguês. Seus privilégios, toda a sua organização como um dos estados, tinham função social apenas enquanto existisse uma nobreza privilegiada em oposição a ela. Os

estados eram parentes hostis ou, mais precisamente, células interdependentes da mesma ordem social. Se uma era destruída como instituição, a outra caía automaticamente e, com ela, toda a ordem social.

Na verdade, a Revolução de 1789 não foi simplesmente uma luta da burguesia contra a nobreza. Através dela, o estado da classe média — em especial o da *robe*, os servidores privilegiados do terceiro estado e também os das velhas guildas de ofícios — é tão destruído quanto a própria nobreza. Esse fim comum iluminou de uma só vez todo o emaranhamento social, a constelação específica de forças da fase precedente. E serve de exemplo do que antes dissemos, em termos gerais, sobre a interdependência e ambivalência dos interesses de certas classes sociais, sobre o mecanismo equilibrador que surge com ela, e sobre o poder social da autoridade central. As partes politicamente relevantes da burguesia que não constituíam um estado e emergiram com muita lentidão das mais antigas, desses grupos burgueses mais antigos, estavam ligadas inteiramente, em seus interesses, ações e pensamento, à existência e ao equilíbrio específico de uma ordem baseada nos estados. Por essa razão, em todos esses conflitos com a nobreza e, também, claro, com o primeiro estado, o clero, eles sempre caíam, tal como o último, na armadilha de seus interesses ambivalentes. Nunca ousaram avançar demais em sua luta com a nobreza, pois isso implicava cortar a própria carne; qualquer golpe decisivo contra ela, como instituição, abalaria todo o Estado e a estrutura social e por isso mesmo derrubaria, como num jogo de boliche, a existência social da burguesia privilegiada. Todas as classes privilegiadas estavam interessadas em não levar longe demais a luta entre si, pois o que elas mais temiam era uma sublevação profunda e uma mudança de poder na estrutura social como um todo.

Mas, ao mesmo tempo, não podiam evitar inteiramente o conflito entre si, uma vez que seus interesses, paralelos numa direção, eram diametralmente opostos em muitas outras. O poder social estava distribuído de tal maneira entre elas e tão grandes eram suas rivalidades que um lado se sentia ameaçado pela menor vantagem do outro e for qualquer coisa que lhe pudesse dar a mínima superioridade que fosse em poder. Em consequência, não havia, por um lado, falta de cortesia e mesmo de relacionamentos cordiais entre membros dos diferentes grupos, mas, por outro, suas relações, principalmente entre os principais grupos, permaneceram extremamente tensas durante todo o *ancien régime*. Todos se temiam mutuamente, todos observavam os passos dos demais com uma desconfiança constante, ainda que disfarçada. Além do mais, esse eixo principal de tensão entre nobreza e burguesia estava enraizado em grande número de outros não menos ambivalentes. A hierarquia oficial da máquina secular de governo mantinha uma competição franca ou latente por poder e prestígio com a hierarquia clerical. Os religiosos, por sua vez, sempre estavam, por uma razão ou outra, colidindo com este ou aquele círculo da nobreza. De modo que esse sistema multipolar de equilíbrio constantemente gerava pequenas explosões e escaramuças, provas sociais de força em vários disfarces ideológicos e pelas razões as mais diversas e, com freqüência, inteiramente incidentais.

O rei, ou seus representantes, contudo, dirigia e controlava todo o mecanismo, lançando seu peso ora numa direção, ora em outra. E seu poder social era tão grande exatamente porque a tensão estrutural entre os principais grupos na cadeia social era forte demais para permitir que eles chegassem a um entendimento direto em seus assuntos e, assim, assumissem uma posição comum e determinada contra ele ou eles.

Como todos sabemos, só num país, nesse período, grupos burgueses e nobres assumiram com sucesso uma tal posição contra o rei: na Inglaterra. Fossem quais fossem as características estruturais da sociedade inglesa que permitiram relaxar-se a tensão entre os estados e estabelecerem-se contactos estáveis entre eles — a constelação social que, após grandes tribulações, resultou, na Inglaterra, em restrições ao poder do governante central, deixa claro, mais uma vez, em que consistem as diferentes constelações básicas que, em outros países, mantiveram o poder social e o absolutismo da autoridade central.

Durante o século XVI, e mesmo em princípios do século XVII, tampouco faltaram, na França, tentativas de indivíduos das origens sociais as mais diferentes para se concertarem contra o aumento ameaçador do poder real. Todas elas fracassaram. Essas guerras civis e revoltas revelaram em toda a nudez como, mesmo na França, era forte o desejo dos vários estados de restringir os poderes dos reis e de seus representantes. Mas mostraram também, com igual clareza, como eram fortes as rivalidades e conflitos de interesses entre esses grupos, o que os impediu de perseguir em comum o mesmo objetivo. Todos eles gostariam de limitar a monarquia em seu benefício próprio, e todos eram suficientemente fortes para impedir que os outros assim agissem. Todos se mantinham reciprocamente sob controle e, no fim, todos se resignaram à dependência comum de um rei forte.

Em outras palavras, nas grandes transformações sociais que tornam os grupos burgueses funcionalmente mais fortes e os aristocráticos mais fracos, ocorre uma fase em que uns e outros — a despeito de todas as tensões entre si e terceiros, e no interior de cada grupo — se equilibram no poder social de que dispõem. Dessa maneira se estabeleceu, por um período maior ou menor, aquela máquina que descrevemos como “o mecanismo régio”: a antítese entre os dois grupos principais era demasiado grande para tornar provável uma solução conciliatória decisiva entre eles; e a distribuição de poder, juntamente com a estreita interdependência de ambos, impedia a luta final ou a clara predominância de um sobre o outro. Assim, incapazes de se unirem, incapazes de lutarem com toda sua força e de vencerem, tiveram todos que deixar ao suserano as decisões que eles mesmos não podiam tomar.

Esse mecanismo é formado de maneira cega, não planejada, no curso dos processos sociais. O fato de ser mais bem ou mais mal controlado depende muito da pessoa que exerce a função central. A menção de alguns fatos históricos particulares deve ser suficiente para mostrar como o aparelho foi formado e exemplificar o que se disse acima em termos gerais sobre o mecanismo real absolutista.

20. Na sociedade dos séculos IX e X, havia duas classes de homens livres, os religiosos e os guerreiros. Abaixo delas, ficava a massa dos mais ou menos sem liberdade, que geralmente eram proibidos de portar armas, não desempenhando um papel ativo na vida social, embora a existência da sociedade dependesse de suas atividades. Dissemos que, nas condições especiais da área franca, a subordinação dos guerreiros, que em seus territórios eram praticamente senhores autárquicos, à atividade coordenadora do governante central tinha pouca importância. Por razões as mais diversas, era muito maior a dependência dos religiosos em relação ao rei. A Igreja, na área franca, nunca conseguiu um grande poder secular, como o que teve no Império. Nela, os arcebispos não se tornavam duques. Os pares eclesiásticos costumavam permanecer fora do circuito de senhores territoriais que competiam entre si. Por isso mesmo, não eram muito fortes seus interesses centrífugos

voltados para a debilitação do suserano. As propriedades dos religiosos espalhavam-se entre os domínios dos senhores seculares, estando eles constantemente expostos a seus ataques e usurpações. A Igreja, por conseguinte, desejava um suserano, um rei, que fosse forte o suficiente para protegê-la contra a violência secular. As rixas, as grandes ou pequenas guerras que explodiam incessantemente por toda a região via de regra eram muito mal recebidas pelos religiosos e monges que, embora mais competentes no plano militar e mesmo mais belicosos do que mais tarde se tornariam, de qualquer modo não viviam da guerra ou para a guerra. E, repetidamente, em todo o país, sacerdotes e abades maltratados, lesados, esbulhados de seus direitos, apelavam ao rei como juiz.

A ligação forte, e apenas ocasionalmente perturbada, entre os primeiros reis Capeto e a Igreja não foi fortuita, nem sua causa residiu exclusivamente na profunda fé pessoal desses primeiros soberanos. Expressava também uma óbvia conjunção de interesses. A dignidade da monarquia nessa época, o que quer mais que ela pudesse ser, sempre constituiu uma arma dos sacerdotes em seus conflitos com a classe dos guerreiros. A consagração, unção e coroação do rei eram influenciadas cada vez mais pelo poder da investidura e do cerimonial montados pela Igreja. A monarquia assumia uma espécie de caráter sagrado, tornava-se, em certo sentido, uma função eclesiástica. O fato de que esse elo, ao contrário do que aconteceu em outras sociedades, não fosse além dos meros primórdios da fusão de uma autoridade central mundana e eclesiástica, e logo depois viesse a ser quebrado, resultou em boa medida da própria estrutura da Igreja Cristã. Essa Igreja era mais antiga e sua organização estava mais firmemente assentada do que a maior parte dos domínios seculares da época. Possuía chefe próprio, que aspirava cada vez mais claramente a combinar sua preeminência espiritual com uma supremacia mundana, uma autoridade central que transcenderia todas as outras. Cedo ou tarde, por conseguinte, uma situação competitiva surgiria, uma luta pela primazia entre o Papa e o senhor central leigo de uma dada área. Essa luta, em toda parte, terminou com o Papa sendo repellido para uma posição de predominância apenas espiritual, com o caráter temporal do imperador e rei ressurgindo com mais clareza, diminuindo assim, embora não desaparecesse por completo, a assimilação pelos monarcas da hierarquia e ritual da Igreja. Mas o fato de ter havido até mesmo os começos de uma assimilação desse tipo já é digno de nota — especialmente na comparação de estruturas históricas e na explicação das diferenças entre os processos sociais em várias partes do mundo.

Os reis francos do Ocidente colaboraram, no início, estreitamente com a Igreja, de acordo com a fidelidade estrutural que lhes governava a função. Buscavam apoio no segundo grupo mais forte, em seus conflitos com outro mais forte e perigoso. Nominalmente, eram os suseranos de todos os guerreiros. Mas, nos domínios dos outros grandes senhores, eram praticamente impotentes, e mesmo em seu próprio território o poder que exerciam sofria grandes limitações. A estreita associação entre a Casa Real e a Igreja transformou em bastiões da monarquia os mosteiros, abadias e bispados situados nas terras de outros senhores territoriais, o que deixava à sua disposição parte da influência espiritual da Igreja em toda a região. Os reis, além disso, tiravam numerosas vantagens da habilidade do clero na escrita, da experiência política e organizacional da burocracia da Igreja e não menos em matéria de finanças. Constitui uma questão aberta se os reis Capeto dos primeiros períodos recebiam, além da receita gerada por seu próprio território, qualquer “renda régia” efetiva, isto é, tributos de todo o reino franco. Se a

recebiam, provavelmente não era muita coisa além do que arrecadavam em suas propriedades. Mas uma coisa é certa: recebiam tributos de instituições da Igreja em regiões situadas fora de seus próprios domínios, como, por exemplo, a renda de uma diocese desocupada ou subsídios ocasionais em situações extraordinárias. E se alguma coisa deu à Casa Real tradicional vantagem em poder sobre as Casas concorrentes, se alguma coisa contribuiu para o fato de que, nessas primeiras lutas eliminatórias, iniciadas em seu próprio território, os Capeto fossem os primeiros a reconstruir seu poder, essa foi a aliança entre os suseranos nominais e a Igreja. Acima de tudo, a partir dessa aliança, em uma fase de poderosas tendências centrífugas, brotaram aquelas forças sociais que atuaram, independentemente de tal ou qual rei, pela continuidade da monarquia e no rumo da centralização. A importância do clero como força motriz da centralização diminuiu, contudo, sem desaparecer inteiramente, à medida que se tornava mais importante o terceiro estado. Mas, mesmo nessa fase, já era visível que as tensões entre os diferentes grupos sociais, começando com a que separava a classe sacerdotal da classe guerreira, beneficiavam o suserano. Mas era claro também que ele estava contido por essas tensões, prisioneiro delas. O excessivo poder de muitos senhores militares aproximava rei e Igreja, mesmo que não faltassem pequenos conflitos entre eles. A primeira grande divergência entre rei e Igreja, porém, ocorreu apenas à época em que recursos humanos e financeiros mais abundantes começaram a fluir para o tesouro real, procedentes do campo burguês, no período de Felipe Augusto.

21. Com a formação do terceiro estado, a rede de tensões tornou-se mais complexa e seu eixo moveu-se dentro da sociedade. Da mesma maneira que, em sistemas interdependentes de países ou territórios concorrentes, determinadas tensões tornam-se predominantes em épocas diferentes, ficando subordinados a elas todos os demais antagonismos até que um dos principais centros de poder assumia posição preponderante, analogamente houve, em cada domínio, certas tensões básicas, em torno das quais muitas das menores se cristalizavam e que gradualmente pendiam para um lado ou outro. Se essas tensões incluíam, até os séculos XI e XII, um relacionamento ambivalente entre guerreiros e clero, a partir de então o antagonismo entre os guerreiros e os grupos urbano-burgueses passou, lenta mas ininterruptamente, para o primeiro plano. Com esse antagonismo, e com a extensa diferenciação na sociedade que ele expressava, o suserano adquiriu nova importância: cresceu a dependência de todas as camadas da sociedade face a um coordenador supremo. Os reis que, no curso das lutas pela predominância, se distanciavam cada vez mais do resto da classe dos guerreiros, à medida que se expandiam seus domínios, se distanciaram também deles na posição que adotaram frente às tensões entre os guerreiros e as classes urbanas. Não se aliaram aos guerreiros, a cuja classe pertenciam por origem. Em vez disso, emprestavam seu peso ora a um lado, ora a outro.

O primeiro marco dessa época foi a conquista de direitos comunais pelas cidades. Os reis dessa fase, acima de tudo Luís VI e Luís VII, assim como seus representantes e todos os demais senhores feudais, olhavam com desconfiança para as comunas nascentes e, para dizer o mínimo, com “parcial hostilidade”,¹⁰¹ particularmente em seus próprios domínios. Só aos poucos os reis compreenderam os usos que podiam dar a essas estranhas formações sociais. Como sempre, precisaram de algum tempo para perceber que o surgimento de um terceiro estado no tecido da sociedade implicava uma enorme ampliação de seu próprio raio de ação. Daí em diante, porém, promoveram os interesses do terceiro estado com

invariável persistência, enquanto eles concordavam com os seus. Acima de tudo, fomentaram o poder financeiro, tributável, da burguesia. Mas se opuseram enfaticamente, em todos os casos em que dispunham de poder para assim agir, à reivindicação de funções governamentais pelos meios urbanos, reclamamos estes que não podiam deixar de surgir com o crescente poder econômico e social das cidades. A ascensão da monarquia e a da burguesia estiveram ligadas na mais estreita interdependência funcional. Em parte deliberadamente e, até certo ponto, inconscientemente, essas duas posições sociais ajudaram a ascensão uma da outra, embora suas relações nunca deixassem de ser ambivalentes. Não faltaram animosidade e conflitos entre elas, nem ocasiões em que a nobreza e a burguesia se juntaram para tentar restringir o poder soberano dos reis. Durante toda a Idade Média, reis se viram em situações em que tinham que buscar a aprovação dos representantes reunidos em Cortes ou Estados Gerais para certas medidas. O curso seguido por essas assembléias, tanto as menores, regionais, quanto as maiores, que representavam grandes áreas do reino, mostrava claramente como, a despeito de todas oscilações, a estrutura das tensões na sociedade ainda não se confundia com a que existiu depois, no período absolutista.¹⁰² Os Parlamentos dos estados — para usar o nome inglês — podem funcionar, de modo não muito diferente dos parlamentos partidários da sociedade burguesa industrial, enquanto for possível um acordo direto entre os representantes de diferentes classes sobre determinados objetivos; mas funcionam com menor eficiência ao se tornarem mais difíceis os acordos diretos e ao aumentarem as tensões na sociedade. No mesmo grau, aumentava o poder potencial do suserano. Dado o baixo grau de integração monetária e comercial presente no mundo medieval, no início nem a interdependência nem os antagonismos entre a classe guerreira possuidora de terras e a classe urbana burguesa foram de tal ordem que precisassem entregar ao suserano a regulação de suas relações. Ambos os estados, os cavaleiros e os burgueses, tal como o clero e não obstante os contatos que mantinham, viviam muito mais dentro de seus próprios limites do que depois viria a ocorrer. Os diferentes estados não competiam ainda tão freqüente e diretamente pelas mesmas oportunidades sociais, e os principais grupos burgueses estavam ainda longe de alcançar poder suficiente para desafiar a preeminência social da nobreza, dos guerreiros. Só numa esfera da sociedade é que os elementos burgueses ascendentes, com a ajuda da monarquia, substituíram aos poucos os cavaleiros e o clero: na máquina governamental, como servidores.

22. A dependência funcional da monarquia frente a tudo o que acontecia na sociedade manifestou-se com grande clareza no desenvolvimento da máquina de governo, no desmembramento de instituições que, inicialmente, pouco mais haviam sido do que partes da administração doméstica e territorial real. Ao tempo em que a sociedade de homens livres consistia basicamente apenas de cavaleiros e do clero, a máquina do governo, também, era constituída acima de tudo desses elementos. Os sacerdotes, como servidores, o que aliás já foi mencionado, eram em geral funcionários leais e defensores dos interesses reais, ao passo que os senhores feudais, mesmo na corte e na administração civil, freqüentemente se posicionavam como rivais do rei, mais interessados em fortalecer suas próprias situações do que em consolidar a dele. Depois, à medida que a classe guerreira de fora da máquina governamental se tornava mais complexa, e, no curso das lutas de eliminação, os grandes e pequenos senhores feudais ficavam mais nitidamente diferenciados, essa constelação se espelhou na estrutura da crescente máquina governamental: sacerdotes e membros das menores Casas de guerreiros formavam o

grosso do pessoal administrativo, enquanto os grandes senhores se viam limitados a pouquíssimas posições, como, por exemplo, as de membros da grande assembleia, ou de um conselho mais restrito.

Mesmo nessa fase, porém, não havia falta na administração real de indivíduos do estrato inferior aos dos guerreiros e sacerdotes, embora elementos de origem subordinada não desempenhassem, no desenvolvimento da máquina central governamental francesa, o mesmo papel que na germânica. Talvez isso tenha origem no fato de que, na França, as comunidades urbanas e, portanto, o terceiro estado de homens livres, conseguiram uma importância independente mais cedo do que na Germânia. Na França, a participação de grupos urbanos na administração real cresceu com o desenvolvimento das cidades e, já em época tão remota como a Idade Média, membros desses grupos começaram gradualmente a se infiltrar na máquina governamental, numa extensão que na maior parte dos territórios germânicos só foi alcançada bem mais tarde, em pleno período moderno.

Eles ingressaram na máquina do governo através de dois caminhos principais:¹⁰³ inicialmente, graças a sua crescente participação em cargos seculares, isto é, em posições antes ocupadas por nobres e, depois, devido a sua participação em postos antes eclesiásticos, isto é, como amanuenses. O termo *clerc* começou a mudar lentamente de significado a partir de fins do século XII, recuando para um plano inferior sua conotação eclesiástica e aplicando-se mais e mais a indivíduos que haviam estudado, que podiam ler e escrever latim, embora possa ser verdade que os primeiros estágios de uma carreira eclesiástica fossem, por algum tempo, condição para isso. Em seguida, em paralelo com a ampliação da máquina administrativa, o termo *clerc* e certos tipos de estudos universitários foram cada vez mais secularizados. As pessoas não aprendiam latim exclusivamente para se tornarem membros do clero, mas também para ingressar na carreira de servidores públicos. Para sermos exatos, também havia burgueses que passavam a integrar o conselho do rei simplesmente devido a sua competência comercial ou organizacional. A maioria dos burgueses, porém, chegava aos altos escalões do governo através do estudo, do conhecimento dos cânones e do Direito Romano. O estudo tornou-se um meio normal de progresso social para os filhos dos principais estratos urbanos. Lentamente, elementos burgueses suplantaram os elementos nobres e eclesiásticos no governo. A classe de servidores reais, ou “funcionários”, tornou-se —, em contraste com a situação vigente nos territórios germânicos — uma formação social exclusivamente burguesa.

Desde a era de Felipe Augusto, se não antes... surgem os advogados, os verdadeiros “cavaleiros da lei” (*chevaliers ès lois*); eles assumiram a tarefa de amalgamar a lei feudal com os cânones e o Direito Romano, a fim de criar o Direito Monárquico... Formando um pequeno exército de trinta escribas em 1316, 104 ou 105 em 1359, cerca de 60 em 1361, esses amanuenses da chancelaria obtiveram numerosas vantagens graças ao constante aumento de suas fileiras nas proximidades do rei. O grosso deveria formar a classe de tabeliões privilegiados; a elite (três sob Felipe, o Belo, 12 já antes de 1388, 16 em 1406, oito em 1413) daria origem aos escrivães privados ou secretários financeiros... O futuro lhes pertencia. Ao contrário dos grandes servidores de um palatinado, eles não tinham ancestrais, eles mesmos eram os ancestrais.¹⁰⁴

Com o crescimento das posses reais, formou-se uma classe de especialistas, cuja posição social dependia em primeiro lugar e, acima de tudo, dos cargos que ocupavam no serviço real e cujo prestígio e interesses eram, na maior parte, idênticos aos da monarquia e da máquina de governo. Tal como a Igreja fizera antes, e ainda fazia até certo ponto, membros do terceiro estado defendiam nesse momento os interesses da função central.

Assim agiam nas capacidades as mais diversas, como escribas e conselheiros do rei, como coletores de impostos, como membros dos mais altos tribunais. E foram eles também que se esforçaram para garantir a continuidade da política real além da vida de um dado rei e, não raro, contra as inclinações pessoais que ele demonstrasse. Neste caso, também, as classes burguesas promoveram a monarquia e esta retribuiu na mesma moeda.

23. Excluindo-se quase por completo a nobreza da máquina de governo, a burguesia conquistou, com o passar do tempo, uma posição que teve a mais alta importância para o equilíbrio geral de poder na sociedade. Na França, até o fim do *ancien régime*, não foram os ricos mercadores ou as guildas que representaram diretamente a burguesia nos conflitos com a nobreza, mas sim a burocracia, sob suas várias formas. A debilitação social da nobreza e o fortalecimento da burguesia ficaram demonstrados com a maior clareza pelo fato de que a alta camada desta última reivindicasse, pelo menos desde inícios do século XVII, um *status* social igual ao da nobreza. Nessa ocasião, o entrelaçamento de interesses e tensões entre nobreza e burguesia alcançou, de fato, um nível que assegurou um poder excepcional ao governo central.

Essa infiltração dos filhos da burguesia urbana na máquina central era uma das vertentes de um processo que indicava bastante bem a estreita interdependência funcional entre a ascensão da monarquia e a da burguesia. O estrato mais alto da burguesia, que gradualmente brotou da classe dos “servidores reais” mais altamente colocados, conseguiu, nos séculos XVI e XVII, um tal aumento de poder social que o suserano teria ficado à sua mercê, não fossem os contrapesos da nobreza e do clero, cuja resistência lhes neutralizava a força; não é difícil observar como certos reis, acima de todos Luís XIV, constantemente manipularam esse sistema de tensões. Na fase precedente, contudo, nobreza e clero — a despeito de toda a ambivalência inerente a seus relacionamentos — ainda eram adversários muito mais fortes da autoridade central do que a burguesia urbana. Exatamente por essa razão, burgueses ansiosos para obter ascensão social eram auxiliares tão bem-vindos quanto bem-dispostos do rei. Os reis permitiram que a máquina central se tornasse monopólio de membros do terceiro estado porque este ainda era socialmente mais fraco do que o primeiro e o segundo.

A interdependência entre o crescimento do poder do rei e da burguesia, e a debilitação da nobreza e do clero, pode ser vista de um aspecto diferente se levarmos em conta as conexões financeiras entre a existência social das várias partes. Já enfatizamos que a mudança, em detrimento da nobreza, só em pequena medida se pode atribuir a ações deliberadas e sistemáticas dos círculos burgueses. Ela foi, por um lado, conseqüência da ação do mecanismo competitivo, implicando que o grosso da nobreza caísse na dependência de uma única Casa nobre, a Casa Real, e assim, em certo sentido, descesse para o mesmo nível que a burguesia. Por outro, resultou do aumento da integração monetária. Paralelamente ao crescimento do volume de moeda, ocorreu uma constante desvalorização da mesma. Esse aumento e desvalorização se aceleraram, em grau extraordinário, no século XVI. A nobreza, que vivia da renda de suas propriedades, as quais não podia aumentar para acompanhar a desvalorização, por isso mesmo empobreceu.

As guerras religiosas — para mencionar apenas esse fato final — tiveram idêntica importância no enfraquecimento da nobreza, como, com tanta freqüência, ocorre com as

classes declinantes nas guerras civis: ocultaram para elas, durante algum tempo, a inevitabilidade de seu destino. A comoção e a inquietação, a confirmação do valor próprio na luta, a possibilidade de pilhagem e a facilidade de ganho, tudo isso estimulou a nobreza a acreditar que podia manter sua posição social, embora ameaçada, e salvar-se da decadência e do empobrecimento. A respeito das tempestades econômicas que os jogavam de um lado para outro, os que nelas estavam envolvidos mal formavam uma idéia. Notavam que o volume de moeda estava aumentando, os preços, subindo, mas nada entendiam. Brantôme, um dos guerreiros cortesãos do período, captou bem esse estado de espírito:

... muito longe de ter empobrecido a França, esta guerra civil realmente a enriqueceu, na medida em que desvendou e pôs à vista de todos uma infinidade de tesouros anteriormente escondidos sob a terra, onde não serviam a finalidade alguma... Colocou-os tão bem ao sol, e transformou-os em tal quantidade de boa moeda, que houve mais milhões em ouro tinindo na França do que houvera milhões em libras de prata antes, e apareceram também mais moedas novas de prata, de qualidade melhor, forjadas com esses finos tesouros escondidos, do que houvera cobre antes... E isso não foi tudo: os ricos mercadores, agiotas, banqueiros e outros sovinas, descendo até os padres, mantinham as moedas encerradas em seus cofres e não as desfrutavam pessoalmente nem as emprestavam, exceto a juros extorsivos e com excessiva usura, ou para adquirir a hipoteca de terras, bens ou casas por preço vil; de modo que os nobres que haviam sido arruinados durante as guerras estrangeiras, e que haviam empenhado ou vendido seus bens, estavam sem saber o que fazer, até mesmo sem lenha para se aquecerem, porque esses bandos de biltres e agiotas haviam embolsado tudo — essa boa guerra civil recolocou-os nos lugares que, por direito, lhes pertencia. Eu mesmo vi cavalheiros de alto nascimento que, antes da guerra civil, viajavam com apenas dois cavalos e um laçao, e que depois se recuperaram a tal ponto durante e após a guerra que podiam ser vistos viajando pelo país com seis ou sete bons cavalos... *E foi assim que a honesta nobreza da França se recuperou pela graça ou, poderíamos dizer, pela graxa desta boa guerra civil.*¹⁰⁵

Na realidade, a maior parte da nobreza francesa, ao voltar dessa “boa” guerra civil, descobriu que estava atolada em dívidas e, mais uma vez, arruinada. A vida se tornara mais cara. Credores, juntamente com ricos mercadores, agiotas e banqueiros e, acima de tudo, os altos servidores, os homens da toga, clamavam pelo resgate do dinheiro que haviam emprestado. Em todos os casos em que podiam, apossavam-se de propriedades nobres e também, com grande frequência, dos títulos.

Os nobres que se apegavam às suas propriedades logo depois descobriam que a renda que elas produziam não era mais suficiente para lhes cobrir o aumento do custo de vida.

Os senhores que haviam cedido terras a seus camponeses, contra o pagamento de tributos em dinheiro, continuavam a receber a mesma receita, mas sem o mesmo valor. O que custava cinco *sous* no passado custava vinte na época de Henrique III. Os nobres empobreceram sem se dar conta disso.¹⁰⁶

24. O quadro da distribuição de poder social que aqui se apresenta é meridianamente claro. A mudança na estrutura social, que durante muito tempo estivera trabalhando contra a nobreza guerreira e em benefício das classes burguesas, acelerou-se no século XVI. Os últimos ganharam em importância social, enquanto os primeiros perdiam. Cresceram os antagonismos na sociedade. A nobreza guerreira não entendeu esse processo que a expulsava de posições hereditárias, mas via-o corporificado nos indivíduos do terceiro estado com quem agora tinha de concorrer diretamente pelas mesmas oportunidades, acima de tudo por dinheiro, mas também, através do dinheiro, por sua própria terra e mesmo preeminência social. Dessa maneira, estabelecia-se um equilíbrio que concedia poder ótimo a um único homem, o suserano.

Nas lutas dos séculos XVI e XVII, deparamos com organizações burguesas que se haviam tornado ricas, numerosas e poderosas e suficiente para contestarem com firmeza

os direitos da nobreza guerreira à dominação e ao poder, mas ainda não eram fortes o bastante para tornar os guerreiros, a classe militar, diretamente dependente delas. Vemos uma nobreza ainda forte e beligerante o suficiente para representar ameaça constante às classes burguesas em ascensão, mas já fraca demais, sobretudo no plano econômico, para controlar diretamente os moradores das cidades e seus tributos. O fato de, nessa época, a nobreza já ter perdido por completo as funções de administração e judicatura, que se encontravam nas mãos de corporações burguesas, contribuiu em não pequena medida para sua fraqueza. Ainda assim, parte alguma da sociedade era ainda capaz de conquistar e manter uma preponderância decisiva sobre os demais. Nessa situação, o rei, mais uma vez, aparecia a cada classe ou corporação como seu aliado contra as ameaças de grupos que eles não conseguiam dominar sozinhos.

Evidentemente, a nobreza e a burguesia consistiam em vários grupos e estratos cujos interesses nem sempre corriam na mesma direção. Nas tensões primárias entre essas duas classes, entrelaçavam-se numerosas outras, fosse dentro dos grupos, ou entre um e outro e o clero. Mas, simultaneamente, todos esses grupos e estratos eram, para subsistirem, dependentes uns dos outros, nenhum forte o suficiente nessa fase para derrubar a ordem vigente, como um todo. Os grupos dirigentes, os únicos que podiam exercer certa influência política no contexto das instituições existentes, eram os menos dispostos a propor mudanças radicais. Essa multiplicidade de tensões fortalecia ainda mais o poder potencial dos reis.

Claro que todos esses grupos principais, os nobres de mais alta linhagem, os “grandes” da corte, como também os da burguesia, os parlamentos, gostariam de restringir, em seu próprio benefício, o poder real. Esforços ou pelo menos idéias nessa direção foram feitos ou ventilados durante todo o *ancien régime*. Mas grupos sociais com interesses e desejos opostos divergiam também em sua atitude em relação à monarquia. Não faltaram ocasiões em que isso se tornou claro e foi negociado, mesmo, um certo número de alianças temporárias entre grupos nobres e urbanos burgueses, acima de tudo com os parlamentos, contra os representantes da monarquia. Mas se alguma coisa mostra a dificuldade enfrentada por essa reconciliação direta, e a força das tensões e rivalidades entre as partes, esta foi o destino dessas alianças ocasionais.

Vejamos, por exemplo, a *Fronde*. Luís XIV era ainda menor de idade e Mazarino governava. Mais uma vez, e pela última vez durante muito tempo, os grupos sociais mais díspares uniram-se para atacar a onipotência real, representada pelo ministro. Parlamentos e a nobreza em geral, corporações urbanas e indivíduos de mais alto nascimento, todos eles tentaram explorar o momento de fraqueza da monarquia, a regência da rainha, exercida pelo cardeal. O quadro configurado por esse levante, porém, mostra claramente como eram tensas as relações entre esses grupos. A Fronde foi uma espécie de experimento social. Pôs às claras, mais uma vez, a estrutura de tensões que dava à autoridade central sua força, mas que permanecia disfarçada enquanto estivesse firmemente estabelecida essa autoridade. Tão logo um dos aliados parecia obter a menor vantagem, todos os demais se sentiam ameaçados, desertavam da aliança, faziam causa comum com Mazarino contra seu antigo aliado e, depois, parcialmente retornavam para seu lado. Todas essas pessoas e grupos queriam limitar o poder real, mas cada um pretendia fazê-lo em proveito próprio. Todos temiam que o poder do outro pudesse crescer ao mesmo tempo. Finalmente — e não pouco graças à habilidade com que Mazarino

explorou esse mecanismo de tensões — o antigo equilíbrio foi restabelecido em benefício da Casa Real. Luís XIV jamais esqueceu as lições desses dias. Muito mais deliberada e cuidadosamente que todos seus predecessores, fomentou esse equilíbrio e manteve as divergências e tensões existentes.

25. Durante boa parte da Idade Média, as classes urbanas, devido à posição social que ocupavam, foram invariavelmente mais fracas do que a nobreza guerreira. Nessa época, foi considerável a comunhão de interesses entre o rei e a parte burguesa da sociedade, ainda que não tão grande que faltassem por completo atritos, e mesmo conflitos, entre as cidades e o governante central. Uma das conseqüências mais visíveis dessa convergência de interesses foi a exclusão da nobreza da organização monárquica, e sua infiltração por gente de origem burguesa.

Em seguida, à medida que diminuía o poder social relativo da nobreza, em conseqüência do aumento da integração monetária e monopolização, os reis transferiram parte de seu peso de volta para os nobres. Assim garantiram a existência da nobreza como classe privilegiada contra o ataque burguês, mas só no grau necessário para preservar as diferenças sociais entre nobreza e burguesia e, dessa forma, o equilíbrio de tensões dentro do reino. Asseguravam ao grosso da nobreza, por exemplo, isenções de impostos, que a burguesia gostaria que fossem abolidas ou pelo menos diminuídas. Mas esses favores não foram suficientes para dar aos senhores de terra economicamente fracos uma base suficiente sobre a qual assentar a reivindicação de ser a classe superior, e satisfazer-lhe a necessidade de cultivar um estilo de vida visivelmente próspero. A despeito das isenções fiscais, a massa da nobreza fundiária levou, através de todo o *ancien régime*, uma vida muito modesta. Dificilmente podia concorrer em prosperidade material com o estrato superior da burguesia. Frente às autoridades, e, acima de tudo, à corte, a posição dela era longe de favorável, porquanto os cargos nesta última eram ocupados por indivíduos de origem burguesa. Demais disso, os reis, apoiados por parte da opinião aristocrática, defendiam o princípio de que o nobre que participava diretamente do comércio devia renunciar ao título e a todos os privilégios de sua classe, pelo menos enquanto durasse tal atividade. A norma em causa servia para manter as diferenças existentes entre burguesia e nobreza, que os reis, não menos que os nobres, faziam questão de preservar. Mas, ao mesmo tempo, bloqueava o único acesso direto da nobreza à maior prosperidade. Só indiretamente, através do casamento, podia o nobre beneficiar-se da riqueza gerada pelo comércio e pelos cargos oficiais. A nobreza nada teria do esplendor e prestígio social que ainda desfrutava nos séculos XVII e XVIII, infalivelmente teria sucumbido à burguesia cada vez mais próspera e talvez à nova nobreza burguesa, se não tivesse obtido — ou pelo menos uma parte dela —, com ajuda do rei, uma nova posição monopolista na corte. Essa benesse lhe permitiu um estilo de vida adequado à posição social e preservou-a de envolvimento em atividades burguesas. Os cargos na corte, as muitas e variadas posições oficiais na Casa Real, foram reservados à aristocracia. Dessa maneira, centenas e, no fim, milhares de nobres, conseguiram cargos relativamente bem pagos. O favor real, confirmado por donativos ou doações adicionais, era adicionado a isso. Demais, a proximidade em relação ao rei dava a esses cargos alto prestígio. Dessa forma, da ampla massa da aristocracia fundiária nasceu um estrato de nobres que podiam contrabalançar, em riqueza e influência, a alta burguesia: a nobreza cortesã. Da mesma forma que antes, quando a burguesia fora mais fraca que a aristocracia, os cargos na administração real

havia se tornado monopólio da burguesia com ajuda do rei, nesse momento em que a nobreza se debilitava, os cargos na corte, novamente com ajuda real, tornaram-se privilégio dos nobres.

O preenchimento exclusivo desses cargos por nobres não ocorreu de um só golpe ou mediante o plano de um único rei, como aliás não acontecera, antes, com a reserva de todos os outros postos à burguesia.

Sob Henrique IV, e ainda sob Luís XIII, os cargos na corte, como também a maioria das nomeações para postos militares e, ainda mais, para os cargos administrativos e judiciários, podiam ser adquiridos e constituíam, portanto, propriedade de seus ocupantes. Isso se aplicava até mesmo ao cargo de *gouverneur*, ou comandante militar, em certas regiões do país. Para sermos exatos, ocasionalmente, os ocupantes desse posto só podiam exercê-lo com aprovação do rei e, naturalmente, acontecia também que este ou aquele cargo só fossem preenchidos graças ao favor real. Mas de modo geral, a compra de cargos preponderava nessa época sobre a nomeação por favor. Uma vez que a maior parte da nobreza não competia com a alta burguesia em termos de riqueza, o terceiro estado, ou pelo menos famílias dessa origem e só recentemente contempladas com títulos de nobreza, vagarosa mas iniludivelmente assumiu também postos militares e na corte. As grandes famílias nobres eram as únicas que possuíam ainda renda suficiente, em parte devido ao tamanho de suas terras e até certo ponto pelo recebimento de pensões que lhes eram pagas pelo rei, para conservar cargos desse tipo diante de tal concorrência.

Não obstante, a disposição de ajudar à nobreza nessa situação foi inequívoca por parte de Henrique IV, como também de Luís XIII e Richelieu. Nenhum deles esqueceu, sequer por um momento, que também era aristocrata. Além do mais, Henrique IV subira ao trono à testa de um exército de nobres. Mas, à parte o fato de que mesmo eles eram, o mais das vezes, impotentes face a processos econômicos que os sitiavam, a função real tinha necessidades próprias e por isso era ambivalente sua relação com a nobreza. Henrique IV, Richelieu e todos seus sucessores, a fim de manter suas próprias posições, tudo fizeram para conservar a nobreza, tanto quanto possível, afastada de cargos de influência política. Mas, ao mesmo tempo, eram obrigados a preservá-la como um fator social independente no equilíbrio interno de forças.

A dupla face da corte absolutista correspondia exatamente a essa relação dividida entre rei e nobreza. A corte era a um só tempo instrumento para controlá-la e mantê-la, e foi nessa direção que ela gradualmente evoluiu.

O próprio Henrique IV dava por certo que o rei vivia dentro de um círculo aristocrático. Mas não era ainda política rígida sua exigir residência permanente na corte dos membros da nobreza que quisessem continuar a merecer os favores reais. Sem dúvida, ele também carecia de meios para financiar uma corte tão numerosa e distribuir cargos, favores e pensões prodigamente, como Luís XIV pôde fazer mais tarde. Além do mais, em sua época, a sociedade continuava ainda em estado de extrema fluidez. Famílias nobres declinavam e a burguesia subia. Os estados sobreviviam, embora drasticamente transformado seu regime de ocupação. O muro que dividia os estados parecia uma peneira, tantos eram os furos. Qualidades pessoais, ou a falta delas, a boa ou má sorte do indivíduo, desempenhavam freqüentemente um papel tão grande no destino de uma família como seu nascimento neste ou naquele estado. Até mesmo os portões para a corte, e seus cargos,

ainda se encontravam bem abertos para indivíduos de origem burguesa.

E tudo isso a nobreza deplorava. Era ela que desejava e que propôs que os cargos lhe fossem reservados. E não só eles. Desejava sua parte em muitos outros, queria recuperar posições perdidas na máquina de governo. Em 1627, sob o título “Solicitações e Artigos para a Restauração da Nobreza”, ela dirigiu a Luís XIII uma petição contendo exatamente propostas nesse sentido.¹⁰⁷

A petição começava dizendo que, depois da ajuda divina e da espada de Henrique IV, era à nobreza que se devia agradecer pela preservação da coroa numa época em que a maioria das outras classes fora incitada à insurreição. Ainda assim, a nobreza achava-se “no estado mais lamentável que jamais conhecera... esmagada pela pobreza... tornada cruel pela indolência... reduzida pela opressão até quase o desespero”.

Em poucas palavras, assim se traçava um quadro da classe em declínio. E que correspondia fielmente à realidade. A maioria das grandes propriedades rurais vergava ao peso das dívidas. Muitas famílias nobres haviam perdido todas as posses. Não havia esperança para a juventude aristocrata; a inquietação e as pressões sociais geradas por essas pessoas deslocadas eram sentidas em toda a parte na vida da sociedade. O que se deveria fazer?

Entre as razões desse estado de coisas, era expressamente mencionada a desconfiança que certo número de nobres despertara no rei com sua arrogância e ambição. Esses fatos haviam finalmente levado os reis a acreditarem na necessidade de reduzir o poder desses nobres, excluindo-os de cargos oficiais que haviam talvez usado mal, e promovendo o terceiro estado; assim, os nobres haviam sido destituídos de seus deveres judiciários e fiscais, e expulsos dos conselhos do rei.

Finalmente, em 22 artigos, a nobreza exigia, entre outras coisas, o seguinte: além do comando militar dos vários *gouvernements* do reino, que as funções civis e militares da Casa Real — isto é, o esqueleto do que mais tarde tornaria a corte uma sinecura para a nobreza — deixassem de ser objeto de venda e ficassem reservadas à nobreza.

Demais disso, a nobreza exigia certa influência sobre a administração das províncias e acesso, para certo número de aristocratas particularmente credenciados, às altas cortes de justiça, aos parlamentos, pelo menos em capacidade consultiva e sem remuneração e, finalmente, que um terço da participação nos conselhos financeiros e militares e outras partes do governo real proviesse de seus quadros.

Entre todas essas exigências, se ignoramos algumas pequenas concessões, só uma foi atendida: os cargos na corte, que foram vedados à burguesia e reservados à nobreza. Todas as demais, na medida em que implicavam participação da nobreza, ainda que modesta, no governo ou administração, tiveram indeferimento.

Em numerosos territórios germânicos, nobres pleitearam e receberam cargos administrativos e judiciários, além dos militares, e pelo menos desde a Reforma podiam ser encontrados também nas universidades.¹⁰⁸ A maioria dos cargos mais altos do Estado permaneceu um virtual monopólio da nobreza; nos demais níveis, nobres e burgueses habitualmente se equilibravam em numerosos cargos públicos, de acordo com uma fórmula exata de distribuição.

No governo central francês, porém, as tensões e lutas constantes, abertas ou latentes, entre os dois estados manifestavam-se no fato de que toda a administração continuava a ser monopólio da burguesia, enquanto toda a corte, no sentido mais estreito, que sempre fora na maior parte preenchida por nobres, mas que passara a sofrer a ameaça de cair em mãos burguesas enquanto durou a venalidade dos cargos, tornava-se, de uma vez por todas no século XVII, monopólio dos nobres.

Richelieu, em seu testamento, recomendara que a corte fosse fechada a todos aqueles que “não possuíssem a boa sorte de uma origem nobre”.¹⁰⁹ Luís XIV reduziu ao mínimo o acesso dos burgueses aos cargos da corte, mas nem mesmo ele conseguiu excluí-los inteiramente. Assim, após numerosos movimentos preparatórios, nos quais os interesses sociais da nobreza e da monarquia foram, por assim dizer, sondados mutuamente, à corte foi atribuído o claro papel de asilo da nobreza, por um lado, e de meio para controlar e domar a velha classe guerreira, por outro. A vida cavaleirosa sem rédeas nem limites era coisa do passado.

Para a maior parte da nobreza, não apenas sua situação econômica se tornou mais difícil, como também estreitaram-se seus horizontes e liberdade de ação. Dada sua medíocre renda, ela se via limitada a suas fazendas, no interior do país. Nem as campanhas militares lhe permitiam, quase nunca, escapar desse bloqueio. Mesmo na guerra, os nobres não lutavam mais na qualidade de cavaleiros livres, mas como oficiais, numa organização estrita. E sorte especial e relações eram necessárias para o indivíduo escapar permanentemente da nobreza fundiária e obter acesso aos horizontes mais amplos e ao maior prestígio do círculo nobre da corte.

Essa parte menor da nobreza encontrou na corte, em Paris e à sua volta, um novo e mais precário lar. Até o tempo de Henrique IV e Luís XIII, não era difícil a um nobre pertencente ao círculo da corte passar algum tempo em sua propriedade rural ou na de outro nobre. Havia, para sermos exatos, uma nobreza de corte distinta da nobreza mais ampla do interior, mas a sociedade continuava ainda relativamente descentralizada. Luís XIV, tendo aprendido bem cedo a lição da Fronda, explorou ao máximo a dependência da nobreza face a sua pessoa. Ele queria “colocar diretamente ante seus olhos todos aqueles que fossem possíveis chefes de levantes e cujos castelos pudessem servir como pontos focais de rebelião...”.¹¹⁰

A construção de Versalhes correspondeu perfeitamente a ambas as tendências entrelaçadas da monarquia: sustentar e promover da maneira mais visível certos segmentos da nobreza e, ao mesmo tempo, controlá-la e domá-la. O rei concedia com liberalidade, em especial a seus favoritos. Mas exigia obediência, mantinha os nobres sempre cientes da dependência em que viviam, do dinheiro e de outras oportunidades que tinha para distribuir.

O Rei (registra Saint-Simon em suas *Mémoires*¹¹¹ não exigia apenas que a alta nobreza estivesse presente na corte, mas também requeria o mesmo dos nobres de menor categoria. Nas cerimônias de seu levantar e deitar, nas refeições, nos jardins em Versalhes, olhava sempre em volta, notando a presença ou a ausência de todos. Levava a mal se os nobres mais ilustres não residiam permanentemente na corte, e se outros a ela compareciam apenas raramente, e a desgraça total esperava aqueles que mal apareciam ou nunca o faziam. Se um destes tinha um pedido, o rei respondia orgulhosamente: “Não o conheço.” E seu julgamento era irrevogável. Não se importava se uma pessoa gostava de morar no campo, mas ela tinha que demonstrar moderação nisso e tomar precauções antes de longas ausências. Certa vez, em minha mocidade, quando fui a Rouen tratar de alguns assuntos jurídicos, o rei ordenou a um ministro que escrevesse, indagando de minhas razões.

A vigilância sobre tudo o que acontecia era muito característica da estrutura dessa monarquia. Demonstrava claramente como eram fortes as tensões básicas que o rei tinha que observar e controlar, a fim de manter seu domínio não só na sociedade imediata que o cercava mas também fora dela. “A arte de governar não é absolutamente difícil ou desagradável”, disse certa vez Luís XIV em instruções ao herdeiro. “Consiste simplesmente em conhecer os verdadeiros pensamentos de todos os príncipes da Europa, em saber tudo o que as pessoas tentam ocultar-nos, seus segredos, e em mantê-las sob rigorosa vigilância.”¹¹²

A curiosidade do rei em saber de tudo que acontecia a seu redor (escreveu Saint-Simon em outro trecho)¹¹³ tornou-se cada vez mais intensa. Encarregou seu primeiro valete e o governador de Versalhes de recrutarem uma guarda pessoal. Os membros dessa guarda receberam a libré real, prestavam contas apenas àqueles que acabamos de mencionar, e tinham a missão clandestina de vaguear pelos corredores, dia e noite, observando secretamente e seguindo pessoas, verificando aonde iam e quando voltavam, entreouvindo-lhes as conversas e informando tudo com exatidão.

Difícilmente alguma coisa seria tão característica da estrutura peculiar de uma sociedade que torna possível uma forte autocracia, como a necessidade de supervisionar detalhadamente tudo o que acontecia dentro do reino. Essa necessidade demonstra, por igual, as imensas tensões e a precariedade da máquina social, sem a qual a função coordenadora não daria ao governante central uma taxa de poder tão alta. As tensões e equilíbrio entre os vários grupos sociais, e a atitude altamente ambivalente de todos eles para com o próprio governante central, certamente não foram criados por nenhum rei. Mas, uma vez estabelecida essa constelação, tornava-se de vital importância para o governante preservá-la com toda sua precariedade. A tarefa exigia uma vigilância rigorosa sobre todos os súditos.

Por boas razões, Luís XIV mantinha sob um olho especialmente vigilante as pessoas mais próximas à sua pessoa em posição social. A divisão do trabalho e a interdependência de todos, incluindo a dependência do governante central em relação às massas, não estavam ainda tão avançadas que a pressão do povo comum constituísse a maior ameaça ao rei, embora a inquietação popular, sobretudo em Paris, não deixasse de implicar um certo perigo, e tenha sido uma das razões para se transferir a corte para Versalhes. Mas em todos os casos, sob os predecessores de Luís, em que a insatisfação entre as massas culminou em insurreições, foram membros da Família Real ou da alta nobreza que se colocaram à frente delas, usando as facções e o descontentamento para promover suas próprias ambições. Era nos círculos mais próximos a sua pessoa que os rivais mais perigosos do monarca ainda podiam ser encontrados.

Mostramos acima que, no curso da monopolização, o círculo de pessoas capazes de competir pela oportunidade de governar gradualmente se reduziu aos membros da Casa Real. Luís XI derrotou finalmente esses príncipes feudais e reintegrou-lhes os territórios na coroa. Nas guerras religiosas, porém, os diferentes contendores continuaram a ser liderados por ramos da Família Real. Com Henrique IV, após a extinção da linhagem principal, mais uma vez subiu ao trono um membro de uma linhagem secundária. E os príncipes de sangue, os “grandes”, os duques e pares de França, continuaram a exercer poder considerável. A base desse poder era muito clara. Decorria principalmente de seus cargos de *gouverneurs*, comandantes militares de províncias e de suas fortalezas. Lentamente, com a consolidação do governo monopolista, esses possíveis rivais do rei assumiram o caráter de funcionários de uma poderosa máquina governamental. Mas

resistiram à mudança. O irmão ilegítimo de Luís XIII, o duque de Vendôme, filho bastardo de Henrique IV, levantou-se contra a autoridade central à frente de uma facção. Governador da Bretanha, acreditava que tinha direito hereditário à província por motivo de casamento. Depois, foi o governador da Provença quem liderou a resistência, e mais tarde o governador do Languedoc, o duque de Montmorency. E até mesmo a tentativa de resistência da nobreza huguenote teve por base uma posição de poder análoga. O exército não estava ainda inteiramente centralizado e os comandantes de fortalezas e de fortins gozavam de alto grau de independência. Os governadores de províncias consideravam seus cargos, comprados e assalariados, como propriedade sua. Por tudo isso, ocorreram sucessivas explosões de tendências centrífugas. Sob Luís XIII, elas ainda eram perceptíveis. Seu próprio irmão, Gastão, duque de Orléans, levantou-se, como muitos outros irmãos reais antes dele, contra o rei. Renunciou formalmente à sua amizade com o cardeal, depois de assumir a liderança da facção que lhe era hostil, e dirigiu-se para Orléans a fim de iniciar a luta contra Richelieu e o rei a partir de uma forte posição militar.

Richelieu, no fim, venceu todas essas batalhas, principalmente com ajuda da burguesia e dos superiores recursos financeiros que ela lhe forneceu. Os grandes senhores que resistiam foram vencidos e desapareceram, terminando alguns na prisão, outros no exílio, quando não caíam em batalha. Richelieu deixou até mesmo que a mãe do rei morresse no estrangeiro.

Era equivocada a crença de que, como filhos ou irmãos do rei, ou príncipes de seu sangue, eles poderiam, com impunidade, perturbar o reino. Era muito mais sensato consolidar o reino e a monarquia do que respeitar a impunidade assegurada pela posição social.

Assim escreveu o ministro em suas memórias. Luís XIV colheu os benefícios dessas vitórias, mas o senso de ameaça por parte da nobreza, principalmente da alta nobreza mais próxima à sua pessoa, era para ele uma segunda natureza. À pequena nobreza perdoava uma ocasional ausência da corte, se boas razões fossem apresentadas. No tocante aos “grandes”, mostrava-se implacável. E o papel da corte como local de detenção emergia com particular clareza com relação a eles. “O lugar mais seguro para um filho de França é o coração do Rei”, respondeu ele quando o irmão lhe pediu uma governadoria e uma fortaleza, um *place de sûreté*. Considerava com o maior desagrado o fato de seu filho mais velho manter uma corte separada em Meudon. Ao falecer o herdeiro do trono, o rei, apressadamente, mandou vender o mobiliário de seu castelo, tendo em vista a possibilidade de que o neto, que herdaria Meudon, lhe desse o mesmo uso e, mais uma vez, “dividissem a corte”.¹¹⁴

Esse receio, diz Saint-Simon, não tinha o menor fundamento, uma vez que nenhum dos netos do rei teria ousado desagradá-lo. Mas quando a questão era manter o prestígio e assegurar o governo pessoal, a severidade do rei não estabelecia distinção entre parentes e outras pessoas.

O governo monopolista, fundamentado nos monopólios da tributação e da violência física, atingira, assim, nesse estágio particular, como monopólio pessoal de um único indivíduo, sua forma consumada. Era protegido por uma organização de vigilância muito eficiente. O rei latifundiário, que distribuía terras ou dízimos, tornara-se o rei endinheirado, que distribuía salários, e este fato dava à centralização um poder e uma solidez nunca alcançados antes. O poder das forças centrífugas havia sido finalmente quebrado. Todos os possíveis rivais do governante monopolista viram-se reduzidos a uma

dependência institucionalmente forte de sua pessoa. Não mais em livre competição, mas apenas numa competição controlada pelo monopólio, apenas um segmento da nobreza, o segmento cortesão, concorria pelas oportunidades dispensadas pelo governante monopolista, e ela vivia ao mesmo tempo sob a constante pressão de um exército de reserva formado pela aristocracia do interior do país e por elementos em ascensão da burguesia. A corte era a forma organizacional dessa competição restrita.

Mas mesmo que nessa fase o controle pessoal exercido pelo rei sobre as oportunidades monopolizadas fosse muito grande, podia ser grande mas não ilimitado. Na estrutura desse monopólio relativamente privado já havia elementos inconfundíveis que, finalmente, transformaram o controle pessoal em controle público por camadas cada vez mais extensas da sociedade. No caso de Luís XIV, a declaração “L’Etat c’est moi” — “o Estado sou eu” — tinha um certo elemento de verdade, tenha ou não ele pronunciado essas palavras. Institucionalmente, a organização monopolista conservava ainda em grau considerável o caráter de propriedade pessoal. Funcionalmente, contudo, a dependência do governante monopolista face a outros estratos, a toda uma rede de funções sociais diferenciadas, já era muito grande e aumentava constantemente com o avanço da integração comercial e monetária da sociedade. Só a situação especial da sociedade, o peculiar equilíbrio de tensões entre a burguesia em ascensão e a aristocracia em decadência e, mais tarde, entre os grandes e pequenos grupos em toda a terra, davam ao governante central seus imensos poderes de controle e decisão. A independência com que antigos reis governavam seus domínios, o que era também uma manifestação de interdependência social mais baixa, desaparecera. A imensa rede humana que Luís XIV governava tinha um *momentum* próprio e um centro de gravidade também próprio, que ele era obrigado a respeitar. Custava-lhe um esforço colossal e um autocontrole não menor preservar o equilíbrio entre pessoas e grupos e, manipulando as tensões, dirigir o todo.

A capacidade do funcionário central de governar toda a rede humana, sobretudo em seu interesse pessoal, só foi seriamente restringida quando a balança sobre a qual se colocava se inclinou radicalmente em favor da burguesia e um novo equilíbrio social, com novos eixos de tensão, se estabeleceu. Só nessa ocasião, os monopólios pessoais passaram a tornar-se monopólios públicos no sentido institucional. Numa longa série de provas eliminatórias, na gradual centralização dos meios de violência física e tributação, em combinação com a divisão de trabalho em aumento crescente e a ascensão das classes burguesas profissionais, a sociedade francesa foi organizada, passo a passo, sob a forma de Estado.

VIII

Sobre a Sociogênese do Monopólio de Tributação

26. Certo aspecto dessa monopolização e, destarte, de todo o processo da formação do Estado, escapa facilmente ao observador retrospectivo porque, de modo geral, ele forma uma idéia mais clara dos estágios posteriores, dos resultados do processo, do que de fatos ocorridos em passado distante. Dificilmente pode ele conceber que essa monarquia absolutista e seu governo centralizado tenham surgido de forma muito gradual do mundo medieval, como algo novo e extraordinário aos olhos de seus contemporâneos. Não obstante, só se fizermos uma tentativa de reconstruir esse aspecto teremos a possibilidade de compreender o que realmente aconteceu.

São claros os principais lineamentos da transformação. De um ponto central específico, ela pode ser descrita em poucas palavras: *a propriedade territorial de uma família de guerreiros, o controle que ela exercia sobre certas terras e seu direito a dízimos ou a serviços de vários tipos prestados por indivíduos que viviam nessas terras, foram transformados, com o aumento da divisão de funções e no curso de numerosas lutas, no controle centralizado do poder militar e dos tributos e impostos regulares sobre uma área muito mais ampla.* Nessa área, ninguém podia mais usar armas, erigir fortificações ou recorrer à violência física de qualquer tipo sem permissão do governo central. Tratava-se de algo muito novo numa sociedade em que, originariamente, uma classe inteira de pessoas podia usar armas e empregar violência física segundo seus meios e inclinações. E todos aqueles a quem o suserano solicitasse estavam agora obrigados a pagar-lhe certa parte de sua renda ou riqueza. Essa situação era ainda mais nova, se comparada com o que fora costume na sociedade medieval. Na economia de troca daquela época, quando a moeda era relativamente rara, a exigência de pagamentos monetários por príncipes e reis — deixando de lado certas ocasiões estabelecidas pela tradição — era considerada como algo inteiramente sem precedentes, e julgada como se fosse uma pilhagem ou o lançamento de tributos sobre uma terra conquistada.

“Constituti sunt reditus terrarum, ut ex illis viventes a spoliatione subditorum abstineant”¹¹⁵, as receitas da terra destinavam-se a impedir que aqueles que nela viviam saqueassem seus súditos, disse São Tomás de Aquino. Com essas palavras, ele certamente não expressava só a opinião dos círculos eclesiásticos, embora as instituições da Igreja estivessem bastante expostas a essas medidas, por motivo de sua riqueza. Os próprios reis não pensavam de modo muito diferente, mesmo que, dada a escassez geral de moeda, eles não pudessem se refrear de exigir repetidamente esses tributos compulsórios. Felipe Augusto, por exemplo, provocou tanta inquietação e oposição com uma série de impostos, em especial a contribuição para as Cruzadas em 1188, a famosa *dîme saladine* (dízimo saladino), que, em 1189, proclamou que nenhum outro do mesmo tipo jamais voltaria a ser lançado. Para que, dizia o decreto real, nem ele nem seus sucessores jamais incidissem no mesmo erro, proibia, com sua autoridade real e toda a autoridade de todas as igrejas e barões do reino, essa afronta maldita. Se alguém, fosse ele o rei ou qualquer outra pessoa, tentasse “por audaciosa temeridade” revogar o édito, queria que fosse desobedecido.¹¹⁶ É bem possível que, na edição desse decreto, sua pena tivesse sido guiada por notáveis do

reino insatisfeitos. Mas à época em que se preparava para a Cruzada, em 1190, ordenou expressamente que, na eventualidade de sua morte na expedição, parte do tesouro de guerra fosse distribuído entre aqueles que haviam sido arruinados pelos impostos. Os tributos exigidos pelos reis naquela sociedade, com sua escassez relativa de moeda, eram diferentes dos impostos cobrados em sociedades mais comercializadas. Ninguém os aceitava como instituições permanentes; as transações de mercado e todo o nível de preços não contavam em absoluto com eles; de modo que os impostos caíam como um raio dos céus, arruinando grande número de pessoas. Os reis ou seus representantes, como pudemos ver, às vezes tinham consciência desse fato. Mas, dada a receita limitada que arrecadavam em seus domínios de raiz, eles enfrentavam constantemente a opção de utilizar todas as ameaças e força que tinham à disposição para levantar renda mediante impostos ou sucumbir a potências rivais. Ainda assim, a agitação provocada pelo “dízimo saladino” e a oposição que despertou parecem ter sido lembradas durante longo tempo. Só daí a 79 anos é que um rei voltou a lançar um imposto especial, uma *aide féodale* para sua cruzada.

A convicção generalizada entre os próprios reis era de que os governantes de um território e seu governo deviam sustentar-se com a renda de suas posses dominiais, no sentido mais limitado, isto é, com a renda de seus próprios bens de raiz. Para sermos exatos, no curso da monopolização, os reis e certo número de outros grandes senhores feudais já haviam galgado uma posição consideravelmente mais elevada que a massa dos demais senhores, e, em retrospecto, podemos observar que novas funções estavam surgindo nessa época. As novas funções, porém, só de desenvolviam lentamente, em constante conflito com os representantes de outras funções, e demoravam muito para se transformarem em instituições sólidas. Na época, o rei era um grande guerreiro, em meio a muitos outros guerreiros maiores ou menores. Tal como eles, vivia da produção de suas terras, mas, ainda como eles, tinha o direito tradicional de lançar impostos entre os habitantes de sua região, em certas ocasiões extraordinárias. Todos os senhores feudais exigiam e recebiam certos tributos quando casavam uma filha, quando o filho era armado cavaleiro, e ainda a título de resgate, se fosse o senhor feito prisioneiro de guerra. Estas eram as *aides féodales* originais, e os reis as exigiam como todos os demais senhores feudais. Outras exigências de dinheiro não tinham base nos costumes e era por isso que partilhavam da reputação semelhante à dos autores de pilhagem e extorsões.

Posteriormente, nos séculos XII e XIII, uma nova forma de receita dos príncipes começou a surgir. No século XII, as cidades começaram a crescer lentamente. De acordo com o antigo costume feudal, só homens da classe guerreira, os nobres, tinham o direito de portar armas. Nesse momento, porém, burgueses já haviam lutado, de espada na mão, por liberdades cívicas ou estavam prestes a fazê-lo. Por volta da época de Luís VI, tornou-se costumeiro convocar os moradores das cidades, os “burgueses”, para serviço em guerras. Pouco depois, contudo, os moradores das cidades acharam melhor oferecer dinheiro aos senhores territoriais, em vez de serviços, para que eles pudessem contratar guerreiros. Comercializaram o serviço de guerra e, para os reis e outros grandes senhores feudais, a solução foi satisfatória. A oferta de serviços de guerra por guerreiros indigentes era geralmente maior do que o poder aquisitivo dos senhores feudais rivais. De modo que esses pagamentos por isenções de serviço militar rapidamente se tornaram costume ou instituição tradicionais. Os representantes do rei exigiam de cada cidade tal número de

homens ou o pagamento de uma soma correspondente para determinada campanha, e as cidades concordavam ou negociavam uma redução. Mas mesmo esse costume era ainda considerado apenas como outra forma de *aides* feudais, em casos extraordinários. Denominavam-nos de *aide de l'ost* e eram arrecadados juntos sob a designação de “ajudas nos quatro casos”.

Seria necessária uma digressão extensa demais para mostrar como as próprias comunidades urbanas começaram, aos poucos, a estabelecer uma espécie de sistema de tributação interna para os vários serviços comunais. Seja suficiente dizer aqui que as exigências dos reis serviram para desenvolver o sistema, da mesma maneira que, reciprocamente, as instituições fiscais urbanas que começavam a consolidar-se por volta de fins do século XII tiveram uma importância que não deve ser subestimada para a organização da tributação real. Neste caso, também, a burguesia e a Casa Real — em geral a contragosto — se impulsionaram reciprocamente. Mas com isso não queremos dizer que os burgueses, ou qualquer outra classe social, pagassem de bom grado e sem oferecer resistência. Da mesma forma que sucederia mais tarde com a tributação regular, ninguém pagava esses tributos adicionais a menos que se sentisse direta ou indiretamente forçado a tanto. Ambos os casos indicam exatamente a natureza da dependência de grupos na sociedade num estágio dado, e os equilíbrios de poder predominantes.

Os reis não desejavam nem tinham condições de provocar excessiva oposição, uma vez que o poder social da função real evidentemente ainda não era forte o suficiente para tal. Por outro lado, precisavam, para desempenhar suas funções, para sua auto-afirmação e, acima de tudo, para financiar as lutas constantes com os rivais, de constantes e cada vez maiores somas em dinheiro que só podiam obter com tais *aides*. Mudaram as medidas que tomavam nesse particular. Sob pressão, os representantes reais tentavam à procura de uma solução após outra, ora mudavam o principal ônus para esta ou aquela classe urbana. Mas, ainda assim, com todas essas reviravoltas, o poder social da monarquia aumentava constantemente e, com o crescimento, cada um fortalecendo o outro, os impostos gradualmente assumiram novo caráter.

Em 1292, o rei exigiu o tributo de um denário por libra sobre todas as mercadorias vendidas, sendo a dita soma de responsabilidade tanto do comprador quanto do vendedor. “Uma extorsão de tipo até então desconhecido no reino francês” — como a considerou um cronista da época. Em Rouen, a casa de contas dos coletores reais foi saqueada. Rouen e Paris, as duas cidades mais importantes do reino, finalmente compraram sua liberdade por uma soma fixa.¹¹⁷ O imposto, no entanto, permaneceu durante muito tempo na memória popular sob o agourento nome de *mal-tôte*. E a oposição que provocou persistiu também longamente nas recordações dos funcionários reais. Em conseqüência, no ano seguinte, o rei tentou obter empréstimos compulsórios dos burgueses ricos. Ao provocar essa pretensão também violenta resistência, ele voltou em 1295 à *aide* em sua forma original: o tributo era exigido de todos os estados, e não apenas do terceiro. Deveria ser pago um centésimo do valor de todas as mercadorias. Mas, evidentemente, a soma levantada não era suficiente. No ano seguinte, o tributo foi elevado para um cinqüenta avos. Nesse momento, claro, os senhores feudais, também atingidos pelo imposto, ficaram furiosos. O rei, em vista disso, declarou-se disposto a devolver à Igreja e aos senhores feudais parte da soma que levantara nos domínios dos mesmos. Dava-lhes, por assim dizer, uma parte no butim. Mas esse gesto não conseguia tranquilizá-los. Acima de tudo, os senhores feudais

seculares, os guerreiros, sentiam-se cada vez mais ameaçados em seus direitos tradicionais, na sua capacidade de governar independentemente e, talvez, em sua própria existência social, pela máquina do governo central. Os homens do rei estavam se intrometendo em tudo e apropriavam-se de direitos e tributos que antes eram prerrogativa exclusiva do senhor feudal. E neste particular, como com tanta frequência acontecia, foram os tributos em dinheiro que constituíram a última gota. Quando em 1314, pouco antes da morte de Felipe, o Belo, altos impostos para custear uma campanha na Flandres foram novamente lançados, a inquietação e o descontentamento, reforçados pela má condução da guerra, transformaram-se em resistência declarada. “Não podemos tolerar a cobrança dessas ‘aides’”, disse um dos afetados,¹¹⁸ “não podemos suportá-las com consciência tranqüila, pois isso nos custaria a honra, os direitos e a liberdade.” “Um novo tipo de extorsão injustificável, uma forma indecorosa de levantamento de receita desconhecida na França e especificamente em Paris”, deixou registrado outro homem da época, “foram usados para custear as despesas. Dizia-se que se destinavam à guerra na Flandres. Os servis conselheiros e ministros do Rei queriam que compradores e vendedores pagassem seis denários por libra no preço de venda. Nobres e plebeus... juraram unir-se para conservar sua liberdade e a de sua pátria.”

A inquietação tornou-se realmente tão ampla e difundida que as cidades e senhores feudais formaram uma aliança contra o rei. Foi um desses experimentos históricos nos quais podemos ver o grau de divergência de interesses e a força das tensões internas. Sob a ameaça das exigências fiscais dos representantes do rei, e a grande irritação que elas provocavam em todos os lados, uma aliança entre a burguesia e a nobreza ainda era possível. Duraria, seria eficiente? Já observamos acima que, em outros países, sobretudo na Inglaterra e tendo por base uma estrutura social diferente, uma aproximação e uma ação concertada entre certas classes urbanas e rurais ocorreram gradualmente — a despeito de todas as tensões e hostilidades entre elas —, o que finalmente contribuiu de forma notável para limitar o poder real. O destino de tais alianças na França, como nesse caso se poderia ver em forma embrionária e com muito mais clareza depois, seria bem diferente, dada a crescente interdependência dos estados. A unanimidade entre eles não sobreviveu por muito tempo e o impacto das ações combinadas foi quebrado pela desconfiança mútua. “A raiva e o descontentamento os aproximavam, mas seus interesses não admitiam unidade.”¹¹⁹

Il sont lignée deslignée

Contrefaite et mal aligné^f

dizia uma canção da época sobre os aliados. Ainda assim, essa reação violenta a impostos voluntariamente lançados produziu uma forte impressão, inclusive nos funcionários reais. Tais revoltas dentro do domínio não deixavam de se revestir de perigos para a luta contra rivais externos. A posição social do suserano não era ainda suficientemente forte para que ele se limitasse a ordenar a cobrança e a fixar o nível dos impostos. O poder ainda era distribuído de tal maneira que ele tinha que negociar, em cada ocasião, com os estados que tributava e conquistar-lhes a aprovação. E, nessa época, as *aides* nada mais eram do que pagamentos ocasionais e extraordinários para ajudar o governo numa finalidade concreta específica. Essa situação mudou apenas, e gradualmente, no curso da Guerra dos Cem Anos. Tornando-se ela permanente, o mesmo aconteceu com os impostos de que o suserano necessitava para levá-la a cabo.

27. “A luta enfrentada pela monarquia ao procurar estabelecer e desenvolver seu poder fiscal só pode ser compreendida se levarmos em conta as forças e interesses sociais que ela combatia como obstáculos a seus propósitos”.¹²⁰ Essa afirmação indica, de fato, o aspecto básico da sociogênese do monopólio da tributação. Para sermos exatos, os próprios reis não podiam prever, nem seus adversários nessa luta, a nova instituição que gerariam. Na verdade, não tinham a menor intenção de “aumentar seu poder fiscal”. A princípio, eles e seus representantes queriam simplesmente extrair tanto dinheiro quanto possível de seu domínio, numa ocasião após outra, e as tarefas e despesas que tornavam necessárias essas medidas eram sempre bem específicas e imediatas. Nenhum homem isolado criou impostos ou o monopólio de tributação. Nenhum indivíduo, ou série de indivíduos, durante todo o século em que essa instituição lentamente se formou, trabalhou para alcançar esse objetivo seguindo um plano deliberado. A tributação, como aliás todas as demais instituições, constituiu produto do entrelaçamento social. Surgiu — como que de um paralelograma de forças — dos conflitos de vários grupos e interesses sociais, até que, cedo ou tarde, o instrumento que fora desenvolvido nas constantes provas de força se tornou bem conhecido das partes interessadas e foi transformado, deliberadamente, em organização ou instituição. Dessa maneira, em combinação com a gradual transformação da sociedade e a mudança nas relações de poder dentro dela, as ajudas ocasionais a senhores de Estados ou territórios, cobradas para custear campanhas específicas, resgate, dotes a filhas ou dotação aos filhos, acabaram por assumir o caráter de pagamentos habituais. Expandindo-se lentamente os setores monetário e comercial da economia, à medida que uma dada Casa de senhores feudais se tornava a Casa do rei, com jurisdição sobre uma área sempre maior, as *aide aux quatre cas* feudais transformaram-se em tributação.

De 1328 em diante, e mais fortemente a partir de 1337, acelerou-se a transformação da ajuda extraordinária em tributos regulares. Em 1328, um imposto direto para custear a guerra com a Flandres tornou a ser lançado em certas partes do reino; em 1335, cobrou-se em algumas cidades do oeste um imposto indireto, uma alíquota sobre cada venda, a fim de equipar a Marinha de Guerra; em 1338, todos os funcionários reais tiveram uma dedução em seus salários; em 1340, o imposto sobre a venda de mercadorias voltou à baila e assumiu caráter geral; em 1341, instituiu-se um imposto adicional sobre a venda de sal, a *gabelle du sel*. Em 1344, 1345 e 1346, esses impostos indiretos tornaram a ser cobrados. Após a batalha de Crécy, os funcionários reais tentaram reintroduzir um imposto pessoal direto; em 1347 e 1348, voltaram à forma indireta, com o imposto sobre vendas. Tudo isso era, até certo ponto, experimental, considerando-se todos os impostos como uma ajuda temporária da sociedade para que o rei conduzisse a guerra; eram *les aides sur le fait de la guerre*. Repetidamente, o rei e seus servidores declararam que a exigência de mais dinheiro terminaria com o fim da guerra.¹²¹ E em todos os casos em que tinham uma oportunidade, os representantes dos estados frisavam esse ponto, tentando verificar se o dinheiro gerado pelas *aides* estava sendo realmente usado para fins militares. Os próprios reis, contudo, pelo menos desde Carlos V, nunca cumpriram com muito rigor essa exigência. Controlavam os fundos levantados pelas *aides* e continuavam, quando achavam necessário, a custear as despesas de sua Casa ou premiar favoritos com esse dinheiro. Esse fenômeno em si, essa entrada de dinheiro no tesouro do rei, bem como a criação de uma força militar por ele custeada, lenta mas inexoravelmente levou a um extraordinário fortalecimento da função central. Os três estados, a nobreza acima de todos, opunham-se

tanto quanto podiam a aumentar o poder da autoridade central. Mas, também neste particular, a divergência de interesses debilitava-lhes a resistência. Haviam sido afetados demais pela guerra, estavam interessados demais na expulsão dos ingleses para poderem recusar dinheiro ao rei. Além disso, a força dos antagonismos entre eles, juntamente com divergências locais, não apenas solapava qualquer frente comum para limitar as exigências financeiras ou supervisionar o uso que o rei desse a essa receita, mas impedia a organização direta da guerra pelos estados. A ameaça externa tornava as gentes dessa sociedade, na qual ainda era relativamente fraca a unidade e a interdependência, muito dependentes do rei enquanto coordenador supremo e de sua máquina governamental. De modo que tiveram que tolerar, ano após ano, a cobrança em nome do rei de “ajudas extraordinárias” para custear uma guerra que não terminava.

Finalmente, depois de ter sido aprisionado o rei João na batalha de Poitiers, e a fim de pagar o enorme resgate exigido pelos ingleses, pela primeira vez um imposto foi lançado não por um, mas por seis anos. Nesse caso, como acontece com tanta freqüência, um evento importante mas fortuito meramente acelerou algo que estava há muito tempo em preparação na estrutura da sociedade. Na realidade, esse imposto foi arrecadado ininterruptamente não por seis, mas durante 20 anos, e podemos supor que, por essa época, certa adaptação do mercado a tais pagamentos estava ocorrendo. Demais disso, além desse imposto sobre as compras, com o objetivo de custear o resgate do rei, numerosos outros foram lançados para outros fins: em 1363, um imposto direto para cobrir os custos imediatos da guerra; em 1367, outro, para impedir as pilhagens praticadas pela soldadesca; em 1369, no reinício da guerra, novos impostos diretos e indiretos, incluindo um — especialmente odiado — sobre a casa de moradia, o *fouage*.

“Todos eles ainda são ‘aides’ feudais, mas generalizadas, tornadas uniformes e arrecadadas não só no domínio do rei, mas em todo o reino, sob a supervisão de uma máquina administrativa centralizada, especial.”¹²² Na verdade, nessa fase da Guerra dos Cem Anos, quando as *aides* lentamente se tornavam permanentes, aos poucos foi surgindo uma série de funções oficiais especializadas, com a finalidade de coletar e legalmente fazer cumprir esses “pagamentos extraordinários”, como ainda eram chamados. Inicialmente, eram representados apenas por alguns *généraux sur le fait des finances*, que supervisionavam o exército dos responsáveis pela cobrança das *aides* no país inteiro. Em 1370, já havia dois administradores supremos, um dos quais especializado em questões jurídicas e o outro em financeiras, que surgiram em decorrência da cobrança das *aides*. Configurava-se aí a forma inicial do que mais tarde, durante todo o *ancien régime*, constituiu um dos órgãos mais importantes da administração fiscal, a *Chambre* ou *Cour des Aides*. Nos anos de 1370 a 1380, porém, essa instituição estava ainda em processo de formação, carecia de forma definida, era mais uma tentativa na guerra surda ou declarada na qual os diferentes centros de poder estavam constantemente submetendo a teste a força dos outros. E sua presença, como freqüentemente acontece com instituições solidamente estabelecidas, não obliterava a recordação dos conflitos sociais dos quais resultara. Em todas as ocasiões em que a monarquia, encontrando resistência em diferentes segmentos da população, se viu obrigada a limitar suas exigências fiscais, essas funções oficiais igualmente recuavam para o segundo plano. Seu nível e curva de crescimento constituíam um indicador razoavelmente exato da força social da função central e da máquina de governo, em relação à nobreza, ao clero e às classes urbanas.

Sob Carlos V, conforme já mencionado, as *aides sur le fait de la guerre* tornaram-se tão permanentes como a própria guerra. Foram um peso sobre um povo que já estava sendo arruinado pela devastação, o fogo, os problemas de comércio e ainda por constantes assaltos de tropas que queriam ser alimentadas e se alimentavam pela força. Cada vez mais opressivos se tornavam os impostos exigidos pelo rei e, cada vez mais, julgava-se que o fato de se tornarem a regra, e não a exceção, constituía uma violação das tradições. Enquanto Carlos V viveu, nada disso teve expressão visível. As tribulações cresceram, ignoradas, e com elas o descontentamento. Parece, no entanto, que o rei percebia até certo ponto essa tensão crescente no país, os sentimentos reprimidos, particularmente contra os impostos. Ele, com toda a probabilidade, compreendia o perigo que esse estado de espírito poderia provocar se, em seu lugar, em lugar de um rei velho e experimentado, uma criança, seu filho, que ainda era menor, subisse ao trono sob a tutela de parentes rivais. E talvez esse receio do futuro se combinasse com dores de consciência. Certamente os impostos que o governo arrecadara ano após ano pareciam-lhe inevitáveis e indispensáveis. Mas mesmo para ele, o beneficiário, os impostos ainda tinham claramente uma marca de injustiça. De qualquer modo, algumas horas antes de sua morte, em 16 de setembro de 1380, assinou um decreto revogando o imposto mais opressivo e impopular, aquele sobre a casa de moradia, que pesava igualmente sobre ricos e pobres. O quanto esse edito foi apropriado para a situação criada pela morte do rei não demorou a se evidenciar. A função central debilitou-se e irromperam as tensões reprimidas no país. Os parentes concorrentes do rei morto, acima de todos Luís, de Anjou, e Felipe, o Audaz, da Borgonha, contestaram a predominância um do outro, bem como o controle do tesouro real. As cidades começaram a se revoltar contra os impostos, o povo pondo em fuga os coletores do rei. No início, a agitação dos estratos mais baixos da cidade até que agradou à burguesia mais rica. Os desejos de ambos os grupos corriam paralelos. Os notáveis urbanos que, em novembro de 1380, reuniram-se com representantes dos outros estados em Paris, exigiram a abolição dos impostos reais. Provavelmente, o duque de Anjou, chanceler do rei, sob uma tal pressão direta, terá prometido atender à exigência. No dia 16 de novembro de 1380, baixou um edito, em nome do rei, pelo qual “de agora em diante e para sempre, todas as imposições de ‘fouage’, os impostos sobre o sal e as quartas e oitavas, através dos quais nossos súditos foram tão afrontados, todas as ajudas e subsídios de todos os tipos que foram impostos por motivo das ditas guerras...” se viram abolidos.

“Todo o sistema financeiro dos dez últimos anos, todas as conquistas feitas nos anos de 1358/59 e 1367/68 foram sacrificadas. A monarquia foi arremessada para trás, para uma situação de quase um século antes. E acabou quase no mesmo ponto que no início da Guerra dos Cem Anos.”¹²³

Tal como um sistema de forças que ainda não alcançou o equilíbrio, a sociedade oscilou de um lado para o outro nessa luta pelo poder. Diz bem do poder social já detido pelo governo central e pela função real nessa época que eles tenham conseguido recuperar o terreno perdido com extraordinária rapidez, embora o novo rei fosse uma criança, inteiramente dependente dos administradores e servidores da monarquia. Aquilo que se manifestou uma vez mais, sob Carlos VIII, com especial clareza, emergiu bem visível mesmo nessa época: as oportunidades abertas à função real nessa estrutura da sociedade francesa e nessa situação já eram tão grandes que a monarquia pôde expandir seu poder social mesmo numa ocasião em que o rei era pessoalmente fraco e insignificante. A

dependência dos grupos e classes na sociedade, face a um coordenador supremo que mantinha a cooperação entre os vários distritos e funções sociais, cresceu com a interdependência dos mesmos e ainda mais sob a pressão do perigo militar. E, querendo ou não, rapidamente eles restituíram os meios necessários para fazer a guerra aos homens que lhes representavam os interesses comuns, acima de tudo nos conflitos com inimigos externos: o rei e seus representantes. Mas, ao fazê-lo, deram também à monarquia meios para controlá-los. Em 1382/83, a monarquia, isto é, o rei e todos seus parentes, conselhos e servidores, que, de alguma maneira, pertenciam à máquina de governo, encontrava-se mais uma vez em posição de impor às cidades, os principais centros de resistência, os impostos que considerava necessários.

A questão dos impostos constituiu o principal motivo dos levantes urbanos em 1382. Mas na luta por causa das taxas, e da distribuição de seu ônus pela máquina central, foi também submetida a teste e decidida a questão de toda a distribuição de poder. O objetivo de ter voz no lançamento e distribuição dos impostos, isto é, de supervisionar, a partir de uma posição central, o funcionamento da máquina de governo, foi perseguido da maneira a mais deliberada possível pelos notáveis urbanos da época, e não só por eles. Nas assembléias, representantes dos outros estados pressionavam às vezes na mesma direção. Os horizontes das classes baixa e média urbanas eram em geral mais limitados: o que queriam, acima de tudo, era a suspensão de seus fardos opressivos, nada mais. Mas, mesmo nessa direção, nem sempre coincidiam os objetivos dos vários grupos urbanos, ainda que — na relação que mantinham com a máquina central do país — não fossem necessariamente hostis entre si. No círculo menor das próprias cidades, os assuntos eram muito diferentes. Neste caso, os interesses dos diferentes estratos, a despeito de seu entrelaçamento e, de fato, precisamente por esse motivo, divergiam não raro diametralmente.

As comunidades urbanas dessa época já eram formações sociais altamente complexas. Havia nelas um estrato superior privilegiado, os burgueses propriamente ditos, cuja posição monopolista se manifestava no controle que exerciam dos cargos públicos e, por conseguinte, das finanças. Sobravam um estrato médio, uma espécie de pequena burguesia, formada pelos artesãos e mercadores menos ricos, e, finalmente, a massa de jornaleiros e trabalhadores, o “povo”. Neste ponto, também, os impostos formavam o ponto focal em que a interdependência e as antíteses surgiam com grande clareza. Se exigências bem-formuladas foram por acaso feitas, os grupos médio e baixo queriam impostos diretos, progressivos, que cada um pagasse de acordo com seus meios, enquanto o estrato urbano superior preferia os indiretos ou de taxa única. Como acontecia com tanta frequência, a agitação do povo por causa dos impostos e a primeira onda de inquietação foram, no início, até bem recebidas pelo estrato urbano superior. E este apoiou o movimento enquanto ele reforçou sua própria oposição à monarquia ou mesmo aos senhores feudais locais. Mas, com muita rapidez, a insurreição voltou-se contra os próprios moradores ricos das cidades. Transformou-se, em parte, numa luta pelo governo urbano entre o patriciado burguês governante e os estratos médio e inferior, que exigiam seu quinhão nos cargos públicos, da mesma maneira que os notáveis urbanos exigiam o seu na esfera mais ampla do governo do país. O estrato urbano superior fugia ou se defendia e de modo geral era salvo, nesse estágio da luta, pela chegada das tropas reais.

Precisaríamos fazer um desvio grande demais para acompanhar em detalhes essas lutas

e levantes em diferentes cidades. O fato é que terminaram com mais uma mudança de poder em favor da máquina central e da monarquia. Os cabecilhos da revolta, especialmente os que se haviam recusado a pagar impostos, foram punidos com a morte, outros com pesadas multas. Às cidades como um todo foram impostos pesados tributos. Em Paris, os castelos reais fortificados, ou bastilhas, receberam reforços e outros começaram a ser construídos, guarnecidos por soldados reais, os *gens d'armes*. Restringiram-se as liberdades urbanas. A partir desse instante, a administração das cidades passou cada vez mais a funcionários reais, até elas se tornarem basicamente órgãos da máquina real de governo. Dessa maneira, a hierarquia da máquina do governo central, constituída dos principais burgueses, ampliou-se, dos postos ministeriais e mais altos cargos judiciários, para as posições de prefeito e chefe de guilda. A questão dos impostos, como um todo, teve decisão idêntica. Passaram a ser fixados pela organização central.

Se examinarmos as razões por que essa prova de força foi decidida com tal rapidez em favor da função central, mais uma vez deparamos com o fato já mencionado aqui tantas vezes: era o antagonismo entre os vários grupos da sociedade que dava força à função central. A classe alta burguesa mantinha um relacionamento tenso não só com os senhores feudais seculares e o clero, mas também com os estratos urbanos mais baixos. Neste caso, era a desunião entre as próprias classes urbanas o que mais beneficiava o suserano. Não menos importante era o fato de que, até então, praticamente não havia qualquer associação estreita entre as diversas cidades do reino. Observava-se, é verdade, alguma tendência — ainda que fraca — para colaboração entre as várias cidades; mas a integração não era nem de longe estreita o suficiente para permitir ação concertada. As diferentes cidades ainda se enfrentavam, até certo ponto, como se fossem potências estrangeiras e entre elas, também, havia uma competição mais ou menos intensa. Por isso mesmo, os representantes reais negociaram, em primeiro lugar, uma trégua com Paris, a fim de conseguir liberdade de ação contra as cidades da Flandres. Assim garantidos, esmagaram a resistência urbana na Flandres, depois em Rouen, e finalmente em Paris. Uma a uma, derrotaram todas as cidades. Não só a fragmentação social, mas também a regional — dentro de certos limites e não excluindo algum grau de interdependência — beneficiava a função central. Diante da oposição combinada de todas as partes da população, a monarquia necessariamente teria sido derrotada. Mas enfrentando cada classe ou região separada, a função central, baseando seu poder em todo o país, era a mais forte.

Não obstante, segmentos da sociedade continuaram a tentar limitar ou quebrar o poder crescente da função central. A cada vez, de conformidade com as mesmas regularidades estruturais, o equilíbrio perturbado era restabelecido, após certo tempo, em favor da monarquia, que em cada uma dessas provas de força, mais aumentava seu poder. Os impostos pagos ao rei eram suspensos de vez em quando ou reduzidos, mas nunca deixavam de ser reintroduzidos, a curto prazo. Exatamente da mesma maneira, cargos de administração e coleta de impostos desapareciam e reapareciam. A história da *Chambre des Aides*, por exemplo, abunda nessas revoluções e inesperadas mudanças de rumos. Passou ela por várias e sucessivas ressurreições entre 1370 e 1390. Mais uma vez, em 1413, 1418, 1425, 1462, 1464 e 1474, experimentou, segundo escreveu um historiador “excessos de vida e morte, ressurreições imprevisíveis,”¹²⁴ até que finalmente se transformou numa sólida instituição da máquina real de governo. E muito embora essas flutuações, claro, não refletissem apenas as grandes provas de força, elas proporcionam

uma certa idéia da sociogênese da função real, do crescimento da organização monopolista em geral. Deixam claro o quão pouco essas funções e formações sociais resultavam de planos deliberados, a longo prazo, de indivíduos, e o quanto nasceram de passos curtos e tanteantes de um grande número de esforços e atividades humanas entrelaçados e conflitantes.

28. Os próprios reis, no desdobramento de seu poder pessoal, dependiam por completo da situação em que encontraram a função real. E esse fato raramente se mostrou com tanta clareza como no caso de Carlos VII. Como pessoa, ele certamente não era muito forte, e nada teve de grande ou poderoso. Ainda assim, depois de serem expulsos os ingleses de seu território, a monarquia se tornou mais forte. O rei destacava-se nesse momento diante do povo como um vitorioso comandante de exército, por menos que pudesse sentir-se inclinado para esse papel por predisposição pessoal. Durante a guerra, todos os recursos financeiros e humanos do país haviam sido reunidos nas mãos da autoridade central. A centralização do exército, o controle monopolista da tributação tinham percorrido uma boa distância. O inimigo externo fora rechaçado, mas o exército, ou pelo menos boa parte dele, continuava presente e dava ao rei tal preponderância interna que a resistência a seus desejos por parte dos estados era praticamente inútil, em particular porque a população exausta queria uma única coisa acima de todas as demais: paz. Nessa situação, em 1436, o rei declarou que a nação aprovara as *aides* por período ilimitado e que fora solicitado a não convocar, no futuro, os estados para decidir sobre impostos. Os custos da viagem para as assembléias dos estados, disse, impunham um fardo pesado demais ao povo.

Essa justificação, claro, era destituída de toda substância. A medida em si, a suspensão das assembléias dos estados, foi simplesmente uma manifestação do poder social da monarquia. Esse poder se tornara tão grande que as *aides*, que durante a guerra haviam sido mais ou menos contínuas, podiam ser agora proclamadas como uma instituição permanente. E esse poder já era tão inquestionável que o rei não julgava mais necessário combinar o volume e tipo de impostos com aqueles que deveriam pagá-los. Conforme já mencionamos, os estados tentaram resistir. A supressão dos Estados gerais e os poderes ditatoriais do rei não se consolidaram sem uma série de provas de força. Mas todas elas mostraram repetidamente, e com uma clareza sempre maior, com que inexorabilidade, nessa fase de diferenciação e integração em progresso, crescia a função central. Uma vez após outra, era o poder militar concentrado nas mãos da autoridade central que lhe garantia e aumentava o controle dos impostos, e foi esse controle concentrado dos mesmos que tornou possível a monopolização cada vez mais forte do poder físico e militar. Passo a passo, esses dois se impeliram, um ao outro, para cima até que, em certo ponto, a completa superioridade obtida pela função central nesse processo se revelou em toda a sua nudez aos atônitos e amargurados contemporâneos. Aqui, uma voz daquele tempo vale mais do que qualquer descrição para transmitir-nos a maneira como tudo isso se abateu sobre o povo como algo novo, sem que ele soubesse como ou por quê.

Quando, sob Carlos VII, o governo central começou abertamente a anunciar e a arrecadar impostos em caráter permanente, sem a anuência dos estados, Juvenal des Ursines, arcebispo de Rheims, escreveu uma carta ao rei. Incluía ela, em tradução livre, o seguinte:¹²⁵

Quando os predecessores de Vossa Alteza tencionavam ir à guerra, costumavam convocar os três estados; convidavam representantes da Igreja, da nobreza e dos plebeus para reunirem-se com eles em suas boas cidades.

Vinham e explicavam o estado das coisas, diziam o que era necessário para resistir ao inimigo, e solicitavam que os representantes reunidos se consultassem sobre a maneira como a guerra devia ser conduzida, a fim de ajudarem o rei com impostos decididos nessa discussão. Vossa Alteza sempre observou esse procedimento, até que compreendeu que Deus e a Fortuna — que é mutável — a ajudaram de tal forma que tais discussões estão agora abaixo de sua dignidade. Vossa Alteza impõe agora as “aides” e outros tributos e permite que sejam cobradas como se fossem tributos de seu próprio domínio, sem anuência de seus três estados.

Antes... o reino podia, com justiça, ser denominado “Royaume France”, pois costumava ser livre [franc] e gozava de todas as liberdades [franchises et libertés]. Hoje o povo nada mais é do que escravo, arbitrariamente tributado [taillables à volonté]. Se examinamos a população do reino, descobrimos apenas um décimo dos que antigamente nele viviam. Não desejo reduzir o poder de Vossa Alteza, mas, sim, aumentá-lo tanto quanto estiver dentro de minhas forças. Não há dúvida de que um príncipe, e em especial Vossa Alteza, pode em certos casos tirar [tailler] alguma coisa de vossos súditos e cobrar as “aides”, sobretudo para defender o reino e a coisa pública [chose publique]. Mas tem que concordar em fazer isso de forma razoável. A tarefa dele não é a minha. É possível que Vossa Alteza seja soberana nas questões de justiça, e que esta seja sua autoridade. Mas, no que interessa às receitas de seus domínios, o rei tem seu domínio e cada particular também possui o seu [N.B.: em outras palavras, o rei deve sustentar-se com a receita de suas propriedades e domínios, sem usurpar o controle da receita de todo país]. Hoje, os súditos têm tosquida não só a sua lã, mas também a pele, a carne e o sangue, até os ossos.

Em outro trecho, o arcebispo dá livre rédea à sua indignação: “Merece ser destituído do governo aquele que o usa voluntariosamente e nem na metade em proveito de seus súditos... Cuidado, portanto, para que o excesso de moeda que flui para suas mãos através das ‘aides’, que Vossa Alteza extrai do corpo, não lhe destrua a alma. Vossa Alteza é também a cabeça desse corpo. Não seria uma grande tirania se a cabeça de uma criatura humana destruísse o coração, as mãos e os pés? [N.B.: provavelmente, simbolizando o clero, os guerreiros e as pessoas comuns].”

A partir desse momento e por um longo período, são os súditos que chamam a atenção para o caráter público da função real. Expressões como “coisa pública”, “pátria” e mesmo “Estado” são usadas pela primeira vez, geralmente em oposição a príncipes e reis. Nessa fase, os suseranos controlam as oportunidades monopolizadas, acima de tudo a receita de seus domínios — conforme diz Juvenal des Ursines — como se fosse propriedade privada sua. E é nesse sentido, também, como resposta ao emprego pela oposição de palavras como pátria e Estado, que devemos compreender a frase atribuída ao rei: “Eu sou o Estado.” O espanto ante esses desdobramentos, contudo, não se limita à França. O regime que nela está emergindo, a força e solidez da máquina e função centrais, que mais cedo ou mais tarde hão de aparecer na base de estruturas análogas em quase todos os países da Europa, eram no século XV algo surpreendente e novo para os observadores de fora da França. Precisamos apenas ler os relatórios do enviado veneziano dessa época para perceber como um observador estrangeiro, que indubitavelmente tinha larga experiência desses assuntos, descobriu na França uma forma desconhecida de governo.

Em 1492, Veneza despacha dois enviados para Paris, oficialmente para congratular-se com Carlos VIII pelo seu casamento com Ana da Bretanha, mas, na realidade, para descobrir como e onde a França tenciona usar seu poder na Itália e, de modo geral, como andam as coisas no país, qual é a situação financeira, que tipo de pessoas são o rei e seus ministros, que produtos são importados e exportados, que funções existem; em suma, os enviados têm que descobrir tudo o que valha a pena, a fim de permitir a Veneza tomar as medidas políticas corretas. Essas embaixadas, que gradualmente mudam de natureza, de instituições ocasionais para permanentes, constituem um sinal de como a Europa lentamente se tornava cada vez mais interdependente.

Em conseqüência, encontramos nesses relatórios, entre outras coisas, uma descrição

exata das finanças francesas e dos procedimentos financeiros empregados no país. O enviado estima a renda do rei em aproximadamente 3.600.000 francos ao ano — incluindo “1.400.000 franchi da alcune imposizioni che se solevano metter *extraordinarie*... le quali si sono continuate per tal modo che al presente sono fatte *ordinarie*” (1.400.000 francos gerados por imposições que costumavam ser *extraordinárias*, mas que se tornaram *ordinárias*). O embaixador estimava as despesas do rei em 6.600.000 ou 7.300.000 francos. O déficit era coberto da seguinte maneira: Todos os anos, em janeiro, os diretores da administração financeira de cada região — isto é, as do domínio real propriamente dito, Delfinado, Languedoc, Bretanha e Borgonha — reúnem-se para calcular a receita e despesas e atender às necessidades do ano seguinte. E *começam* examinando as despesas [prima mettono tutta la spesa] e para cobrir o déficit entre as despesas e a receita esperada estabelecem um imposto geral para todas as províncias do Reino. Desses impostos, nem prelados nem nobres pagam coisa alguma, mas apenas o povo. Desta maneira, a receita ordinária e esse imposto levantam o suficiente para cobrir as despesas do ano seguinte. Se, durante o ano, irromper uma guerra ou houver qualquer outra causa inesperada de despesas, tornando as estimativas insuficientes, outro imposto ou estipêndio é lançado, de modo que, em todas as circunstâncias, a soma necessária seja obtida.¹²⁶

Até agora, discorreremos — longamente — sobre a formação do monopólio de tributação. No relatório dos enviados venezianos, temos uma descrição bastante clara de sua forma e funcionamento nesse estágio de desenvolvimento. Descobrimos também um dos mais importantes aspectos estruturais do absolutismo e — até certo ponto — do “Estado” em geral: a primazia das despesas sobre a receita. Para os indivíduos que são membros da sociedade, em especial da sociedade burguesa, torna-se cada vez mais habitual e necessário fixar rigorosamente as despesas de acordo com a receita. Na economia de um todo social, em contraste, as despesas são o ponto fixo; a receita, isto é, as somas exigidas de membros individuais da sociedade através do monopólio tributário, torna-se dependente delas. Temos aqui mais um exemplo de como a totalidade resultante da interdependência de indivíduos possui características estruturais e está sujeita a regularidades distintas das que se aplicam a indivíduos, e não devem ser compreendidas do ponto de vista destes. O único limite estabelecido às necessidades financeiras da agência central nessa época era a capacidade tributável da sociedade como um todo e o poder social de cada grupo isoladamente considerado, em relação aos controladores do monopólio fiscal. Mais tarde, quando a administração monopolista caiu sob o controle de estratos burgueses mais vastos, a economia da sociedade como um todo foi rigorosamente separada da economia de pessoas isoladas que administravam o monopólio central. A sociedade como um todo, o Estado, podia e devia continuar a fazer os impostos e a receita serem basicamente dependentes das despesas socialmente necessárias. Mas os reis, os governantes centrais, teriam que se comportar como todos os demais indivíduos. Receberiam um estipêndio fixo e dentro desse limite teriam que administrar suas despesas.

Aqui, na primeira fase do monopólio completo, as coisas eram diferentes. As economias real e pública não estavam ainda separadas. Os reis fixavam os impostos de acordo com as despesas que consideravam necessárias, fossem elas para custear guerras, castelos ou dar presentes aos favoritos. Mas o que, de nosso ponto de vista, era apenas o primeiro estágio no caminho para a formação de monopólios societários ou públicos, parecia a esses observadores venezianos por volta de 1500 uma novidade, que eles examinavam com

curiosidade, como provavelmente faríamos ao estudar maneiras e costumes desconhecidos de povos estranhos. No lugar de onde vinham, as coisas eram muito diferentes. O poder das autoridades venezianas supremas, como o dos príncipes medievais, era restringido em alto grau pelos governos locais das diferentes regiões e Estados. Veneza, também, era o centro de um importante domínio. Outras municipalidades colocavam-se, voluntariamente ou não, sob seu governo. Mas, mesmo no caso das comunas subjugadas pela força, as condições em que eram incorporadas ao domínio veneziano quase sempre incluíam a cláusula de “que nenhum imposto pode ser lançado sem a concordância da maioria do conselho.”¹²⁷

Nos relatórios serenos dos imparciais enviados venezianos, a transformação que ocorrera na França talvez esteja mais vivamente descrita do que nas palavras indignadas do arcebispo de Rheims.

Em 1535, o relatório dos enviados venezianos contém o trecho seguinte: À parte o fato de ser militarmente poderoso, o rei obtém dinheiro devido à obediência do povo. Digo que Sua Majestade, em geral, conta com uma renda de dois milhões e meio. Digo “em geral” porque, se desejar, o rei pode aumentar os impostos cobrados ao povo. Quaisquer que sejam os fardos que lhe impõe, o povo paga, sem reclamar. Mas tenho que dizer neste particular que o segmento da população que carrega a maior parte desse fardo é muito pobre, de modo que qualquer aumento no fardo, mesmo pequeno, seria insuportável.

Finalmente, em 1546, o embaixador veneziano, Marino Cavalli, redige um preciso e detalhado relatório sobre a França, no qual as peculiaridades do governo, da forma como aparecem a um contemporâneo imparcial, emergem com especial clareza:

Muitos reinos são mais férteis e ricos do que a França, como, por exemplo, a Hungria e a Itália; outros são maiores e mais poderosos, como, por exemplo, a Germânia e a Espanha. Mas nenhum é tão unido e obediente. Não acredito que seu prestígio tenha qualquer outra causa que essas duas: união e obediência [unione e obbedienza]. Para sermos exatos, a liberdade é a dádiva mais apreciada no mundo, mas nem todos a merecem. Por essa razão, algumas pessoas nascem em geral para obedecer, outras para mandar. No caso oposto, podemos ter uma situação como a da Germânia no presente, ou antes na Espanha. Os franceses, contudo, talvez se julgando incompatíveis com ela, entregaram sua liberdade e vontade inteiramente ao rei. De modo que, para ele, é suficiente dizer: quero isto e aquilo, aprovo isto e aquilo, decido isto e aquilo, e tudo isso é imediatamente executado como se todos eles o tivessem decidido. As coisas chegaram a tal ponto que um deles, que tem mais humor do que os outros, disse: Antes os reis chamavam a si mesmos de “reges Francorum” e hoje podem chamar-se de “reges servorum”. g De modo que não só pagam ao rei tudo o que ele exige, mas todo o capital restante está de igual maneira à sua disposição.

Carlos VII aumentou a obediência do povo depois de libertar o país do jugo inglês; e, após ele, Luís XI e Carlos VIII, que conquistou Nápoles, fizeram a mesma coisa. Luís XII deu sua própria contribuição. O atual rei (Francisco I), porém, pode gabar-se de haver superado amplamente seus predecessores: obrigou seus súditos a pagarem somas extraordinárias, tanto quanto quis; uniu novas possessões aos Estados da Coroa sem dar nada em troca. E se dá alguma coisa, isso só vale pelo tempo de vida dele, que deu, e daquele que recebeu. E se um ou outro vive demais, o presente é retirado, como algo devido à Coroa. É verdade que alguns são depois tornados permanentes. E a prática é a mesma no tocante aos chefes e às várias graduações militares. De modo que se alguém entrar para vosso serviço e disser que recebeu tais recompensas, títulos e propriedades dos franceses, Vossa Serenidade saberá que tipo de propriedades, títulos e presentes são esses. Muitos nunca os obtêm, ou apenas isso acontece em uma única ocasião de sua vida, enquanto outros passam dois, três anos, sem receber qualquer recompensa. Vossa Serenidade, que doa coisas bem-definidas, mas até certo ponto hereditárias, certamente não deve ser influenciada pelo exemplo do que é feito em outros lugares. Na minha opinião, o costume de dar apenas pela duração da vida do contemplado... é excelente. Ele sempre dá ao rei a oportunidade de premiar os que são merecedores e sempre sobra alguma coisa para dar. Se os dons fossem hereditários, teríamos agora uma França empobrecida e os atuais reis nada mais teriam para distribuir. Desta maneira, são servidos por pessoas de mais mérito do que pelos herdeiros de alguém antes contemplado. Vossa Serenidade poderia meditar, se a França age dessa maneira, o que deveriam fazer outros príncipes, que não governam um país tão grande? Se não pensarmos com cuidado aonde levam esses donativos

hereditários — à preservação da família, segundo dizem — acontecerá que não restarão recompensas suficientes para os indivíduos realmente merecedores, ou novos fardos terão que ser impostos ao povo. Ambas as coisas são muito injustas e danosas. Se os donativos são feitos apenas pelo tempo de vida, então só os que merecem é que são recompensados. As propriedades circulam e, após algum tempo, voltam à origem... Nos últimos 80 anos novos acordos foram freqüentemente firmados com a Coroa, sem que nada seja desperdiçado, graças ao confisco, reversão, herança ou compra. Desta maneira, a Coroa absorveu tudo, a tal ponto que não há um único príncipe no reino que tenha uma renda de 20.000 *scudi*. Além disso, os que possuem renda e terras não são proprietários comuns, uma vez que o rei conserva o domínio supremo através de apelos, impostos, guarnições militares e todos os outros novos e extraordinários fardos lançados sobre o povo. A Coroa torna-se cada vez mais rica e unificada, consegue imenso prestígio e esses fatos a protegem de qualquer guerra civil. Isto porque, como não há príncipes que não sejam pobres, eles não têm razão nem possibilidade de iniciar ação contra o rei, assim como os duques da Bretanha, Normandia, Borgonha e muitos outros grandes senhores da Gasconha fizeram no passado. E se alguém tenta alguma coisa mal-avisada e busca provocar alguma mudança, tal como os Bourbons, isso simplesmente dá ao rei oportunidade de se enriquecer através da ruína desse homem.¹²⁸

No trecho acima temos uma visão compacta, que sintetiza os aspectos estruturais decisivos do absolutismo emergente. Um único senhor feudal obteve predominância sobre todos os concorrentes e reina, supremo, sobre toda a terra. E esse controle da terra é cada vez mais comercializado ou monetarizado. A mudança manifesta-se, por um lado, no fato de que o rei exerce o monopólio da coleta e fixação de impostos em todo o país e, assim, controla a mais alta de todas as rendas. Um rei que possuía e distribuía terra ia-se tornando um soberano que possuía e distribuía renda. Exatamente foi isso que lhe permitiu quebrar o círculo vicioso que aprisionava os governantes de países em que vigia a economia de troca. Ele não pagava mais, pelos serviços de que necessitava, fossem militares, cortesãos ou administrativos, desfazendo-se de partes de suas propriedades, que se transformavam em propriedades hereditárias de seus servidores, como ainda, evidentemente, acontecia em Veneza. No máximo, concedia terras ou um salário enquanto vivesse o contemplado, e depois os retirava, de modo a não reduzir as posses da coroa; num número crescente de casos, recompensava os serviços meramente com dons em dinheiro ou com salários. Centralizava a tributação em todo o país e distribuía como queria o dinheiro que entrava e no interesse de seu governo, de modo que um número enorme e sempre maior de pessoas em todo o país passava a depender direta ou indiretamente dos seus favores, e de pagamentos efetuados pela administração financeira real. São os interesses mais ou menos privados dos reis e de seus servidores mais próximos que se concentram na exploração de oportunidades sociais nessa direção, mas o que surge dos conflitos de interesses entre as várias funções sociais é a forma de organização social que chamamos de “Estado”. O monopólio de tributação, juntamente com o monopólio da força física, formam a espinha dorsal da organização. Não poderemos entender a gênese nem a existência de “Estados” se não soubermos — ainda que baseados no exemplo de um único país — como uma dessas instituições fundamentais do “Estado” desenvolveu-se passo a passo, segundo a dinâmica das relações, em resultado de uma regularidade muito específica, que por sua vez decorria da estrutura de interesses e ações interligados. Mesmo nessa fase — como vimos pelo relatório do embaixador veneziano — o órgão central da sociedade assumia uma estabilidade e solidez até então desconhecidas porque seu governante, graças à monetarização da sociedade, não precisava mais pagar serviços desfazendo-se de suas propriedades, sem as quais a expansão, cedo ou tarde, se esgotaria, mas podia fazê-lo com somas de dinheiro produzido pela arrecadação regular da tributação. Finalmente, a peculiaridade da moeda isentava-o da necessidade, que derivava do antigo procedimento de recompensar as pessoas com terras, de pagar serviços com propriedades que seriam conservadas por toda a vida do beneficiário e por seus herdeiros. A moeda tornou possível

premiar o serviço ou certo número de serviços com um único pagamento, um honorário ou salário. As conseqüências numerosas e de longo alcance dessa mudança não poderão ser analisadas aqui. O espanto do enviado veneziano é suficiente para mostrar que esse costume, hoje comum e aceito como natural, era visto por ele como algo novo. O relatório mostra por que só a monetarização da sociedade tornou possível a existência de órgãos centrais estáveis: os pagamentos monetários mantinham todos os contemplados numa permanente dependência da autoridade central. Só nesse momento é que as tendências centrífugas puderam ser definitivamente derrotadas.

E é também com base nesse contexto mais amplo que teremos que compreender o que vinha acontecendo com a nobreza da época. No período precedente, quando o resto da nobreza era mais forte, o rei exercera seu poder como suserano, dentro de certos limites, em favor da burguesia. A máquina de governo transformara-se, assim, no bastião da burguesia. Mas no momento em que, como resultado da integração monetária e centralização militar, os guerreiros, os donos de terras, a nobreza, declinavam mais e mais, o rei começou a voltar para o lado da nobreza o seu peso e as oportunidades que tinha a distribuir. Deu a uma fração dela a possibilidade de continuar a existir como estrato elevado, acima da burguesia. Gradualmente, após a última resistência infrutífera de elementos dos estados nas guerras religiosas e, mais tarde, na Fronda, os cargos da corte tornaram-se um privilégio e bastião da nobreza. Dessa maneira, os reis protegiam a preeminência da nobreza, distribuindo os favores e o dinheiro que controlavam de maneira a preservar o equilíbrio posto em risco pelo seu declínio. Mas, por essa via, a nobreza guerreira relativamente livre do passado transformou-se em nobreza em perpétua dependência e a serviço do suserano. Os cavaleiros tornaram-se cortesãos. E se somos perguntados que funções sociais esses cortesãos realmente exerciam, a resposta se encontra aqui. Estamos acostumados a nos referir à nobreza cortesã do *ancien régime* como uma classe “sem função”. E, de fato, essa nobreza não tinha função em termos de divisão de trabalho e, portanto, nenhuma, segundo o entendimento das nações dos séculos XIX e XX. Mas a configuração das funções no *ancien régime* era diferente. E era determinada principalmente pelo fato de que o governante central continuava a ser, em grau considerável, o proprietário pessoal do monopólio de poder, e não havia ainda nenhuma divisão entre o governante central como indivíduo privado e como funcionário da sociedade. A nobreza de corte não exercia função direta na divisão de trabalho, mas tinha uma função para o rei. Era uma das fundações indispensáveis de seu governo. Permitia-lhe distanciar-se da burguesia, exatamente como a burguesia lhe permitia distanciar-se da nobreza. Na sociedade, ela era o contrapeso da burguesia. Essa, sem excluir algumas outras, era sua função mais importante para o rei. Sem a tensão entre nobreza e burguesia, sem essa acentuada diferença entre os estados, o rei perderia a maior parte de seu poder. A existência da aristocracia cortesã era realmente uma amostra de até onde fora o governo monopolista como propriedade pessoal do governante central, e até que ponto a renda do país podia ainda ser distribuída no interesse específico da função central. A possibilidade de uma espécie de distribuição planejada da renda nacional já surgira com a monopolização, mas, aqui, essa possibilidade de planejamento é usada para proteger estratos ou funções em decadência.

De tudo isso emerge uma clara imagem da estrutura da sociedade absolutista. A sociedade secular do *ancien régime* francês consistia, mais acentuadamente do que no

século XIX, de dois setores: um setor agrário mais amplo e outro urbano burguês, menor, mas que ininterruptamente crescia em poder econômico. Em ambos havia um estrato inferior, no último os pobres urbanos, a massa dos jornaleiros e trabalhadores comuns, e, no primeiro, os camponeses. Em ambos havia ainda um estrato médio baixo, no último, os pequenos artesãos e, provavelmente, os funcionários de graduação mais baixa, e, no primeiro, a pequena fidalguia possuidora de algumas terras em cantos de província; e também em ambos um estrato médio superior, no último constituído de ricos mercadores, altos funcionários e mesmo, nas províncias, dos mais altos servidores judiciários e administrativos, e, no primeiro, a aristocracia mais abastada do interior e das províncias. Em ambos os setores, finalmente, existia um estrato principal, que se estendia pela corte, no último, a alta burocracia, a *noblesse de robe*; e a nobreza cortesã, a elite da *noblesse d'épée* no primeiro.^h Em meio às tensões dentro desses setores e entre eles, complicadas pelas tensões e alianças de ambos com um clero estruturado em hierarquia semelhante, o rei, com todo o cuidado, mantinha o equilíbrio. Garantia os privilégios e prestígio social dos nobres contra o poder econômico crescente dos grupos burgueses. E usava parte do produto social de que dispunha em virtude do controle que exercia do monopólio financeiro, a fim de sustentar a mais alta nobreza. Quando, não muito antes da Revolução, depois de terem fracassado todas as tentativas de reforma, a exigência de abolição dos privilégios dos nobres subiu para o primeiro plano entre os lemas dos grupos burgueses de oposição, isso implicou a exigência de uma administração diferente do monopólio fiscal e da receita tributária. A abolição dos privilégios dos nobres significava, por um lado, o fim da isenção de impostos de que gozava a nobreza e, portanto, a redistribuição do ônus fiscal; e, por outro, a eliminação ou redução de numerosos cargos na corte, a aniquilação do que constituía — aos olhos da nova burguesia — uma nobreza inútil e sem função e, portanto, uma distribuição diferente da receita tributária, não mais no interesse do rei, mas da sociedade em geral, ou pelo menos, para começar, da alta burguesia. Finalmente, contudo, a eliminação dos privilégios dos nobres significou a destruição da posição do suserano, como fiel da balança que mantinha os dois estados na ordem de precedência vigente. Os governantes do período subsequente equilibraram-se numa rede diferente de tensões. Eles e suas funções, por isso mesmo, mudaram de caráter. Só uma coisa permaneceu igual: mesmo nessa nova estrutura de tensões, o poder da autoridade central era relativamente limitado enquanto as tensões permaneciam relativamente baixas, quando um acordo direto era possível entre os representantes de pólos opostos, e crescia nas fases em que as tensões aumentavam, quando nenhum dos grupos concorrentes conseguia alcançar supremacia decisiva.

a “Condes do rei”, ou “condes do reino”. (RJR) b Ou guelfos, na forma latinizada. (RJR) c Governantes do Brandemburgo, e mais tarde da Prússia. (RJR) d *Coutumes*, no original: costumes, práticas, direito consuetudinário, que na época têm força superior à lei promulgada, porque esta parece depender da vontade humana e de seu arbítrio, enquanto a tradição e o imemorial são considerados representarem a vontade e a ordenação de Deus. (RJR) e “Príncipes da flor de lis”, nome devido ao emblema da Casa Real francesa. (RJR) f “Eles são linha desalinhada / mal feita e mal alinhada”. (RJR) g “Reges Francorum”, reis dos *francos*, no duplo sentido da palavra: 1) o povo germânico ancestral dos atuais franceses; 2) livres. “Reges servorum”, reis de servos. (RJR) h *Noblesse de robe*, nobreza de toga: os juízes, que geralmente descendiam de burgueses que haviam comprado cargos que conferiam a condição nobre. *Noblesse d'épée*, nobreza de espada: a que exercia funções militares, as mais conformes ao ideal aristocrático, e que, o mais das vezes, remonta até tempos mais antigos. (RJR)